

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NO ESTUDO DA HISTÓRIA DE
AFRICANOS, AFRODESCENDENTES E INDÍGENAS NA AMÉRICA
PORTUGUESA**

André Vinícius Inácio Penna Mello

Ricardo Duwe

Florianópolis, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NO ESTUDO DA HISTÓRIA DE
AFRICANOS, AFRODESCENDENTES E INDÍGENAS NA AMÉRICA
PORTUGUESA**

Relatório Final do Estágio Supervisionado de
História.

Orientadora: Prof. Dra Mônica Martins Silva.

Coorientador: Prof. Me. Fernando Leocino da
Silva.

Florianópolis, 2011

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Características gerais dos estágios e as atividades de observação	6
3. O papel dos saberes na formação docente	12
4. Preparação para o Estágio Supervisionado II	15
5. A escravidão revisitada: africanos e indígenas como sujeitos históricos na história do Brasil e da América Portuguesa	17
6. Preparação dos Materiais e sua Recepção	21
7. Prática Docente: o currículo em ação	26
Eixo Trabalho.....	27
Eixo Resistências Escravas.....	29
Eixo Culturas e Religiosidades.....	40
Eixo Bandeirantes e Indígenas.....	41
O uso de ferramentas e estratégias pedagógicas ao decorrer da docência.....	44
8. Considerações finais	47
9. Bibliografia	49
Anexo 1	52
Plano de Aula 01.....	53
Texto 1: Diáspora Africana para o Brasil: O Tráfico Negro e a Escravidão.....	55
Atividade 1.....	58
Anexo 2	59
Plano de Aula 02.....	60
Plano de Aula 03.....	63
Plano de Aula 04.....	66
Texto 2: A Escravidão Africana no Brasil Colonial.....	68
Atividade 2.....	72
Anexo 3	74
Plano de Aula 05 e 06.....	75
Texto 3: Escravidão Doméstica e Urbana no Brasil Colônia.....	77
Anexo 4	80
Plano de Aula 07.....	81
Plano de Aula 08.....	83
Texto 4: Formas de Resistências Escravas.....	86

Atividade 4.....	89
Anexo 5	94
Plano de Aula 09.....	95
Plano de Aula 10.....	97
Plano de Aula 11.....	99
Texto 5: Os Mocambos e Quilombos na América Portuguesa.....	101
Atividade 5.....	105
Anexo 6	107
Plano de Aula 12.....	108
Plano de Aula 13.....	110
Plano de Aula 14.....	112
Texto 6: Culturas e Religiosidades Escravas na América Portuguesa e no Brasil.....	113
Atividade 6.....	117
Anexo 7	119
Plano de Aula 15.....	120
Plano de Aula 16.....	124
Texto 7: Bandeirantes e Indígenas no Processo de Interiorização da Colônia.....	127

1. Introdução

Este relatório pretende apresentar as experiências vividas durante a disciplina de Estágio Supervisionado em História II, ocorridas durante o semestre 2011.1 no Colégio de Aplicação da UFSC. Para tanto, serão discutidos aqui desde o processo de escolha e divisão das turmas entre os estagiários até a conclusão das aulas e o encerramento do semestre. Para tanto, é preciso que façamos, primeiramente, um balanço geral de todo o estágio para que o trabalho fique mais claro.

Atualmente o curso de história da UFSC conta com três disciplinas de estágio em sua grade curricular: o Estágio Supervisionado I (72 h/a); o Estágio Supervisionado II (270 h/a); e o Estágio Supervisionado III (144 h/a), que totalizam 486 horas aula. Esta carga horária atende a determinação do parecer 21/2001 do Conselho Nacional de Educação que implementou novas diretrizes para as disciplinas de estágio.

Como nós fomos orientados pela professora Mônica Martins Silva, o nosso estágio foi inserido no projeto *Saber escolar e saber histórico: itinerários para novas configurações da história escolar*. Este projeto teve início em 2009 e um dos seus principais objetivos é a produção de materiais didáticos com novas abordagens acerca da história da África, dos afrodescendentes e indígenas no Brasil a partir da inter-relação teórica e metodológica entre conhecimento histórico escolar, produção historiográfica e do diálogo com as leis 10639/03 e 11645/08. A maior preocupação é discutir a história dos afrodescendentes e dos indígenas de forma crítica, questionando as abordagens de submissão ou do papel de coadjuvantes, tratando esses grupos como sujeitos de suas próprias histórias. Assim, segundo Pereira, não basta apenas inserir estes conteúdos de história e cultura africana e afro descendentes sem problematizá-los, “o desafio é a promoção de um ensino-aprendizagem em que a história africana e a história européia, por exemplo, não sejam dicotomizadas, nem idealizadas, nem tampouco contrapostas, mas, antes, compreendidas em sua dinâmica e circularidade”¹

Ao longo deste relatório, iremos detalhar as nossas experiências durante esta disciplina, abordando como foi realizada a preparação para a docência, a opção de se trabalhar com escravidão no Brasil Colonial, a divisão dos temas entre eixos e a divisão das aulas entre os estagiários; também apresentaremos e discutiremos o nosso projeto de

¹ PEREIRA, Júlia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei no 10.639. In: _____ *Estudos Histó ricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 29.

estágio - intitulado *A escravidão revisitada: africanos e indígenas como sujeitos históricos na história do Brasil e da América Portuguesa* -, quais foram seus objetivos, suas diretrizes, propostas de conteúdo e metodologia, além da bibliografia selecionada. A partir de nossa proposta de projeto de estágio iremos detalhar a elaboração e a produção dos materiais didáticos e atividades, quais foram os usos e as problematizações dos documentos históricos em ambos e quais critérios e métodos foram usados no processo avaliativo, concluindo com a receptividade dos alunos. Por fim, proporemos uma reflexão sobre a nossa docência, as estratégias didáticas utilizadas, as relações com a turma – dando ênfase nos mecanismos para a manutenção da disciplina e controle das indisciplinas - além de considerações finais sobre as dificuldades e conquistas durante todo o processo e o impacto em nossa formação acadêmica.

É muito importante ressaltarmos que a realidade encontrada no Colégio de Aplicação – que foi o nosso campo de atuação durante os estágios I e II - é muito diferente das outras escolas públicas. Como esta instituição é mantida pelo Governo Federal, por constituir uma unidade de ensino vinculada ao CED/UFSC, a estrutura encontrada ali é quase que ideal. Os professores são muito bem capacitados, e são vários os que possuem mestrado ou até mesmo doutorado. A estrutura física é fantástica, apresentando diversas salas muito bem equipadas com aparelhos de última geração, sem contar o amplo espaço físico dos pátios e jardins. Os alunos têm a disponibilidade de participarem de aulas artísticas (música, teatro, dança) no turno oposto ao das aulas regulares, além de poderem participar de projetos de intercâmbio. Isso ainda é somado ao fato dos estudantes desta escola poderem utilizar o Restaurante Universitário e a Biblioteca Universitária da UFSC, lhes proporcionando uma vivência mais direta e próxima da comunidade acadêmica. O C.A. também tem o caráter de escola experimental, recebendo assim constantemente novas ferramentas (como o UCA²) e novas metodologias de ensino, além de recepcionar inúmeros estagiários provenientes dos mais diferentes cursos de licenciatura da UFSC, UDESC, entre outras instituições.

2. Características gerais dos estágios e as atividades de observação

² A sigla UCA faz referência aos computadores que cada aluno do C.A. recebeu no ano letivo de 2011 como mais uma ferramenta de ensino, e significa Um Computador por Aluno.

Neste capítulo, pretendemos refletir brevemente sobre os estágios I e II, dando um foco especial para as atividades de observação que realizamos nestes dois momentos, e que foram fundamentais para a nossa prática docente.

Durante a disciplina Estágio Supervisionado em História I fomos apresentados a Profª Drª Mônica Martins Silva - quem nos orientou durante todas as três disciplinas de estágio - além de termos nossos primeiros contatos com o Colégio de Aplicação da UFSC, nosso campo de atuação durante os dois primeiros estágios. Assim, para que nos inseríssemos de fato neste ambiente escolar, passamos para a primeira etapa por meio de uma pesquisa de campo que consistiu na investigação dos projetos culturais existentes no Colégio e a recepção e participação dos alunos. Para tal objetivo, fomos até a escola, entrevistamos alunos e professores, presenciamos alguns dos projetos desenvolvidos e registramos alguns destes momentos. Concomitantemente, realizamos a observação das aulas de história do 6º ano B, ministradas pela professora Daniela Sbravatti e produzimos um relatório de observação. Esta por sua vez teve como base um roteiro previamente estabelecido que nos estimulou a identificar as diversas relações entre a professora e a turma através das categorias “gestão da classe” e “gestão da matéria”, elaboradas por Gauthier e que correspondem ao conjunto de estratégias e relações que o professor utiliza para dar a sua aula³. Assim sendo, atentamos para como a professora realizava a gestão do tempo; que tipo de linguagem ela utilizava; quais as estratégias e ferramentas pedagógicas que eram por ela utilizadas; como ela trabalhava com o conteúdo; e todas as demais questões que englobam a relação entre docente e discente.

Foi importantíssima para nós essa primeira observação, pois além de começarmos a nos familiarizar com a prática docente e a cultura escolar, pudemos traçar reflexões para o estágio II, que viria logo em seguida. Por se tratar de um 6º ano, a linguagem e as abordagens que a professora Daniela tinha que utilizar eram muito diferentes das que tínhamos em mente, pois tudo tinha que ser tratado com mais calma, mais tempo, e ao nosso ver, com muito mais responsabilidade, já que aqueles alunos tinham na figura da professora uma de suas principais referências – se não a principal – de formação de suas opiniões. No decorrer dessa experiência de observação, nos certificamos de que gostaríamos de trabalhar com alunos mais velhos, por se aproximarem de um ideal previamente estabelecido e que gostaríamos de concretizá-lo.

³ GAUTHIER C. et al. *Por uma teoria da pedagogia*. Ijuí: Unijuí, 1998.

O conceito de cultura escolar⁴ utilizado no texto *Reinventar a Escola* de Vera Candau nos trouxe importantes contribuições para a observação das aulas, para a problematização da instituição escolar, e também para a nossa prática docente. Ao pensarmos o espaço escolar sendo formado por sujeitos que estão interagindo constantemente em um intercâmbio de experiências e saberes, gerando assim uma complexa rede de relações que são intrínsecas ao próprio espaço, podemos ver que o C.A é um espaço ainda mais peculiar; pelo fato de ser gratuito, com um ensino de altíssima qualidade e a seleção de alunos ser realizada através de um sorteio, agregando alunos das mais diversas realidades e condições sociais. Sendo o ambiente escolar um espaço onde os alunos se apresentam como detentores de identidades individuais, oriundas das suas diversas influências e realidades que se relacionam com as demais nesse espaço – o mesmo vale para os professores e funcionários - podemos perceber que as relações encontrados nesta escola são diferenciadas da grande maioria das escolas públicas de nosso país. Esta realidade foi cautelosamente pensada, influenciando assim os nossos olhares, e a preparação de nossas aulas e atividades.

Seguindo o cronograma das disciplinas referentes à prática docente, o Estágio Supervisionado em História II é reservado para a observação, preparação das aulas, produção dos materiais didáticos e atividades, além da realização de um relatório de observação, um projeto de ensino e a docência. Tal como no estágio anterior, este foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UFSC, entretanto, o trabalho foi realizado no 9º ano A e o professor titular, além de co-orientador do estágio, foi Fernando Leocino da Silva

O Estágio Supervisionado em História III, no qual estamos inseridos no atual semestre 2011/2, é o momento em que realizamos as devidas reflexões e produções acadêmicas acerca das experiências vividas durante os estágios. Esta disciplina não se limita a produção deste relatório final, abrangendo também a produção de um artigo acadêmico a respeito do estágio e a produção de apresentações em eventos, com a finalidade de se trocar experiências com demais acadêmicos e professores no exercício da profissão.

O Estágio II, como já frisamos, foi o momento em que tivemos nossas primeiras experiências docentes. Entretanto, houve uma árdua preparação para que este momento ocorresse, bem como um forte acompanhamento de nossos orientadores concomitante à

⁴ CANDAU, Vera Maria. Cotidiano Escolar e Cultura(s): encontros e desencontros. In: *Reinventar a escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. Pág 61-78.

prática docente. Foi nesta trajetória que buscamos adquirir os diversos saberes que formam o saber docente.

Embora a prática docente tenha iniciado no dia 12 de maio, nossa preparação já vinha ocorrendo anteriormente quando entramos em sala pela primeira vez no dia 11 de abril de 2011, para observarmos as aulas do professor Fernando Leocino no 9º ano A. Esta atividade foi essencial para todo o processo, pois além de nos adaptarmos à turma e conhecermos as suas particularidades, pudemos absorver alguns dos saberes experienciais do professor através de suas aulas e sua relação com a classe. É importante ressaltar que esta observação seguiu um roteiro, discutido previamente com a nossa professora orientadora, para que esta atividade se desse de maneira crítica e problematizadora, contribuindo assim de fato para nossa formação como docentes. Deste modo, a observação buscou atender para questões como a mediação didática feita pelo professor; a relação docente/discente; as estratégias didáticas e pedagógicas; a utilização de diversas ferramentas de ensino em sala de aula, dentre outras.

Desde o início sabíamos que cada turma possui suas particularidades, e por isso o professor deve ter ciência delas para que possa utilizar as devidas ferramentas e estratégias pedagógicas. O 9º ano A se mostrou como uma sala de grande potencial, com alunos de muita capacidade de argumentação e construção de conhecimento, o que a tornava, de forma geral, muito participativa. Entretanto, também é verdade que era uma sala muito falante em alguns momentos, o que eventualmente dificultava o andamento das aulas. Sendo assim, priorizamos em nossas observações refletir sobre as estratégias utilizadas pelo professor Fernando para obter o controle dos alunos e ao mesmo tempo aproveitar a grande capacidade que possuíam.

Quanto às ferramentas e estratégias pedagógicas utilizadas em sala de aula, o professor Fernando trabalhou com diversas: lousa; textos didáticos; projeção de slides; utilização de computadores; bem como o diálogo e o debate. Todos estes elementos acabaram sendo incorporados durante a nossa prática docente, e por isso se torna muito interessante comentá-los, aqui, antes de relatar as nossas aulas.

Sempre que chegava para iniciar a sua aula, o professor Fernando encontrava a turma um tanto alvoroçada, com muitos alunos fora de seus lugares, passeando pela classe ou até mesmo pelos corredores. Para acalmar aqueles adolescentes, ele dava início à chamada e no decorrer dela ia chamando a atenção da classe, geralmente de forma amistosa, para que todos fossem se sentando e parando com as conversas paralelas. Quando a estratégia “amistosa” não funcionava, o professor parava a

chamada, mostrava um semblante sério para a turma, e dizia que o momento de brincadeiras havia acabado, e que aquele era o momento em que todos deviam se concentrar na aula. Esta foi uma das características mais marcantes que pudemos notar no professor Fernando, já que ele conseguia demonstrar muito bem os limites aos alunos sem precisar esbravejar ou se mostrar de forma autoritária, habilidade esta que nos pareceu simples em um primeiro momento, mas que se mostrou muito difícil posteriormente, durante a nossa prática docente. O professor sempre deixava claro aos alunos que as suas ações eram decorrentes de suas próprias escolhas, e elas eram respeitadas, entretanto estes tinham que ter consciência de que tudo o que faziam tinham conseqüências, e deveriam arcar com elas. Esta estratégia se mostrou muito eficiente já que levava responsabilidade aos discentes e os fazia refletir sobre seus comportamentos em sala de aula.

Desde o início, nos chamou atenção a movimentação do professor Fernando em sala de aula. Com exceção dos momentos em que estava escrevendo na lousa, ele estava sempre circulando pela classe, passando dentre as fileiras, olhando para cada carteira. Esta estratégia foi utilizada em todas as aulas e funcionava muito bem já que contemplava algumas questões. Primeiramente inibia as conversas paralelas, bem como a realização de atividades de outras disciplinas e/ou alheias a aula de história; outro fator positivo é que o professor conseguia prender atenção de seus alunos com a sua movimentação. Mais uma característica importante do professor Fernando era o tom de voz utilizado nas aulas, que era audível em todo espaço e bem articulado, o que complementava a sua presença em sala de aula.

O professor Fernando também sempre trazia pequenos textos para serem trabalhados em sala, geralmente reportagens de revistas e sites da internet, bem como textos didáticos. Mas o que se tornou foco de nossas observações não foram os tipos de textos trazidos, mas como eles foram utilizados. Geralmente, após entregar o material aos alunos, o professor lhes dava algum tempo, cerca de cinco ou dez minutos, para que lessem e compreendessem o texto. Assim, o docente incentivava que os estudantes grifassem as partes que achassem importantes e circulassem as palavras e conceitos que não conheciam. Dada esta primeira esta primeira etapa, relia o texto em voz alta e junto com a turma, pausando a leitura nos pontos chaves e propondo alguns questionamentos sobre o trecho que acabara de ser lido. Quanto às palavras que os alunos não conheciam, era feito um glossário na lousa para que todos pudessem copiar em seus cadernos.

A lousa foi outra ferramenta presente nas aulas observadas. O professor Fernando costumava anotar alguns pontos-chaves trazidos durante a sua fala e também durante os debates para que fossem pontuados no decorrer das aulas. Mas também houve vezes em que trazia alguns esquemas no quadro que iam sendo completados de acordo com a leitura dos textos. Um bom exemplo disso foi na última aula que observamos antes de iniciarmos nossa prática docente, ocorrida no dia 28 de abril, quando o professor colocou o seguinte esquema na lousa:

$$\underline{\hspace{2cm}} + \underline{\hspace{2cm}} + \underline{\hspace{2cm}} + \underline{\hspace{2cm}} = \text{Bolo}^5$$

Este esquema fazia alusão ao texto da Lilian Schwartz e Miguel Paiva que havia sido entregue na aula anterior, no qual os autores traziam uma receita para a colonização (o bolo), que precisava de quatro ingredientes fundamentais para ser feita. Este texto havia sido entregue para que os alunos lessem em casa, e, assim, a aula iniciou com a discussão do mesmo. Deste modo, à medida que os alunos iam respondendo aos questionamentos do professor, iam surgindo os “ingredientes” necessários para a colonização, e estes foram incorporados ao quadro. No final desta atividade, o quadro ficou da seguinte forma:

$$\underline{\text{Monocultura}} + \underline{\text{Latifúndio}} + \underline{\text{Exportação}} + \underline{\text{Mão de Obra Escrava}} = \text{Bolo}$$

Menos freqüentes, mas também presentes nas aulas que observamos, foram os usos de ferramentas como projeção de slides e interação com sites da internet. Quando utilizou slides, o professor Fernando trouxe tópicos que remetiam a palavras-chaves do conteúdo abordado, além de mapas e documentos iconográficos para análise. Na aula do dia 14 de abril, após terem discutido o choque cultural entre europeus e indígenas no início da colonização do Brasil, o professor levou todos ao laboratório de informática para que pudessem realizar uma atividade em grupo, onde cada trio ficaria responsável por pesquisar sobre um povo indígena selecionado pelo professor, buscando responder as seguintes questões: Qual o espaço geográfico que habitam na atualidade? Qual o número populacional atual? Quais as características gerais deste povo? Estas ferramentas contribuíam para que as aulas fugissem de certa monotonia e despertassem

⁵ Na lousa havia um bolo desenhado

o interesse dos alunos (embora, às vezes, fazia com que eles ficassem mais agitados e fugissem do controle).

Mas a característica fundamental do professor, que fundamentou todas as suas escolhas de estratégias e ferramentas, e conseqüentemente acabou sendo presente em todos os aspectos é o modo questionador como ele conduz as suas aulas. Todos os assuntos eram fomentados por discussões que surgiam através de questionamentos e problematizações feitas pelo professor, e isto incentivava os alunos a formularem linhas de raciocínio, o que é fundamental para compreensão de qualquer tema. Desta forma, sob a mediação e a condução do professor, os conhecimentos e saberes eram construídos no decorrer das aulas, com a participação direta dos estudantes.

Enquanto observávamos, conseguimos captar todas estas estratégias e ferramentas utilizadas, e em um primeiro momento parecia simples utilizá-las. Mas o grande desafio encontrado no estágio estava justamente neste ponto. Os nossos orientadores utilizaram constantemente a metáfora do “professor polvo”, ou seja, o professor que enquanto explica o conteúdo, escreve na lousa, responde perguntas, lança outros questionamentos, controla a sala, aplica atividade, e desenvolve uma série de outras funções intrínsecas ao papel docente. Tratemos posteriormente, então, das nossas experiências como docentes, na tentativa de nos tornarmos “polvos”.

3. O papel dos saberes na formação docente

Como já dito anteriormente, o foco deste relatório é o conjunto de vivências e experiências que tivemos durante a disciplina de Estágio Supervisionado em História II, e assim se torna fundamental destacarmos o papel dos orientadores neste processo. Segundo Tardif, o professor ideal é aquele que detém o saber docente, que é na verdade um “saber plural, formado pela amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.”⁶ Obviamente que esses saberes ainda estavam em construção no início da prática docente, embora seja verdade que a formação profissional de um professor se dá de maneira contínua, a partir de sua vivência como docente, e por isso estes saberes são sempre renovados e reincorporados. Os primeiros saberes que compõem o saber docente são aqueles da formação profissional, adquiridos através das instituições de formação de

⁶ TARDIF, Maurice. Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber. In: _____, *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 36.

professores que por sua vez produzem estes conhecimentos através do estudo da docência e do próprio professor. Fazem parte desta formação profissional os saberes pedagógicos, que buscam integrar os resultados destes estudos à prática docente. Desde o início da graduação estivemos em contato com estes saberes, principalmente através das disciplinas de licenciatura, porém devemos fazer a ressalva das particularidades que envolvem estas disciplinas na graduação em história da UFSC - as quais são alvos de muitas críticas por parte dos graduandos, que há anos alertam a respeito da carência de professores capacitados para fazer o dialogo entre a pedagogia e o ensino de história. Justamente por isto, o papel da professora Dr^a. Mônica Martins Silva foi fundamental para definitivamente entrarmos em contato com estes importantes saberes e desenvolver uma reflexão essencial sobre o ensino de história. Para que isto fique claro, podemos exemplificar com o fato de que somente no estágio é que aprendemos de fato a elaborar planos de aula, esquemas de quadro, organizar e preparar uma aula, utilizar diferentes e variadas ferramentas e estratégias pedagógicas, ou seja, saberes essenciais a qualquer professor.

Os saberes disciplinares são também preconizados por Tardif como componentes do saber docente, e correspondem aos diversos campos do conhecimento existentes na sociedade (história, matemática, literatura, etc.) que se encontram nas instituições em forma de disciplinas⁷. Durante a nossa formação, tivemos a oportunidade de adquirir alguns destes saberes, embora algumas disciplinas do curso tenham tido grande defasagem de conteúdo, como exemplificaremos mais adiante. Sendo assim, ao iniciarmos a docência no Colégio de Aplicação e a preparação de nossas aulas e materiais, mais uma vez foi imprescindível a orientação tanto da professora Mônica, bem como do professor Fernando, que nos forneceram materiais para leitura e pesquisa do conteúdo a ser lecionado, e ainda fomentaram discussões sobre a temática da escravidão no Brasil Colônia, a historiografia sobre o tema e como abordar o mesmo em sala de aula, tudo isto a fim de nos deixar ainda mais preparados para a docência. O Processo de mediação didática se iniciou a partir destas discussões, pois como o nosso estágio previa a construção de materiais didáticos além da elaboração das aulas, tínhamos que saber o que levar para os alunos e como abordar em sala de aula. Assim, tivemos a preocupação de dialogar sempre com os textos que nos

⁷ TARDIF, Maurice. *op. cit.* 38.

embasaram teoricamente e aqueles que traziam mais informações de conteúdo, para que seguissemos fiéis à nossa proposta de trabalho.

Um ponto que se faz muito importante de ser frisado é a defasagem de conteúdos que a nossa graduação teve em relação às matérias de História da África e de América Portuguesa, ambas importantíssimas para o nosso estágio, porém, foram ministradas por professores substitutos que nos declaravam as suas próprias defasagens em relação às disciplinas. Isto implicou, no caso de História da África, em tentativas esforçadas e admiráveis da professora de se trabalhar o tema e problematizar o mesmo em sala, gerando alguns bons momentos de problematizações e discussões em suas aulas, como quando realizou uma atividade de análise de diversos livros didáticos buscando refletir acerca de como o ensino de África e dos afrodescendentes apareciam nestes livros. Isto contribuiu para que desconstruíssemos a visão eurocêntrica da história, bem como a vitimização dos escravos e afrodescendentes na história brasileira. Porém, a falta de domínio do conteúdo ainda era uma barreira intransponível, e, no caso de América Portuguesa, infelizmente podemos afirmar que nem isto ocorreu. Sendo assim, o único contato prévio em relação ao tema escravidão no Brasil que nos foi proporcionado pela graduação, foi justamente com a obra citada de Sidney Chalhoub na disciplina Brasil Monárquico, e, embora a discussão e a problematização tenham sido muito produtivas, ainda sim não abordava o recorte temporal necessário para o nosso estágio. Percebemos, deste modo, que os saberes disciplinares são complexos e englobam estas várias relações que estão imbricadas umas com as outras, e são fundamentais no exercício da docência.

Outros saberes fundamentais ao saber docente são os saberes curriculares, que dizem respeito ao programa escolar, seus objetivos e métodos de aplicação. O contato com o Colégio de Aplicação, já no Estágio Supervisionado em História I, nos proporcionou o conhecimento do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como da sua proposta muito característica de ensino de história. No C.A, a partir do ensino fundamental, o aluno inicia o sexto ano (ou quinta série) estudando a História Antiga e segue uma ordem cronológica até o final do ensino médio, de forma que nenhum conteúdo é revisto durante a trajetória escolar.

Por fim, porém não menos importantes, têm-se os saberes experienciais. Estes são adquiridos constantemente pelo professor até o fim de sua carreira, e são decorrentes da vivência cotidiana de seu trabalho e meio profissional. Como o estágio foi a nossa primeira experiência como docentes, nós ainda não tínhamos estes saberes, o

que foi bem desafiador, e sem dúvida tornou o papel dos nossos orientadores extremamente significativo. Tivemos diversas conversas com o professor Fernando e a professora Mônica, muitas delas logo após o término de cada aula, quando recebíamos críticas construtivas sobre o que havia sido positivo e o que podíamos melhorar para as próximas aulas. Era feito um balanço de tudo, desde o modo pelo qual havíamos abordado os conteúdos, como havíamos respondido às dúvidas e questionamentos dos alunos, até o nosso tom de voz, utilização do quadro e a movimentação em sala de aula. Neste ponto, vale ressaltar a importância que as observações prévias das aulas do professor Fernando tiveram na aquisição destes saberes experienciais, pois pudemos perceber algumas estratégias de interação, avaliação e controle daquela turma especificamente, visto que, embora haja uma série de práticas pedagógicas que se aplicam de forma geral na docência, cada turma exige algumas estratégias particulares de acordo com as suas singularidades. Mas não é apenas na sala de aula que podemos adquirir os saberes experienciais, os adquirimos também através da vivência de todas as atividades e ambientes que envolvem a prática docente, por isso foi muito valiosa a nossa experiência do dia 8 de junho de 2011, quando pudemos participar do conselho de classe do 9º ano A juntamente com todos os professores e alguns alunos representantes da turma. Assim, transcendemos o espaço da sala de aula e entramos em contato mais direto com o corpo docente, com os coordenadores pedagógicos e como estes realizam o processo de avaliação no Colégio de Aplicação.

Dado este parecer geral sobre todo o processo de estágio, analisaremos mais detalhadamente o Estágio Supervisionado em História II para que possamos compreender de fato esta primeira experiência docente.

4. Preparação para o Estágio Supervisionado II

O período anterior à docência marcou importantes aspectos da experiência de estágio - desde a divisão da turma entre os estagiários, o modo de atuação em duplas e a divisão da carga horária, além da nossa opção de trabalhar com o 9º ano A e o conteúdo sobre africanos, afrodescendentes e indígenas na América Portuguesa. Abordaremos também alguns contratempos referentes à organização prévia de nossos planos de aula, pois em nosso caso específico, a produção destes foi realizada durante a própria docência, caracterizando assim o nosso estágio.

As primeiras escolhas referentes ao Estágio Supervisionado II – decisões a respeito do conteúdo e da faixa etária com a qual a dupla iria trabalhar - buscaram ser realizadas nos momentos finais do Estágio Supervisionado I, entretanto, devido a problemas internos do Colégio de Aplicação não foi possível definir todas as diretrizes, tendo sido possível apenas optar pelo trabalho com o ensino de História da África e afro-descendentes. Esse período de indecisão acarretou em momentos de urgência e decisões rápidas nas primeiras semanas do Estágio Supervisionado II.

Devemos salientar que a proposta inicial do Estágio II era que trabalhássemos em trios funcionando da seguinte forma: os membros do grupo escolheriam uma série do ensino fundamental, sendo que no C.A cada série conta com três turmas; feito esta primeira escolha, os trios desenvolveriam todas as aulas, atividades, e estratégias didáticas a serem aplicadas em todas as classes, entretanto cada membro do grupo ficaria responsável por apenas uma delas, totalizando de 8 à 10 aulas por estagiário. Todavia, o C.A. ainda apresentava problemas com a contratação de professores no início do ano letivo de 2011, e, por isso, este projeto inicial do estágio se tornou inviável, pois não havia turmas suficientes para todos os alunos nessa sistemática. Desta forma, foi necessário que fizéssemos mudanças para nos adequar à realidade do nosso campo de atuação. A solução encontrada foi transformar os trios em duplas que passaram a atuar em uma mesma turma, mantendo o total de 8 à 10 aulas por estagiário, mas concentrando 16 à 20 aulas em uma mesma classe.

Transposto este primeiro obstáculo, passamos, então, para a escolha das turmas. Desde o início tínhamos decidido que escolheríamos lecionar para alunos da faixa etária mais alta possível, pois acreditávamos – baseados em nossas experiências como discentes - que seria mais fácil estabelecer um diálogo e aprofundar as reflexões históricas, sendo que nossas expectativas foram confirmadas com a nossa observação de um 6º ano no Estágio I. Assim sendo, como o estágio se daria no ensino fundamental nós optamos por lecionar em um 9º ano. Havia duas turmas disponíveis, e escolhemos o 9º A simplesmente pelo fato de que os horários das aulas de história desta classe – segunda feira às 16h50 e quinta feira às 13h30 – serem compatíveis com os nossos horários, os quais eram bem conturbados no semestre 2011/1. Por fim, a escolha também foi realizada pelo fato de um dos conteúdos previstos pelo Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação para os nonos anos ser a escravidão no Brasil Colonial, e, embora não tivéssemos o domínio deste assunto, sabíamos que há uma vasta bibliografia que poderíamos consultar e usufruir.

Por fim, não podemos deixar de citar um aspecto essencial na preparação do nosso Estágio II e que influenciou toda a nossa experiência na disciplina. Ambos somos bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) e no início do semestre 2011/1 participamos da comissão organizadora do 14º SulPET, evento que abrangia todos os grupos PET da região sul e que foi realizado na própria UFSC durante os dias 21, 22, 23 e 24 de Abril. Devido a uma série de singularidades na trajetória da organização deste evento, acabamos tendo que disponibilizar uma grande carga horária não só na preparação do mesmo, mas durante o próprio e até mesmo após, o que acabou comprometendo não somente a disciplina de Estágio II, mas todas as outras matérias que estávamos cursando. Como já mencionado anteriormente, era previsto que iniciássemos a prática docente com todos os planos de aula, atividades e materiais preparados, porém isto não foi possível em virtude dos problemas já apresentados. Sendo assim, tivemos que preparar as aulas concomitantemente ao processo do Estágio II, o que acabou acarretando em um curto prazo de tempo para a realização das produções textuais (planos de aulas, materiais didáticos, atividade, etc...), pesquisas bibliográficas e reuniões com a orientadora Profa Dra Mônica Martins Silva para refletir sobre o que já havia sido feito, discutir os encaminhamentos das questões mais latentes e calcular - quase sempre contra o relógio – a organização dos futuros passos da disciplina, pois somente neste ritmo conseguiríamos realizar tudo o que estava proposto no cronograma.

5. A escravidão revisitada: africanos e indígenas como sujeitos históricos na história do Brasil e da América Portuguesa

A construção do nosso projeto de ensino acompanhou as diretrizes do projeto de pesquisa *Saber escolar e saber histórico: itinerários para novas configurações da história escolar* que estabelece como um dos seus objetivos a introdução da prática de pesquisa na formação inicial de professores de história. Nesse sentido, estabelece a necessidade do trabalho com a historiografia e as fontes históricas na reflexão dos conteúdos propostos para o estágio e a mediação didática desses conteúdos tanto no processo de elaboração dos planos, como também na construção dos materiais didáticos, que é um dos objetivos centrais dessa prática de pesquisa. Procuramos realizar um diálogo direto entre as leis 10639/03 e 11645/08 com as questões referentes a identidades negras e como estas são abordadas nas escolas. Segundo Mattos, “a

construção de uma identidade negra nas Américas não se fez como contrapartida direta da existência ou da ‘sobrevivência’ de práticas culturais africanas no continente, mas como resposta ao racismo e à sua difusão nas sociedades americanas”⁸. Buscamos privilegiar justamente os conflitos relacionados ao tema em suas mais diversas formas, e apresentar aos alunos o debate como inacabado, justamente pelo fato de estar sendo construído cotidianamente em nossa sociedade. Todavia, as diretrizes das leis não definem plenamente como o assunto deve ser trabalhado, o que nos incumbiu do papel de nos apropriarmos destas mesmas diretrizes e estabelecer, assim, o nosso projeto de ensino, planos de aulas, as aulas propriamente ditas e as atividades a partir destas.

Embora o nosso estágio estivesse programado apenas para abordar os conteúdos referentes a escravidão no Brasil Colonial, à pedido dos professores do C.A aceitamos, também, lecionar sobre a participação dos indígenas e bandeirantes no processo de interiorização do Brasil no período colonial.

A partir do momento em que definimos os conteúdos, o próximo passo foi a divisão em cinco eixos temáticos, nos quais as 16 aulas ficariam divididas da seguinte forma: o trabalho escravo (04 aulas); as resistências escravas (04 aulas); culturas e religiosidades escravas (02 aulas); a família escrava (02 aulas); e os indígenas e bandeirantes no processo de interiorização da colônia (04 aulas). Com o decorrer do estágio, percebemos que a não produção prévia dos materiais nos permitia certa maleabilidade em relação a progressão destas temáticas e suas aulas respectivas. Assim sendo, optamos pelo aumento da carga de aulas em alguns eixos, como foi o caso do eixo resistências, que teve sua carga de aulas aumentada de quatro para sete aulas devida a avaliação positiva feita por nós estagiários e pelos orientadores, em relação ao retorno dos alunos nas discussões, problemáticas e atividades propostas em sala. Esta escolha acabou gerando outra: a de que seria inviável um trabalho mais aprofundado com o eixo família, o que resultou na sua exclusão. No final do estágio, a divisão dos temas acabou ocorrendo da seguinte forma: Eixo Trabalho (04 aulas); Eixo Resistências (07 aulas); Eixo Culturas e Religiosidades (03 aulas); e Eixo Indígenas e Bandeirantes (02 aulas).

⁸ MATTOS, Hebe. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de história*. Pg.129. APUD ABREU, Martha Abreu & MATTOS, Hebe. Em torno das “diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p.14.

Juntamente com o processo de se estabelecer um cronograma, ocorria a construção da fundamentação teórica do nosso trabalho. Estando cientes que não existem fórmulas prontas que possam ser aplicadas em qualquer realidade escolar, tínhamos como principal interesse elaborar aulas, materiais didáticos e atividades que dialogassem com os alunos de maneira instigante, provocadora e reflexiva – mas como faríamos isto? Como aproximar o ensino de história da realidade cotidiana daqueles alunos? O que poderíamos fazer para que o que pretendíamos ensinar fosse significativo para eles?

O professor tem o papel fundamental de tornar didatizado o conhecimento científico, e, para isso, deve articulá-lo com os conhecimentos e as realidades cotidianas dos alunos. Esta articulação é o que a autora Alice Casimiro Lopes chama de mediação didática, que deve ocorrer de forma dialética, já que a complexa relação entre os diversos saberes que envolvem o ambiente escolar é, geralmente, conflituosa. É preciso levar em consideração que os saberes e os conhecimentos produzidos pelas disciplinas escolares se organizam e reorganizam em função de suas próprias necessidades e objetivos, e que não obrigatoriamente vão ao encontro dos saberes e conhecimentos científicos. Assim, através da mediação didática o professor busca sempre construir e reconstruir o conhecimento científico juntamente com o conhecimento cotidiano, buscando, assim, produzir o conhecimento escolar.⁹

Uma das metodologias adotadas durante o estágio foi o uso de relatos de personagens da época para se trabalhar a escravidão no Brasil Colonial, o que servia não só como uma maneira de nos distanciarmos de uma história tradicional de influência positivista - que acaba se restringindo aos grandes nomes, fatos e datas -, como também nos permitia ir além das macro-análises do sistema escravagista, demonstrando que tão importante quanto compreender a posição do escravo na economia colonial, é compreender a pluralidade de relações que o cativo e o seu senhor podiam ter no cotidiano. Para dar corpo às nossas pretensões teórico-metodológicas, buscamos a nossa fundamentação no diálogo com a micro-história. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, um dos aspectos mais importantes de uma análise histórica, e com a qual a micro-história se preocupa, é a recusa de hierarquia dos contextos, tornando assim a análise do estado civil de um indivíduo, suas relações sociais, suas práticas de leitura e escrita, seus afetos e desafetos, tão importantes quanto à análise da classe social ou

⁹ LOPES, Alice Casimiro. Conhecimento escolar: inter-relações com conhecimentos científicos e cotidianos. *Contexto e Educação*. Ijuí – RS, no. 45, jan/mar. 1997a, p. 40-59.

categoria de ofício em que este sujeito está inserido.¹⁰ A importância de se compreender o macro e o micro como duas ferramentas indissociáveis que dialogam entre si é uma das características do nosso trabalho, no qual buscamos tratar estes dois prismas não de maneira desigual, onde o macro poderia naturalmente impor condições ao micro (ou vice-versa), mas de modo horizontal, em que ambos se relacionam e constroem dialeticamente a realidade.

Tendo exposto a influência da micro-análise em nosso trabalho, iremos relatar como realizamos o diálogo desta vertente teórica com a produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil. Antes de tudo, devemos salientar que a escravidão é uma das temáticas mais estudadas nas ciências sociais brasileiras. Desde o lançamento em 1933 do livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre - considerado como um grande clássico entre os primeiros trabalhos mais aprofundados sobre o tema – houve uma grande produção acadêmica a respeito da escravidão no Brasil, sendo notórias as contribuições dos intelectuais da USP na década de 60 (Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, etc...), que ficaram marcados pelas suas duras críticas ao mito da democracia racial, tal como foram importantes os estudos dos historiadores marxistas a partir da década de 70, os quais indicavam a importância de se compreender a escravidão através das suas relações com os modelos econômicos da época. Entretanto, na década de 1980 surgiu uma nova crítica historiográfica, que serviu como fundamentação tanto para a construção do nosso projeto de estágio, bem como orientou a elaboração dos planos e materiais didáticos. Autores de uma vertente revisionista tais como Silvia H. Lara, Mary Del Priore, João José dos Reis, Flávio dos Santos Gomes, Sidney Chalhoub, entre outros, trouxeram uma perspectiva que resgata a subjetividade, a fala e a memória dos escravos, os colocando como sujeitos de suas próprias histórias.

Dentre os trabalhos dessa linha revisionista, a obra que nos inspirou a trabalhar com personagens escravos foi *Visões da Liberdade*¹¹ de Sidney Chalhoub, que trata de uma série de casos do século XIX, nos quais os escravos ora alegavam uma série de motivos para que o senhor os libertassem, ora se defendiam de algum crime que eles supostamente teriam cometido, entre outros casos utilizados pelo historiador para problematizar os conceitos de liberdade entre os próprios escravos e a existência de

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Pg.199

¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

múltiplas relações destes com os seus senhores. O uso de documentos da época para tratar do tema e os métodos utilizados para a problematização dos mesmos nos influenciou no momento de elaborar nossos textos e atividades – sempre buscando pela aproximação dos alunos com os personagens escolhidos, demonstrando que estes eram seres de “carne e osso” tão passíveis quanto nós de terem suas opiniões, costumes, escolhas e ações influenciadas pelo contexto de sua época. Iremos especificar mais detalhadamente os nossos usos das obras destes historiadores adiante, no capítulo *Produção de planos de aula, materiais didáticos e atividades*.

Tais opções metodológicas e teóricas serviram não somente para dar corpo ao nosso trabalho, mas através do diálogo com estas áreas conseguimos, aos poucos, constituir uma identidade própria, estabelecendo o que nos interessaria no momento de levantar as fontes bibliográficas, ou como iríamos proceder com as que já estavam em nossas mãos. Deste modo, pelo fato de o nosso estágio ter sido apoiado em um projeto de pesquisa, tivemos a possibilidade de experienciar o papel do professor pesquisador, que, para elaborar as suas aulas, depende esforços de pesquisa em conteúdo, metodologia, e fundamentos teóricos, o que tornou a nossa experiência docente muito mais enriquecedora.

6. Preparação dos Materiais e sua Recepção

O Estágio II buscou ir além da sala de aula, visto que a docência também extrapola este espaço e envolve uma série de outras atividades e saberes. Desta forma, a produção de materiais didáticos foi uma das principais práticas do nosso estágio, e que impactou, significativamente, a nossa formação. Esta elaboração envolveu um grande esforço de pesquisa, bem como de mediação didática, ou seja, tivemos que escolher o que levar para o texto e como fazer. O intuito deste capítulo é discorrer sobre este esforço, bem como os motivos de nossas escolhas e de nossas estratégias.

Como já destacamos anteriormente, devido ao nosso envolvimento em outras atividades no início do semestre, não foi possível contemplar a proposta inicial do estágio de iniciarmos as aulas com todos os materiais prontos. Se por um lado isto nos deu maior maleabilidade de produzir os materiais de acordo com as características da turma e com o próprio andamento das aulas, por outro acabou nos prejudicando pelo fato de termos ficado com pouco tempo para trabalhar, o que nos sobrecarregou de certa maneira. Por isto foi essencial a orientação da professora Mônica que revisou todos os

textos e sempre trouxe sugestões para que pudéssemos aprimorá-los; além da forma de trabalho que adotamos, em que todo o processo que envolvia a preparação das aulas e dos materiais foi feito em conjunto.

Durante as observações das aulas do professor Fernando, percebemos que a utilização de textos era recorrente como uma ferramenta pedagógica, e que, muitas vezes, norteava toda a discussão feita com a classe. Entretanto, também notamos que parte da turma mostrava certa resistência em ler aqueles textos, e especificamente durante a aula do dia 2 de maio quando o professor Fernando mencionou que na semana seguinte teriam início as aulas dos estagiários, alguns deles se manifestaram em nome da turma relatando experiências desagradáveis com os estagiários do ano anterior visto que estes traziam muitos textos, o que tornava as aulas cansativas e demasiadamente monótonas. Tínhamos, então, dois grandes desafios: primeiramente devíamos atender, à despeito da vontade da classe, a proposta do nosso projeto de estágio que era a produção de materiais didáticos, o que os tornariam inevitavelmente maiores do que aqueles trazidos usualmente por Fernando; além disso a construção dos nossos materiais didáticos - que tinha como objetivo dialogar com as leis 10639/03 e 11645/08 - acabaria se deparando com o debate que perpassa os estudiosos e teóricos do ensino, que diz respeito a como aplicar o ensino de história da África, dos afrodescendentes e dos indígenas, visto que nem os antigos PCN, nem as novas leis, especificam métodos a serem utilizados para cumprir as suas próprias diretrizes, sendo que esta tensão acaba ficando a cargo do professor - o qual deve consultar as leis e moldar as suas futuras produções tendo as diretrizes como horizonte.

Entretanto, para que fique claro a questão dos materiais, analisemos a proposta do projeto e os motivos pelos quais consideramos importante a produção de textos didáticos. A história como ciência humana consegue construir conhecimento através de dois elementos fundamentais: o debate e a produção escrita. Neste sentido não bastava que nós apenas propuséssemos discussões em sala de aula com os alunos, pois embora elas fossem importantes, era preciso que a capacidade de argumentação escrita dos estudantes também fosse fomentada para que se pudesse construir conhecimento histórico escolar. Mas a capacidade de argumentação escrita só pode ser desenvolvida se há a prática de leitura, e por isto se torna fundamental o trabalho com textos mais elaborados em sala de aula. O projeto respalda esta argumentação a partir do momento que traz como propostas a indissociabilidade entre textos didáticos e fontes históricas, que contribuem para aproximação da história com a realidade dos alunos e a construção

dos materiais didáticos pelos próprios estagiários, o que permite que estes desempenhem a função do professor pesquisador, exercitando assim a capacidade de mediação didática e a produção de conhecimento histórico escolar juntamente com os alunos.¹²

Desta forma, buscamos dialogar o projeto com as nossas referências teóricas historiográficas da história social e da micro história, trazendo, assim, não apenas os escravos como sujeitos de sua história, mas também deixando claro que as relações entre os diversos grupos étnicos no Brasil se constituiu a partir do conflito e da influência mútua entre as diversas culturas e valores sociais. Indo de encontro com a concepção de Abreu e Mattos, problematizamos e contextualizamos historicamente as datas cívicas do 13 de maio e o dia 20 de novembro através do confronto com documentos da época, apresentando uma abordagem de ensino apoiada em uma perspectiva crítica e dinâmica, o que nos permitiu estabelecer relações com a memória da escravidão e da abolição, e suas rupturas e permanências na história recente.¹³ O processo de mediação didática se baseou assim neste diálogo, e nos orientou quanto a todo conteúdo trazido, as formas de avaliação propostas, e nos documentos analisados.

Neste sentido, foi fundamental a inserção de fontes primárias em nossos materiais para que os alunos pudessem realizar em sala uma análise crítica e dirigida acerca destas relações sociais e culturais que perpassaram a sociedade brasileira dos séculos passados, e que ainda têm influência sobre a sociedade contemporânea, o que nos permitiu trabalhar a relação entre passado e presente. Tal como Abreu e Mattos sugerem, fazendo referência aos estudos de Stuart Hall, focamos “a nossa atenção criativa para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra”¹⁴. Foram diversos os tipos de fontes que trouxemos em nossos materiais, variando entre relatórios de polícia, processos criminais, diários de viajantes, até documentos iconográficos como pinturas, gravuras, e fotografias. Todos os documentos eram acompanhados de referências e propostas de análise.

¹² DELGADO, Andréa Ferreira. *Saber escolar e conhecimento histórico: itinerários para novas configurações da história escolar*. Florianópolis: UFSC, 2009. p. 31.

¹³ ABREU, Martha Abreu & MATTOS, Hebe. Em torno das “diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.

¹⁴ HALL, Stuart. *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas. 2003. APUD ABREU, Martha Abreu & MATTOS, Hebe. Em torno das “diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.

Buscamos sempre ter a precaução de enfatizar que nenhum documento esgota o seu significado em si mesmo, sendo necessário sempre contextualizar a sua produção, inquirindo quais eram os objetivos de sua produção, para quem ele se direcionava, em quais circunstâncias havia sido elaborado, além, é claro, de ressaltar que sempre há influência direta da subjetividade de seu autor. Ao selecionarmos estes documentos, priorizamos aqueles que traziam as personagens do cotidiano, pois acreditávamos, assim como defende Vainfas, que o micro é tão importante e legítimo quanto o macro, e assim é possível que tenhamos uma visão sobre os escravos e os afrodescendentes no Brasil a partir da análise de casos particulares¹⁵. Além de serem muito importantes para os alunos perceberem as diversas relações em torno da escravidão e da experiência negra, os documentos puderam aproximar a história dos alunos a partir do momento em que lhes permitiram - somado aos debates e às discussões em sala - construir o conhecimento histórico através de sua análise.

Além dos documentos, os textos traziam mais elementos que buscavam os tornar mais didáticos e compreensíveis. A utilização de boxes foi fundamental neste aspecto, pois os utilizávamos tanto para inserir os documentos - o que ajudava na identificação dos mesmos em meio ao texto - como para trazer o significado de palavras e conceitos que podiam ser estranhos aos alunos. A sua organização trazia sempre duas colunas por página, o que os deixavam com uma estética mais agradável para a leitura, pois essas colunas se mesclavam com os documentos e os boxes, dando um caráter mais dinâmico aos materiais.

Uma grande preocupação que tivemos foi referente ao tipo de linguagem utilizada. Como se tratava de uma turma de 9º ano, onde a média de idade dos alunos é de 14 anos, podíamos utilizar alguns conceitos e vocabulários mais elaborados em relação àqueles que havíamos presenciado nas nossas observações do Estágio I, quando observamos as aulas da professora Daniela no 6º ano B. Entretanto, ainda assim, tínhamos que ter o cuidado de fornecer glossários para que eles identificassem os principais conceitos (mais uma vez justifica-se o uso dos boxes). Além disso, tínhamos que considerar a manifestação dos alunos de que não gostavam de textos muito longos, então voltamos os nossos esforços para redigir de uma forma que dialogasse e questionasse os alunos, os chamando para a aula e para própria leitura. Foi freqüente, assim, o uso de indagações, provocações, e proposições de debates nos materiais, e

¹⁵ VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

podemos perceber que esta estratégia surtiu efeito, pois nas atividades que eles nos entregavam percebíamos que muitas informações haviam sido retiradas dos nossos textos didáticos.

Uma atividade que nos foi muito emblemática para perceber que a leitura dos textos era frequente foi a atividade 2, referente ao texto didático que trabalhou com as formas de trabalho no campo e nas minas. A atividade trazia duas propostas: primeiro eles deveriam fazer uma análise de alguns documentos trazidos no material, buscando informações sobre os autores, o que retratavam, para quem eram dirigidas, e uma série de outras informações. Em seguida, eles deveriam - baseados nos materiais, nas aulas e nos documentos - escolher uma personagem de um dos documentos iconográficos presentes no texto e criar uma história para eles, dando-lhes nome, idade, local de trabalho, relações sociais e diversos elementos mais que pudessem complementar a trajetória de vida daquele sujeito. O resultado foi fantástico, pois desta atividade resultaram ótimas produções e era possível perceber elementos dos textos e das aulas presentes em cada história criada. Um (a) aluno (a) deu vida à José Cesário, escravo filho de escravos, de 36 anos e que trabalhava em um engenho de açúcar desde pequeno, até que quando tinha 18 anos, devido às descobertas das minas de ouro, foi vendido para trabalhar na região das minas.

Foram anos de prática, trabalhando nas minas existentes na África. Até que voltaram a vir, dessa vez muitos colonos, em busca de escravos especializados no trabalho de mineração. Era a cobiça da Coroa Portuguesa, e dos colonos, em busca de ouro e pedras preciosas. Era minha chance para fugir do meu senhor, mas acabei pego por um colono que me levou para uma região que ainda estava sendo muito explorada, onde havia diversas jazidas.¹⁶

Podemos perceber, neste trecho, diversos elementos trazidos no material, bem como nas aulas. A busca dos escravagistas das minas por escravos que já tinham experiências na extração de metais preciosos; a corrida desenfreada em busca de ouro visto que a disputa pelo território era grande, as jazidas se esgotavam rapidamente e as tentativas de fuga de escravos eram freqüentes. Há ainda outros trechos que se tornam interessantes de analisar. “Escondido de meu ‘novo senhor’, junto um pouco de ouro/diamante encontrado, para comprar minha Carta de Alforria (...). Quero livrar-me

¹⁶ Trecho de atividade produzido por aluno (a) do 9º ano A. Acervo pessoal dos autores.

de meu senhor, comercializar ou viver de algo que exija menos de minha parte (...).”¹⁷ Nestes dois trechos podemos perceber que ele(a) não só trouxe elementos como a compra da carta de alforria, e a possibilidade de os africanos e afrodescendentes viverem de outras atividades que não o trabalho escravo, como também trouxe a perspectiva do escravo como sujeito, com aspirações e ideias próprias, em uma relação de conflito, e não de vítima.

Muitas outras atividades trouxeram aspectos importantes encontrados nos materiais, que por sua vez, certamente tiveram um papel fundamental nas aulas, ainda mais quando dialogados com as demais estratégias e ferramentas pedagógicas.

7. Prática Docente: o currículo em ação

Neste capítulo pretendemos desenvolver um balanço geral do período em que realizamos a prática docente, ou seja, buscaremos abordar como foi realizado este difícil processo de “traduzir” o nosso projeto de estágio para o campo da prática. Perpassaremos por alguns pontos, tais como: a análise do trabalho por eixos temáticos, suas implicações, dificuldades e facilidades; comentaremos também sobre a utilização dos materiais didáticos em sala de aula, tal como o das atividades realizadas; os usos das diversas ferramentas pedagógicas; e também discutiremos as nossas percepções em relação a retorno dos alunos nas produções textuais realizadas nas atividades e em suas participações em sala de aula. Acostumados com o padrão tradicional de história cronológica, ficamos surpresos ao saber que trabalharíamos com uma história temática. Esta opção foi desafiadora, pois além da necessidade de nos adaptar a metodologia, isto implicava em um conhecimento muito mais amplo da temática em questão, pois ao dividirmos a temática em quatro eixos (trabalho, resistências, religiosidades e cultura e indígenas no processo de interiorização) acabamos percebendo a necessidade de nos aprofundar nestes quatro pontos, que embora interligados, não poderiam ser abordados de modo genérico, mas de modo que se evidenciassem as suas devidas especificidades e os devidos recortes historiográficos. Para tal desafio, foi necessário encontrar uma vasta bibliografia, não somente para que pudéssemos abordar o tema, mas para suprir as nossas já citadas carências de conteúdo em relação ao período da escravidão brasileira.

¹⁷ Trecho de atividade produzido por aluno (a) do 9º ano A. Acervo pessoal dos autores.

Todavia, no decorrer do processo da prática docente, adquirimos uma compreensão maior das possibilidades e das praticabilidades do uso de eixos temáticos. Evidenciamos como um aspecto positivo para as nossas aulas a transposição do tempo cronológico para se trabalhar a temática escravidão no Brasil Colonial, pois ao permearmos nossas aulas com conceitos e noções como sincretismos, diacronismos, rupturas e permanências, conseguimos nos reerguer de uma concepção histórica de casualidades, ou seja, refutamos a visão historiográfica em que um evento desencadeia o outro - sendo a história uma mera linha retilínea ligada por causas e consequências - e abrimos um leque maior para a compreensão dos processos históricos com suas devidas especificidades e dialéticas. A história temática permite, então, que se crie uma consciência de que é o presente que pauta a história, e esta nada mais faz do que buscar no passado a compreensão para questões e problematizações do nosso tempo, ou seja, esta abordagem

supõe que o estudante poderá olhar para o seu tempo como resultado das injunções políticas que se deram no passado e como uma das alternativas que, em função de um intrincado jogo de forças, superou outras possibilidades, estabelecendo-se como solo predominante a partir do qual hoje produzimos nossos modos de vida.¹⁸

Para que fique mais claro a metodologia utilizada, explicaremos os eixos de forma separada, nos aprofundando nos detalhes de cada um.

a. *Trabalho Escravo*

<i>Materiais didáticos</i>	<i>Texto 1 - Diáspora Africana para o Brasil: O tráfico negreiro e a escravidão¹⁹; Texto 2 - A escravidão africana no Brasil Colonial²⁰; Texto 3 - Escravidão doméstica e urbana no Brasil Colônia²¹</i>
<i>Atividades</i>	<i>Atividades 1²², 2²³ e 3²⁴</i>

¹⁸ PEREIRA, Nilton Mullet; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Abordagem temática no Ensino da História. In: *Ensino de História: Desafios Contemporâneos*. Novo Hamburgo: EST Edições, 2010, v. 01, p. 175.

¹⁹ Texto inserido em Anexo 1, p.55-57, deste mesmo relatório.

²⁰ Texto inserido em Anexo 2, p.69-71, deste mesmo relatório.

²¹ Texto inserido em Anexo 3, p.77-79, deste mesmo relatório.

²² Atividade inserida em Anexo 1, p.58 deste mesmo relatório.

²³ Atividade inserida em Anexo 2, p.72-74 deste mesmo relatório.

²⁴ Atividade inserida no *Texto 3 – Escravidão doméstica e urbana no Brasil Colônia*, em Anexo 3, que consta no anexo 3, p.79 deste mesmo relatório.

<i>Aulas</i>	<i>06 aulas</i>
<i>Profº Estagiário</i>	<i>André</i>

O primeiro eixo a ser discutido foi o Trabalho, que ocupou as 5 primeiras aulas, contou com a produção de três textos e três atividades. Decidimos iniciar com este eixo, pois como a escravidão remete diretamente a um regime de trabalho, logo consideramos que seria mais apropriado começarmos a discussão por este tema. Primeiramente, buscamos fazer a desconstrução de que o trabalho escravo se dava apenas nos engenhos de açúcar, e de que a relação de trabalho era totalmente vertical, na qual o senhor mandava e o escravo obedecia. Para isso, inserimos nos materiais diversos documentos que mostravam perspectivas diferentes, além, é claro, de trazer vários elementos através da oralidade e das discussões em sala de aula. Abordamos as diversas formas de trabalho escravo: nos engenhos; no campo; nas minas de ouro e diamantes; os diversos tipos de trabalhos urbanos e domésticos; além de outras atividades como a pesca da baleia, muito utilizada em Desterro. Buscamos ampliar as dimensões do trabalho escravo, deixando evidente que elas formavam um sistema complexo e imbricado na sociedade colonial. A abordagem da história temática se mostrou vantajosa neste sentido, pois nos permitiu enxergar o trabalho escravo durante todo o período colonial, e até mesmo no período imperial, nos ajudando a trabalhar com a ideia de permanências e rupturas.

No decorrer deste eixo, abordamos a pluralidade do trabalho escravo sob diversas óticas, todavia, uma das estratégias mais características deste eixo, e também do nosso estágio como um todo, foi o trabalho com viajantes europeus no Brasil Colonial. Ao trabalharmos com nomes como Jean Baptiste Debret, Carlos Julião e Johan Moritz Rugendas - todos imigrantes europeus em terras brasileiras – tivemos o cuidado de selecionar documentos produzidos por estes, para através destas fontes documentais problematizar o olhar do ‘outro’ em relação à escravidão brasileira. Podemos exemplificar essa metodologia através da nossa primeira atividade realizada com os alunos, na qual lhes apresentamos um texto e uma imagem de autoria do citado viajante Johan Moritz Rugendas²⁵. A análise das obras de Rugendas como documentos históricos foi uma opção metodológica muito rica, ao nosso ver, pois além de não as compreendermos meramente como imagens ilustrativas, mas sim como produções

²⁵ A imagem consta no *Texto 1 - Diáspora Africana para o Brasil: O tráfico negreiro e a escravidão*, inserido no Anexo 1, pg.55-57 deste mesmo relatório.

culturais de amplos significados, buscamos refutar a idéia de que estas representaram um ‘retrato fidegino’ da época, ou seja, encerrando o assunto ao invés de abrir possibilidades de interpretação. Enfatizamos, principalmente, o trabalho com a subjetividade do autor e sua forma própria de interpretação da realidade, lembrando sempre aos alunos que esta visão foi influenciada pelas suas múltiplas vivências e limitada pelo seu tempo de vida, pois, caso contrário, estaríamos lidando com um anacronismo. Por fim, ressaltamos também a importância de se compreender não somente ‘quem’ estava produzindo, mas ‘para quem’, caracterizando esta visão idealizada da escravidão brasileira como ‘eurocentrista’.

Dado esta primeira dimensão do trabalho em diversas esferas, passamos a problematizar as relações de trabalho entre escravos e senhores. Mais uma vez através dos materiais, documentos e discussões, mostramos que as relações de trabalho estavam sujeitas a negociações de ambas as partes, escravos e senhores, não se limitando a uma relação unicamente de exploração. Exemplo emblemático desta relação eram as escravas amas de leite²⁶, que conseguiam negociar melhores condições de trabalho e até mesmo roupas novas a partir de sua gravidez. Eram várias as artimanhas utilizadas pelos escravos para amenizar ou subverter as suas péssimas condições de trabalho, assim como, também, eram várias as artimanhas utilizadas pelos senhores de escravos para tirar o máximo de proveito de seu trabalho, e foi a partir desta relação conflituosa, pautada pela constante negociação, que o trabalho escravo foi abordado como um dos eixos temáticos, quando foi problematizado, principalmente, a condição do escravo como mercadoria. Assim, a história temática também facilitou a compreensão de que embora fossem classificados em sua época como bens e propriedades privadas, enxergar os escravos como mercadoria não faz sentido, já que estavam envolvidos em uma teia de relações complexas, que os permitia até mesmo negociar suas condições de trabalho.

b. *Resistências Escravas*

<i>Materiais didáticos</i>	<i>Texto 4 - Formas de resistências escravas²⁷; e Texto 5 - Os mocambos e quilombos na América Portuguesa²⁸</i>
<i>Atividades</i>	<i>Atividades 4²⁹ e 5³⁰</i>

²⁶ Diário de um viajante chamado Charles Expilly datado de 1853. In: LEITE, Míriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1984. p. 91-92.

²⁷ Texto inserido em Anexo 4, p.86-88, deste mesmo relatório.

²⁸ Texto inserido em Anexo 5, p.101-104, deste mesmo relatório.

²⁹ Atividades inseridas em Anexo 4, p.89-93, deste mesmo relatório.

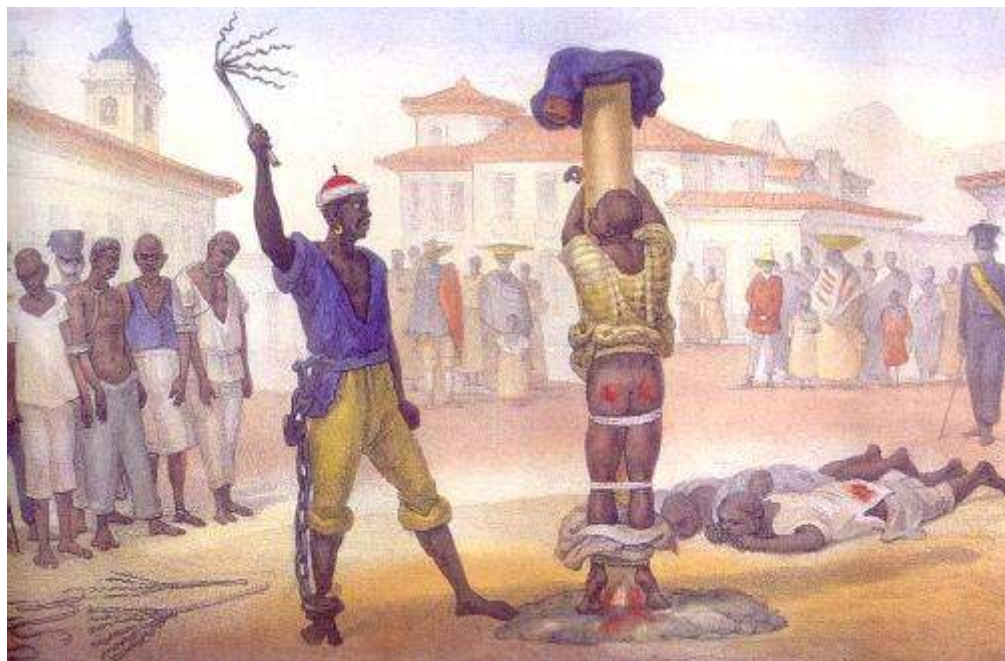
<i>Aulas</i>	<i>05 aulas</i>
<i>Profº Estagiário</i>	<i>André e Ricardo</i>

Este eixo foi essencial no nosso projeto de estágio, pois foi através dele que desenvolvemos e problematizamos uma das questões mais importantes e características do nosso trabalho: a multiplicidade das negociações entre senhor e escravo. Através dele, apresentamos definitivamente o escravo distante do conceito de “mercadoria” abordado no eixo anterior e os tratamos como agentes históricos e políticos. Vale a pena ressaltar que nem todos os escravos praticaram atos de resistência, mas muito mais válida é a ressalva de que nem todos eram submissos às vontades senhoriais. Embora a escravidão fosse uma relação de dominação, esta teoria nem sempre correspondia à prática, pois tanto o escravo, como o senhor, tinham interesses em negociar as suas relações e condições para um acordo mútuo, entretanto, nem sempre a negociação se desenrolava como esperado e quase sempre a balança pesava mais para o lado do menos favorecido economicamente e politicamente - o escravo. Fazendo uso do antigo ditado de que regras violentas geram situações violentas, as resistências escravas podiam levar ao simples ato de abdicar do trabalho em um dado dia, ou à fugas (as quais podiam chegar ao drástico castigo de açoitamento em praça pública, ou até marcação à ferro-quente na pele com um “F” de “fujão”) , mas as situações que mais chamam a atenção são os homicídios, suicídios, infanticídios, abortos e a formação de quilombos. Ao apresentar todas estas formas de resistências, buscamos ampliar ainda mais a concepção dos alunos em relação à diversidade da condição escrava e do tratamento dado pelos escravagistas perante as ações de resistência dos escravos.

Para exemplificar a construção destas relações apresentaremos dois momentos emblemáticos deste eixo em ação, focando principalmente no uso de documentos históricos em sala de aula. Cabe aqui ressaltar que esta foi uma prática recorrente durante todo estágio, na qual utilizamos diversos tipos de documentos para análise e problematização do conteúdo estudado, sendo muito frequente nos servirmos de relatos e representações iconográficas de viajantes. Essa experiência foi muito rica, pois pudemos trabalhar com os alunos a prática de relativizar as fontes a partir de suas particularidades e também das subjetividades de seus autores. No dia 2 de junho

³⁰ Atividade inserida em Anexo 5, p.105-106, deste mesmo relatório.

reproduzimos a clássica pintura de Jean-Baptiste Debret “Escravo no pelourinho sendo açoitado”³¹ em sala com o uso do data-show. Segue a imagem abaixo:



Montamos uma série de questões que lançáramos aos alunos em relação ao conceito de violência na época utilizando o texto *Escravidão no Brasil: Um balanço historiográfico*³². Indagamos primeiramente se alguém conhecia aquela imagem, visto que ela é uma imagem canônica, ou seja, que procura encerrar um assunto através de um estereótipo³³. Questionamos aos alunos o que eles estavam vendo, e a discussão partiu deste ponto. Muitos diziam que a imagem correspondia a um escravo sendo açoitado de forma cruel e humilhante e a partir destas informações, trazidas pelos próprios alunos, passamos a problematizar uma série de elementos, como o próprio conceito de violência. Mais uma vez a história temática nos permitiu fazer aproximações entre passado e presente, pois se hoje é inaceitável que uma pessoa leve chibatadas, até o século XIX esse era um castigo passível de ser aceito pela sociedade, e era tido como disciplinar e necessário, até mesmo por alguns escravos. Ou seja, a

³¹ Escravo sendo açoitado por Jean-Baptiste Debre, 1835. <http://www.portalentretextos.com.br/colunas/recontando-estorias-do-dominio-publico/o-prof-leonardo-castro-apresenta-resumo-ilustrado-sobre-o-traffic-de-escravos,236,5822.html>. Acessado dia 08/05/2011 às 22h:01min.

³² LARA, Silvia H. *Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico*. Revista de História, V.3, N.1, 1992. p. 215-244.

³³ SALIBA, Elias Tomé. As imagens canônicas e o ensino de história. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. *III Encontro persepectivas do ensino de história*. Curitiba: Quatro Ventos, 1999.

questão principal é saber relativizar o conceito de violência para que possamos estudar a escravidão sem cairmos em anacronismos. Utilizando da imagem que usualmente é empregada para encerrar um assunto, nós fizemos justamente o caminho inverso, abrimos a discussão a partir dela.

Outra atividade que obteve destaque em nosso estágio foi a atividade 5 que estava relacionada ao eixo resistências e que foi introduzida pelo Texto 5: *Os mocambos e quilombos na América Portuguesa*³⁴, por meio do qual se apresentou e se discutiu o processo de formação de diversos quilombos e mocambos como grande exemplo da busca dos escravos por maior liberdade e melhores condições de vida na América Portuguesa e como forma de resistência coletiva que visava a uma autonomia do controle dos seus senhores. A partir das problematizações realizadas em sala, construímos, com os alunos, um importante alicerce para a compreensão do documento histórico com o qual se pretendia trabalhar. Essa atividade foi inspirada pela leitura do texto *Do plural ao singular* da historiadora Silvia Hunold Lara³⁵ que tinha como proposta uma análise documental sobre a derrocada do quilombo dos Palmares, segundo a clássica obra *História da América Portuguesa* de Sebastião Rocha Pita. Escolhemos o texto de Pita devido à quantidade de informações preciosas contidas no mesmo, tão bem evidenciadas na narrativa pessoal que o autor estabelece acerca do evento, relacionando-se com os personagens ao ponto de deixar bem evidente sua opinião sobre eles e sobre os acontecimentos nos quais estão envolvidos, como a sua admiração pela empreitada do governador da capitania de Pernambuco, Caetano de Mello, contra Palmares que resultou, nas palavras do autor, em “um glorioso fim”³⁶.

O documento utilizado na atividade 5 foi um recorte do trecho em que Pita discorre sobre Palmares, o que demandou uma seleção de trechos e adequação da linguagem, pois consideramos que o português arcaico, utilizado pelo autor, atravancaria a realização da atividade. Segue o documento:

Atividade 5

³⁴ Op, cit.

³⁵ LARA, Silvia H. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: _____ REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 81-109.

³⁶ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. 1730. p. 476-486. (Obra completa disponível para download no site: <http://www.brasiliana.usp.br/node/365> acessado dia 11/06/2011).

Leia o documento abaixo, escrito por Sebastião da Rocha Pita³⁷, sobre a derrocada de Palmares:

Documento 1

Pernambuco padecia em calamidade, porém o Governador Caetano de Mello de Castro, julgando que das mais árduas empreitadas se colhem os aplausos maiores, tomando esta de Palmares com tanto empenho que veio a lhe dar glorioso fim. Escreveu ao Governador e Capitão Geral D. João de Lancastro, pedindo-lhe que ordenasse ao paulista Domingos Jorge, que com suas tropas, caminhasse a Palmares; o que executou com muita presteza, marchando com os seus índios, capitães e oficiais para aquela vila.

Palmares possuía muralha e portões de fortíssima madeira, oriunda da região e difícilíssima de derrubar. As tropas puseram escadas ao redor da muralha palmariana, mas eram rechaçados pelos inimigos com armas de fogo, flechas, como de água fervente e brasas acessas.

O nosso exército (...) se punha a bater-lhes as portas com novo alento que, à força de machados e braços, lhe abriu o Sargento-mor Sebastião Dias, logo seguido pelos outros. Entraram juntos, encontrando alguma resistência nos negros, mas inferior à que presumiram; porque o seu príncipe Zumbi com os mais esforçados guerreiros, e leais súditos, querendo obviar a condição de cativos da nossa gente, e desprezando a morte ao nosso ferro (...), voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perdê-la aos nossos golpes.

Este fim tão útil, como glorioso teve a guerra, que fizemos aos negros dos Palmares, devendo-se não só o impulso da empresa, mas os meios da execução, ao valor e zelo, com que Caetano de Mello de Castro governou a província de Pernambuco, de cujo emprego por este e outros serviços, fez com tantos créditos, e aplausos, que lhe concedeu o cargo de Vice-rei da Índia; cargo que exerceu com grandes acertos, deixando em todas as referidas partes uma ilustre memória.

Texto adaptado da obra: PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. 1730. p. 476-486. (Obra completa disponível para download no site: <http://www.brasiliana.usp.br/node/365> acessado dia 11/06/2011)

³⁷ Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) foi senhor de terras e lavouras, advogado, escritor e poeta brasileiro.

O modo como Pita estrutura seu texto revela muito sobre a verdade histórica que o autor pretendia construir, tal como quando descreve a dificuldade com que as forças armadas tiveram ao invadir o quilombo, sendo que este possuía muralha e portões de fortíssima madeira, oriunda da região e difícilíssima de derrubar, sem contar o fato de que as tropas, ao colocarem escadas ao redor da muralha palmariana, eram rechaçadas pelos inimigos com armas de fogo, flechas, como de água fervente e brasas acesas. Tamanha ênfase em enaltecer a gloriosa e penosa ação das tropas antiquilombos, aliado ao fato de Caetano de Mello julgar que “das mais árduas empreitadas se colhem os aplausos maiores”³⁸, levou uma série de historiadores a criticarem a obra de Pita por apresentar Palmares apenas como um mero degrau na ascensão de Caetano de Mello que, de governador da capitania pernambucana chegou ao cargo de vice-rei das Índias por seus serviços prestados à Coroa. Por fim, o ponto mais polêmico fica para a morte de Zumbi do Palmares, símbolo da resistência negra, cujo óbito se atribuiu a um homicídio ocorrido no calor do embate em Palmares, mais especificamente no dia 20 de novembro de 1695. Porém, na obra de Pita, o líder palmariano é um príncipe que, ao perceber a morte inevitável no momento da invasão das tropas militares, preferiu voluntariamente “se despenhar junto com seus súditos”.

Construímos três questões para a atividade, sendo que estas seguiam o nosso modelo previamente estabelecido de pesquisar, analisar e refletir sobre o documento de modo gradual, iniciando por questões mais básicas, até chegarmos às mais complexas. A questão 1, referente à análise documental do texto de Pita, foi a que requeria maior trabalho dos alunos, dividida em dez subquestões, solicitou, nas quatro primeiras, que os alunos exercitassem a capacidade de identificação e interpretação do documento, sendo elas:

- 1)
 - a) Quem foi Sebastião da Rocha Pita?
 - b) Quais os personagens apresentados pelo autor do texto e em que situação eles estão envolvidos?
 - c) Qual a relação do autor do texto e esses personagens?
 - d) Quando ele escreveu esta obra? Esta data coincide com o período do evento registrado?

³⁸ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. 1730. p. 476-486. (Obra completa disponível para download no site: <http://www.brasiliana.usp.br/node/365> acessado dia 11/06/2011).

Ao voltarem para o texto e buscarem as respostas, os alunos iniciaram o trabalho de identificação como, por exemplo, através de um asterisco de observação sobre Sebastião da Rocha Pita, consta que foi senhor de terras e lavouras, advogado, escritor e poeta brasileiro. Na questão b, fomos levados a identificar e relacionar os personagens do texto com a derrocada de Palmares, tal como o governador Caetano de Mello e o governador geral D. João de Lancastro, Zumbi dos Palmares e os bandeirantes Sebastião Dias e Domingos Jorge. A partir da letra c, trabalhamos mais propriamente a análise documental, provocando uma reflexão sobre a relação do autor com os personagens do texto, diligenciando, assim, a subjetividade da obra, o que consideramos ser um dos pontos mais importantes da atividade. Por fim, na questão d, o alvo era o de que o aluno localizasse temporalmente a obra, pois mesmo que o autor fosse contemporâneo à época de 1695, a obra foi escrita em 1730. As questões subsequentes abordam pontos essenciais do discurso construído pelo autor sobre a relação entre ele mesmo, a ascensão política de Caetano de Mello e a ação das forças armadas:

- e) Segundo Sebastião da Rocha Pita, o governador Caetano de Mello de Castro julgava que “(...) *Das mais árduas empreitadas se colhem os aplausos maiores (...)*”. Interprete, com suas palavras, o que o autor quis dizer com essa frase e porque ele fez essa afirmação.
- f) Muitos historiadores criticam esse documento por apenas glorificar a ação das forças armadas e registrar Palmares como um mero degrau na ascensão do governador de Pernambuco Caetano Mello. Você concorda com essas críticas? Por quê?
- g) Identifique outros trechos do texto que poderiam reforçar essas críticas dos historiadores.

Nessas questões, propúnhamos uma problemática interessante da atividade, indicando uma reflexão crítica sobre a historiografia referente à obra. Na primeira questão, o aluno deveria refletir sobre a afirmação que Pita atribui ao governador Caetano de Mello, relacionando-a com o fato de o mesmo ter feito uso da referida árdua empreitada contra Palmares para receber os seus grandes aplausos e, acima de tudo, construir uma carreira política que chegou ao almejado posto de vice-rei das Índias.

Pelas questões f e g, o aluno era levado a exercitar a sua capacidade crítica, requisitando a sua opinião a respeito das críticas historiográficas ao documento e, novamente, articulando com a identificação, no texto, de trechos que reforcem a sua argumentação. Assim, partimos para uma análise mais específica do personagem de Zumbi:

- h) Sebastião da Rocha Pita, ao se referir a Zumbi no penúltimo parágrafo do documento acima, constrói uma determinada imagem do personagem. Em sua opinião, como o autor representa Zumbi?
- i) Compare essa representação de Zumbi, construída por Rocha Pita, com a imagem criada por Antônio Parreiras em 1927 para representar o mesmo personagem. Como podemos explicar as suas diferenças?
- j) Em sua opinião, podemos dizer que alguma dessas imagens retrata verdadeiramente Zumbi? Justifique sua resposta:

O nosso principal objetivo, com essas questões, foi a problematização da imagem do líder de Palmares, figura tão presente na cultura brasileira atual, mas sobre quem ainda se sabe pouco. Devemos ressaltar que as imagens de Zumbi, contidas em nosso material didático, foram discutidas e problematizadas em sala - salientando sempre a importância de se analisar a imagem como um documento histórico, indicando a subjetividade inerente à autoria, sendo que as representações iconográficas não encerram assuntos, não criam verdades, mas oferecem possibilidades de discussão. Ao trazer o material didático à tona, para contrastar a imagem pintada por Antônio Parreiras com a descrita em texto por Pita, não só fez com que o aluno retornasse ao que foi problematizado em sala e relacionasse com o que foi proposto na atividade, diferenciando as imagens, mas, principalmente, que se questionasse sobre a possibilidade de se criar uma verdadeira representação de Zumbi.

Figura 1³⁹

³⁹ Zumbi dos Palmares de Antônio Parreiras, 1927. http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/zumbi_um_heroi_cercado_de_misterio_imprimir.html. Acessado dia 09/06/2011.



Por fim, a atividade continha duas questões que incitavam os alunos a exercitarem seu pensamento crítico sobre o que foi trabalhado previamente:

2. No ano de 1986, a cidade do Rio de Janeiro criou um monumento para homenagear o personagem Zumbi dos Palmares e, em várias outras cidades do país, o dia 20 de novembro tornou-se feriado municipal. Explique, de acordo com o texto, porque esse personagem tem sido lembrado? Qual a importância da memória de Zumbi de Palmares para a história do Brasil?
3. O final do século passado marcou duas grandes conquistas para a memória dos quilombos; a oficialização do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra e os direitos concedidos pela Constituição de 1988 às comunidades quilombolas. Por que, em um país miscigenado como o Brasil, é importante manter viva a memória quilombola?

Estas questões requisitavam a opinião crítica do aluno, não somente sobre a questão dos quilombolas no período colonial, o que poderia limitar as ações destes

homens apenas ao período em que viveram, um erro crasso para a análise histórica, mas, também, pela busca do diálogo com os alunos por meio da relação entre passado e presente, identificando permanências e rupturas e a construção de lugares de memória. A personagem de Zumbi dos Palmares está presente em ambas as questões e utilizamos duas representações distintas de sua memória; o Dia da Consciência Negra (seu aniversário de morte) e o monumento erguido em sua homenagem no Rio de Janeiro. Vale salientar que já havíamos problematizado, com os alunos, a respeito do famigerado debate iniciado pelo movimento negro da década de 1970, que visava à implementação do 20 novembro (data atribuída à morte de Zumbi) em detrimento à de 13 de maio (data referente à abolição da escravatura), como data de celebração da cultura negra e, através de questionamentos direcionados à turma, percebemos o que cada data representa historicamente e as implicações inerentes à escolha das mesmas. Tendo como objetivo final a reflexão da importância da memória quilombola em nossa cultura miscigenada, realizamos um processo gradativo de análise para que os alunos pudessem discorrer sobre os motivos que levaram Zumbi a ser lembrado como um mártir até os dias atuais e, a partir disso, comentamos sobre a importância de sua memória ainda ser revisitada em nossa história no presente. Assim, esperamos que no, final do processo, o aluno fosse capaz de perceber a parcela fundamental de contribuição dos quilombolas como sujeitos históricos que resistiram a diversas imposições do regime escravista e almejaram condições mais dignas de vida. Da mesma forma, buscava-se o desenvolvimento de uma consciência de que eles lutavam para criar condições alternativas de liberdade, concomitantes ao sistema em que viviam.

Figura 2⁴⁰



⁴⁰ Monumento a Zumbi dos Palmares no Rio de Janeiro de João Filgueiras Lima, 1986. <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/foto/0,,15942009-EX,00.jpg> . Acessado dia 08/06/2011.

Alguns pontos são importantes ao refletirmos sobre a recepção dos alunos quanto a esta avaliação: utilizamos o tempo referente a uma aula e meia para explicar, em sala, sobre a atividade e auxiliar os alunos na realização da mesma, identificando os personagens, as situações em que se encontravam e esclarecendo as constantes dúvidas. O fato de grande parte dos alunos ter entregado a atividade, fez-nos perceber que, muitos deles produziram respostas que nos surpreenderam, considerando a propriedade com que realizaram críticas e reflexões sobre o tema, sempre atentos a questões de contexto histórico, subjetividade, temporalidades, entre outros elementos indispensáveis na análise de documento. A atividade também se articulou coerentemente com a nossa proposta de trabalho, ao valorizar a reflexão de um acontecimento marcado pela presença de diferentes personagens e sujeitos históricos, aproximando os alunos de suas concepções de mundo, das suas inquietações e dos seus projetos.

A produção das atividades deste eixo foi muito significativa, inclusive, consideramos um dos pontos altos do nosso estágio, pois conseguimos utilizar a nossa metodologia de uma maneira muito satisfatória. Na primeira atividade deste eixo (atividade 4), realizada no dia 06 de junho, fizemos o uso de vários relatos de polícia oriundos do período colonial, os quais relatavam vários tipos de resistências escravas (homicídios, suicídios, abortos, etc...). Dividimos a sala em grupos que se tornaram responsáveis pelos diferentes documentos que havíamos entregue no final da aula anterior e abordavam os diferentes tipos de resistência escrava vistos em sala de aula. Na primeira etapa da atividade, os grupos deveriam ler o seu documento e responder algumas perguntas de análise documental. Em etapa posterior, eles compartilhariam com os demais alunos as análises feitas dos seus documentos, o que implicaria na troca de informações e na busca da compreensão da diversidade da condição escrava, sendo um exemplo disso, as diversas formas de resistência. A terceira e última parte da atividade foi realizada em casa e consistiu na elaboração de um texto sobre resistências escravas que deveria ser embasado no texto didático, nos documentos analisados e discutidos e nos debates feitos em sala.

Podemos, assim, concluir que este eixo foi sumariamente importante para reforçar o que já havia sido abordado no anterior, ou seja, o refutamento da idéia do escravo como mercadoria e como sujeito submisso às vontades do senhor. Focando na questão da prática docente e do currículo em ação, acreditamos que o trabalho realizado neste eixo foi muito satisfatório e teve os seus objetivos alcançados, quiçá superados.

c. *Culturas e religiosidades*

<i>Materiais didáticos</i>	<i>Texto 6 - Culturas e religiosidades escravas na América Portuguesa e no Brasil</i> ⁴¹
<i>Atividades</i>	<i>Atividade 6</i> ⁴²
<i>Aulas</i>	<i>03 aulas</i>
<i>Profº Estagiário</i>	<i>Ricardo</i>

Até chegarmos neste eixo nós havíamos trabalhado insistentemente com a reflexão dos escravos como sujeitos de sua própria história, e por isso capazes de subverter, negociar, e resistir às suas condições precárias de trabalho e de vida. Entretanto, para significar essa abordagem, consideramos de extrema relevância apresentar a sua interação e intervenção na cultura e sociedade do Brasil Colonial.

O próprio título deste eixo, Culturas e Religiosidades, sugere algo que consideramos de extrema importância para se trabalhar o escravo como sujeito. Ao trazer estas palavras no plural, desconstruímos a ideia de que os africanos e afrodescendentes formavam um grupo homogêneo, de uma só cultura e uma só religião, ou ainda que a condição escrava pudesse homogeneizar as suas diversas culturas e religiosidades. Assim, trabalhamos em diversas frentes como as irmandades religiosas e suas práticas de mútua ajuda, a presença do catolicismo popular pregado por leigos e as próprias festas realizadas pelas irmandades. Ainda no âmbito das festas, abordamos as formas desiguais de tratamento da Coroa em relação aos festejos organizados pela irmandade e os ‘batuques’⁴³ realizados pelos africanos e afro-descendentes das mais variadas origens, sendo estes últimos, alvos de repressão do poder público. Ao levantarmos possíveis documentos para utilizarmos em sala de aula, encontramos o texto *O Escravo que virou rei* de Mariza Soares⁴⁴. A historiadora faz uso de um documento que relata a trajetória de vida do preto mina Inácio, tendo este sido batizado na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em 1742 e sido escravo durante 14 anos do

⁴¹ Texto inserido em Anexo 6, p.113-116, deste mesmo relatório..

⁴² Atividade inserida em Anexo 6, p.117-118, deste mesmo relatório.

⁴³ Segundo Reis, a definição de batuque é a de um termo genérico empregado pelos fiscais da Coroa para rotular todo e qualquer tipo de ajuntamento de escravos que estivesse fazendo uso de instrumentos de percussão. Estes eram temidos não somente por simbolizarem práticas culturais e religiosas africanas que ocorriam fora do controle da Igreja Católica, mas também pelo fato de que dos batuques poderia se gerar um levante escravo. Cf. REIS, João José. "Batuque negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista". In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 339-360.

⁴⁴ SOARES, Mariza C. *O escravo que virou rei*. Revista de História da Biblioteca Nacional, v.27, Dezembro de 2004.

mesmo senhor, atuando como barbeiro e sangrador. Cinco anos após, ele compraria a sua alforria, e, em 1759 se casaria com a também preta mina Vitória Correa, porém, para nós, o ponto principal de sua vida foi a criação de uma irmandade religiosa em 1762, a da Congregação dos Pretos do Reino de Mahi, sendo que Inácio viria a se tornar um dos sete reis africanos que compunham a Corte do Império de Santo Elesbão nas folias da irmandade. O documento foi de encontro com a nossa proposta de estágio, pois através deste pudemos trazer aos alunos um documento da época que nos serviu para problematizar a sociedade colonial a partir da ideia de subversão da ordem social, já que toda a hierarquização da sociedade era simbolicamente quebrada a partir do momento que um escravo assume o status de rei africano, constituindo assim todo um imaginário referente a africanidade.

Ao fazer um balanço do que foi proposto por nós estagiários e o que os alunos demonstraram ter significado durante o eixo, pudemos entrever uma boa recepção destes em relação aos conteúdos abordados, principalmente pelo fato dos discentes em geral não demonstrarem ter, até então, familiaridade com o assunto, inclusive, acreditamos que desconheciam grande parte do que lhes foi apresentado. Um dos momentos que nos fez acreditar que atingimos os nossos objetivos neste eixo foi um encontro que tivemos posterior ao período do estágio na 10ª SEPEX realizada na UFSC nos dias 19 à 22 de outubro. Nesta ocasião, tivemos a oportunidade de visitar um estande, montado pelos alunos dos três nonos anos do Colégio de Aplicação e que tinha como temática apresentar os resultados do projeto Pé na Estrada, baseado nas viagens de estudo realizada por eles, sendo uma delas para Minas Gerais. No estande, havia um enorme cartaz com o título de todos os artigos feitos por eles, muitos referentes às aulas que lecionamos, sendo um deles sobre as irmandades religiosas no Brasil Colonial. Em uma conversa posterior com o professor Fernando, tomamos conhecimento de que vários alunos utilizaram nossos textos como fonte para seus artigos.

d) *Bandeirantes e indígenas*

<i>Materiais didáticos</i>	<i>Texto 7 – Bandeirantes e indígenas no processo de interiorização da colônia⁴⁵</i>
<i>Atividades</i>	<i>Não tivemos atividades neste eixo</i>
<i>Aulas</i>	<i>02 aulas</i>

⁴⁵ Texto inserido em Anexo 7, p.127-128, deste mesmo relatório.

Embora este eixo possa parecer deslocado dos demais, ao dialogarmos com a história temática podemos ampliar as possibilidades de discussões e abordagens em torno da escravidão. Isto porque não entendemos a história como uma simples sucessão de fatos que desencadeiam uns aos outros, mas sim como uma busca no passado de reflexões que possam contribuir para questões do presente. Neste sentido, é o presente que pauta as buscas que faremos na história, inviabilizando o sentido de se estudar uma história cronológica. Vamos de encontro com Pereira e Graebin quando estes afirmam que:

O que o historiador busca é entender o evento ou buscar o seu significado, comparando-o com outros eventos em outros tempos e outros lugares; estabelecer relações entre dois ou mais momentos da História; trabalhar com conceitos; e compreender a dinâmica de causas e efeitos que percorrem os acontecimentos.⁴⁶

Considerar a escravidão africana e a indígena como isoladas uma da outra no tempo e espaço é um equívoco, pois os registros históricos revelam que ambas se relacionavam, sendo comum o uso de mão-de-obra tanto indígena, quanto africana ou afrodescendente de forma concomitante – podemos pegar como exemplo os engenhos e até mesmo os quilombos. Ao trazermos a citação acima, pretendemos demonstrar que o ensino de escravidão no Brasil Colonial se torna muito mais significativo a partir do momento em que passamos a comparar os diversos tipos de escravidão que existiram não somente no Brasil, mas tal como em outros lugares, por exemplo, na África.

Estas aulas decorreram de um modo bem tranquilo, pois o estágio já se encontrava no seu término, não aplicamos nenhuma atividade e também não pretendíamos encerrar o assunto, o qual seria abordado pelo professor Fernando, posteriormente.

O desenvolvimento do trabalho ocorreu, inicialmente, com a problematização realizada a respeito do monumento erguido em Goiânia, Goiás, em homenagem ao bandeirante Anhanguera. Para tal discussão, utilizamos o data-show para reproduzir a foto abaixo retirada do monumento⁴⁷:

⁴⁶ PEREIRA, Nilton Mullet; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *op. cit.* p. 171.

⁴⁷ Monumento ao bandeirante, localizado na Praça do Bandeirante em Goiania, Goiás. Criado pelo artista plástico Armando Zago:

Figura 3

A partir desta levantamos algumas questões, seguindo um processo que foi realizado durante todo o estágio. Primeiramente, seguiamos com questões de caráter identificativo (*Que tipo de imagem está sendo apresentada? Quando foi produzida? Quem o produziu?*), passando pelas de descrição (*Quem está sendo representado nesse monumento? Qual era o seu ofício? Onde o monumento está exposto? Como ele está se portando? Como ele está vestido? Que objetos ele tem em suas mãos?*), pelas de análise (*Qual a importância dele carregar um rifle e uma bacia para a representação dessa imagem? A que etnia ele parece pertencer? Porque ele está representado dessa forma?*), e por fim, pelas questões de interpretação (*Como esse monumento nos auxilia a problematizar o papel histórico dos bandeirantes no Brasil? Porque utilizou-se o recurso do monumento para representar o Bandeirante? Qual a importância dos monumentos históricos para o estudo da memória histórica do Brasil?*). Após esta série de questões, pedimos para que os alunos consultassem o *Texto 7 – Bandeirantes e*

*indígenas no processo de interiorização da colônia*⁴⁸ e fizessem a leitura da epígrafe do texto, a qual foi retirada de um texto da historiadora Glória Kok:

Altivos, imponentes, longas botas, chapéu e armas vistosas. Esqueça a imagem típica dos bandeirantes difundida pelos livros didáticos. A realidade era bem outra: as tropas caminhavam descalças por extensos territórios, sujeitas a todo tipo de desconforto, à mercê dos ataques de índios e de animais, fustigadas pela fome.⁴⁹

Sendo assim, levantamos duas questões simples, porém muito importantes: a representação do bandeirante no monumento e na epígrafe coincidem? (Já antevendo a resposta negativa) Porquê não? Consideramos todo este processo de questionamentos bem representativo para demonstrar o cuidado que possuímos nos diálogos com os alunos e nas problematizações realizadas em sala. Também pudemos observar a construção do conhecimento juntamente com o aluno, ou seja, fazendo um uso cauteloso da mediação didática.

Por fim, outra vantagem de termos abordado a história indígena através da história temática e que se mostrou muito produtiva, foi a possibilidade da relação do passado com o presente, quando trabalhamos as heranças culturais deixadas através da intervenção e interação da cultura indígena. Utilizamos para exemplificar esta cultura hábitos como o consumo da mandioca e do guaraná, ou até mesmo nomenclaturas presentes no cotidiano dos alunos, como a Fortaleza de Anhatomirin, a cidade de Itapema, Imbituba, e vários outros elementos que marcam a forte presença desta cultura na realidade dos alunos.

e) O uso de ferramentas e estratégias pedagógicas ao decorrer da docência

Doravante, vamos discorrer a respeito dos usos das ferramentas pedagógicas na nossa prática docente. Embora o espaço reservado para a reflexão do papel da orientação se encontre mais adiante em nosso texto, devemos destacar a grande influência dela na construção dos nossos saberes experienciais, principalmente no momento de nos auxiliar no campo das ferramentas pedagógicas, para que assim pudessemos não somente incorporar estas habilidades enquanto docentes, mas

⁴⁸ Op,cit.

⁴⁹ COK, Glória. *No mato sem cachorro*. Texto disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/no-mato-sem-cachorro>. Acessado dia 02/07/2011.

concomitante a isto, adquirir confiança ao utilizá-las em sala de aula - afinal de contas eram as nossas primeiras experiências ‘frente a frente’ com uma sala de aula.

O uso do quadro requereu certo esforço da nossa parte, pelo fato de que não estávamos familiarizados com o seu uso, nem ainda cientes da importância deste como uma ferramenta importante no diálogo entre o professor e a classe. O primeiro entrave encontrado foi o estético - a falta de familiaridade tornou-se bem evidente neste caso -, o que nos levou a praticar a nossa escrita para que ficasse a mais legível possível. O segundo aspecto a ser trabalhado, ao se pensar o uso do quadro, surgiu em uma das reuniões com os orientadores que ocorriam após as aulas, na qual nos foi sugerida a reflexão de que: tal como os alunos se utilizam do seu caderno como um material de apoio para anotar e sistematizar as informações, o professor também deve fazer o uso deste para fins semelhantes, porém ciente do papel das informações inseridas ali, as quais tornam-se muito importantes para os seus discentes, pois elas serão anotadas e possivelmente utilizadas para relembrar o conteúdo futuramente. Sendo assim, para que o mesmo tivesse um grau de coerência e organização suficiente para que todos os alunos pudessem compreender o que ali estava sendo passado, a professora orientadora nos aconselhou no sentido de que fizemos um esquema prévio do quadro antes das aulas, para que soubéssemos exatamente o que iríamos passar aos alunos - procedimento este que foi adotado e incorporado pela dupla. Embora tenhamos empregado estratégias para um uso mais adequado do quadro - inclusive obtendo avanços significativos ao nosso ver - não nos apropriamos deste como a ferramenta principal do nosso trabalho, o que ainda resulta em um certo sentimento de ‘estranheza’ quando se torna necessário utilizá-lo.

A metodologia mais utilizada durante todo o estágio foi o diálogo com os alunos, pois acreditamos que através deste é possível incentivar uma postura mais crítica e reflexiva do educando. No momento em que o professor lança uma pergunta que requer a opinião do aluno, este inicia o processo de organizar os seus diversos saberes para respondê-la, sendo muito importante o momento em que o estudante expõe para a sala o que concluiu a partir das suas reflexões, gerando assim uma interação entre os próprios alunos e sem dúvida entre os alunos e o seu professor - sendo que a dialética oriunda destas trocas de experiências, além de desempenhar um importante papel social, contribui na construção dos saberes de ambas as partes, sendo este processo um ponto

chave da mediação didática⁵⁰. Durante a preparação de nossas aulas sempre buscamos criar um roteiro de questionamentos com o intuito de melhor conduzir as discussões e o próprio rumo da aula. Não podemos deixar de citar que a participação da turma foi indispensável para o bom andamento destes diálogos, pois embora nem todos fossem participativos, os que se dispunham o faziam assiduamente, o que acabava atribuindo uma cadência muito interessante ao ritmo das aulas.

Ficou evidente até agora que durante toda a nossa experiência docente foram essenciais os papéis de orientação da professora Mônica e do professor Fernando. Desde o processo de pensar as aulas e elaborar os materiais didáticos, até o modo como circulávamos e nos portávamos dentro da sala de aula foram discutidos e debatidos com os nossos orientadores. Como afirmou Tardif, já citado anteriormente, os saberes experienciais são sempre (re) aprendidos pelo professor, de modo que sua formação se faz de maneira contínua. Já que esta foi nossa primeira experiência como docentes, era preciso que os nossos orientadores compartilhassem suas experiências para que a nossa formação pudesse ter uma base norteadora de início.

Ao observar as aulas do professor Fernando, vimos que ele era capaz de realizar diversas atividades de forma simultânea (explicar o conteúdo, lançar questionamentos, escrever no quadro, ler os textos, e ainda controlar a turma), o que a princípio não nos pareceu tão complicado. Entretanto, no momento em que começamos a lecionar, percebemos que esta habilidade demandava experiência e muita prática, logo, não era tão simples como pensávamos. Por este motivo é que as intervenções dos orientadores se tornaram fundamentais. Sempre ao final de nossas aulas, fazíamos reuniões com os dois (ou apenas com a professora Mônica, já que em algumas ocasiões Fernando não podia ficar devido aos seus horários já preenchidos) quando, primeiramente, realizávamos uma auto-avaliação de nosso desempenho, e depois ouvíamos os pontos positivos e as críticas dos professores. Estas reuniões foram, sem dúvida alguma, extremamente construtivas para a nossa evolução no processo docente, já que todos os erros e falhas cometidas eram apontados e discutidos, seguidos de sugestões de como poderíamos melhorar. Foram nessas reuniões que discutimos o uso do quadro, nossa postura perante a classe, a forma pela qual inseríamos os textos, e todos os demais detalhes referentes ao ambiente de uma sala de aula.

⁵⁰ LOPES, Alice Casimiro. Op. cit. p. 40-59.

Por se tratar de nossa primeira experiência, é inegável que tivemos uma série de dificuldades e desafios que foram sendo quebrados ao longo do processo da prática pedagógica. Entretanto, é preciso ressaltar o maior de todos os nossos desafios: discernir autoridade de autoritarismo e ser autoridade quando necessário. É verdade que fomos privilegiados de certa forma por termos escolhido uma turma que, em geral, não era indisciplinada, e acabava correspondendo com o esperado na maioria das vezes. Porém, houve momentos em que a turma fugiu do nosso controle, exigindo que nós tomássemos atitudes mais severas perante e essa era a nossa maior dificuldade, pois não queríamos construir a imagem do professor ‘chato’ e autoritário. Foi através de muitos diálogos e discussões com a professora Mônica e com o professor Fernando que fomos percebendo a importância de termos mais austeridade em certos momentos, e isso não significaria que seríamos autoritários, muito pelo contrário, já que a própria faixa etária dos alunos exige que o professor mostre um aspecto de autoridade para que as aulas sejam conduzidas, É fato que a linha que divide autoridade e autoritarismo é muito tênue, e por isso deve ser trabalhada com cuidado, mas foi essencial que nós aprendêssemos a manejá-la para exercermos o papel de professor.

8. Considerações finais

Tendo em vista todas as experiências levantadas ao longo deste relatório, nos encontramos na difícil tarefa de exprimir em algumas páginas uma experiência tão rica e impactante, tanto em nossa formação profissional, como pessoal. Durante o período de estágio nós mantivemos um diário (sendo que cada estagiário possuía o seu) de caráter informal, onde relatamos as nossas experiências cotidianas em sala de aula e nossas impressões mais marcantes. Porém, agora, decorrido todo este tempo, e após refletirmos intensamente a respeito de nossa prática docente, podemos fazer uma análise mais ampla e até mesmo mais distanciada, devido ao tempo que nos separa da experiência em si.

Olhando para esta experiência, é curioso notar como cada um de nós foi impactado de forma tão diferente, dadas as diversas vivências que construímos ao longo da graduação e do estágio. Ambos percebemos que o ofício do professor vai muito além da sala de aula, e que, além disso, exige enorme responsabilidade, visto que o docente não está trabalhando com máquinas, mas sim com sujeitos que possuem as suas próprias vivências, opiniões, e subjetividades. Perante aos alunos, o professor carrega o fardo de ser responsável direto na formação de novos cidadãos e suas ideias. Percebemos de fato,

o quão ampla é a questão da docência, e como ela se constrói em um caminho tão belo, e ao mesmo tempo tão oneroso. Embora tenhamos passado por toda essa experiência juntos, um de nós (Ricardo) ficou muito empolgado com a ideia de ser professor, enquanto o outro (André) teve certeza de que não é este o caminho que pretende seguir, exemplificando assim o quão plural, intenso e impactante foi o processo docente vivido no estágio.

Um dos aspectos resguardados justamente para a conclusão foi o apontamento unânime da dupla em afirmar o quão gratificante foi lecionar para a classe em questão. A dedicação dos alunos, aliada ao bom comportamento destes em sala fez com que - embora a experiência do estágio tenha sido conturbada por diversos motivos já citados - o momento em sala de aula tenha sido especial para ambos. A recepção da classe em relação às aulas, atividades e discussões propostas sempre foi de uma postura respeitosa. Ao refletirmos sobre toda a experiência, pudemos chegar em um consenso de que o nosso esforço desempenhou um papel significativo nos discentes, pois tendo como parâmetro de análise o interesse dos alunos pelos temas e as suas produções em sala de aulas e nas atividades, podemos concluir que estes tiveram um grande aprendizado e um bom aproveitamento durante todo o processo.

Todo o processo do estágio foi árduo, trabalhoso, e de certa forma até desgastante, mas ao final das atividades, encontramos uma espécie de recompensa. Pudemos notar que todas as pesquisas que fizemos foram extremamente significantes para a construção dos materiais, para a aplicabilidade destes em sala, para o nosso domínio de conteúdo em aula (o que nos dava mais segurança), além é claro do grande crescimento profissional que obtivemos. Conseguimos estabelecer ótimas relações com os alunos, que por sua vez nos ensinaram muito, tendo este sido um período de um aprendizado equivalente ao esforço nosso, dos nossos orientadores e dos próprios discentes.

9. Bibliografia

- ABREU, Martha Abreu & MATTOS, Hebe. Em torno das “diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.
- CAINELLI, Marlene Rosa; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.
- CANDAU, Vera Maria. Cotidiano Escolar e Cultura(s): encontros e desencontros. In: _____ *Reinventar a escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Projeto Político Pedagógico. Florianópolis, 2007.
- DELGADO, Andréa Ferreira. *Saber escolar e conhecimento histórico: itinerários para novas configurações da história escolar*. Projeto de Pesquisa: CED/MEN. Florianópolis: UFSC, 2009.
- LARA, Sílvia H. *Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico*. Revista de História, V.3, N.1, 1992.
- LARA, Sílvia H. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: _____ REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEITE, Míriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1984
- LOPES, Alice Casimiro. Conhecimento escolar: inter-relações com conhecimentos científicos e cotidianos. *Contexto e Educação*. Ijuí – RS, no. 45, jan/mar. 1997.
- GAUTHIER C. et al. *Por uma teoria da pedagogia*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- PEREIRA, Júlia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei no 10.639. In: _____ *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008.

PEREIRA, Nilton Mullet; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Abordagem temática no Ensino da História. In: *Ensino de História: Desafios Contemporâneos*. Novo Hamburgo: EST Edições, v. 01, 2010.

REIS, João José. "Batuque negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista". In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001,

SALIBA, Elias Tomé. As imagens canônicas e o ensino de história. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. *III Encontro persepectivas do ensino de história*. Curitiba: Quatro Ventos, 1999.

SOARES, Mariza C. *O escravo que virou rei*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.27, dezembro de 2004.

TARDIF, Maurice. Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber. In: _____. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2008.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Sites

COK, Glória. *No mato sem cachorro*. Texto disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/no-mato-sem-cachorro>. Acessado dia 02/07/2011.

Escravo sendo açoitado por Jean-Baptiste Debre, 1835. <http://www.portalentretextos.com.br/colunas/recontando-estorias-do-dominio-publico/o-prof-leonardo-castro-apresenta-resumo-ilustrado-sobre-o-traffic-de-escravos,236,5822.html>. Acessado dia 08/05/2011 às 22h:01min.

Monumento a Zumbi dos Palmares no Rio de Janeiro de João Filgueiras Lima, 1986. <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/foto/0,,15942009-EX,00.jpg> . Acessado dia 08/06/2011.

Monumento ao bandeirante, localizado na Praça do Bandeirante em Goiânia, Goiás. Criado pelo artista plástico Armando Zago: http://2.bp.blogspot.com/_GuwGscHuPOg/TMke1kLy7tI/AAAAAAAAAKys/E5iKUto7wWE/s1600/397px-Bandeirante%5B1%5D.jpg. Acessado dia 14/06/2011

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. 1730. (Obra completa disponível para download no site: <http://www.brasiliana.usp.br/node/365> acessado dia 11/06/2011).

Zumbi dos Palmares” de Antônio Parreiras, 1927. http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/zumbi_um_heroi_cercado_de_misterio_imprimir.html. Acessado dia 09/06/2011.

Anexo 1

Plano de aula 1 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 12/05/2011****Estagiário: André Vinicius Inacio Penna Mello****1.0 - Tema:** Escravidão Africana no Brasil Colonial**2.0 - Conteúdo:** Escravidão africana na África e tráfico negreiro**3.0 - Objetivos**

3.1 - Geral: Apresentar e discutir o Tráfico Nегreiro, introduzido no Brasil a partir do século XVI, como um sistema político e econômico formado por complexas redes de comércio e de poder entre africanos e europeus e que estruturou o sistema colonial brasileiro.

3.2 - Específicos:

Relembrar as relações peculiares da escravidão na África antes do tráfico negreiro;

Refletir sobre as conseqüências da chegada do europeu e o estabelecimento de um - comércio de escravos na África;

Analisar os motivos que levaram ao êxito do tráfico negreiro;

Discutir o cotidiano dos navios negreiros e as condições a que os africanos eram submetidos nessas viagens.

4.0 – Metodologia e Estratégias Didáticas:

Apresentação dos estagiários e do projeto de estágio;

Recuperação de conteúdos trabalhados no ano anterior, referente à escravidão na África, por meio de perguntas para suscitar a lembrança dos alunos e da apresentação de slides por meio de arquivo em Power Point.

Leitura de partes do texto didático “A Diáspora Africana para o Brasil: O Tráfico Nегreiro e a escravidão”, dialogando com o Power Point e fazendo reflexões sobre o assunto através de questionamentos aos alunos;

Aplicação da atividade contida no material que consiste em fazer uma análise documental de um texto e uma gravura de Rugendas. (Esta atividade valerá 3 pontos, e será feita individualmente).

5.0 - Materiais e recursos didáticos:

Lousa e giz; Computador e Data Show para projetar slides em Power Point; Fotocópia do material de apoio com gravura e texto de Rugendas, além de um texto introdutório.

6.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio

Bibliografia:

DREGUER, Ricardo; TOLEDO; Eliete. *História cotidiano e mentalidades*. São Paulo: Atual, 1995.

FIGUEIRA, Divalte Garcia; VARGAS, João Tristan. *Para entender a História*. São Paulo: Saraiva, 2009.

RUGENDAS, Johann-Mortiz. Viagem pitoresca através do Brasil. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 11-12.

Sites Consultados

<http://gangamacota.blogspot.com/2011/04/rugendas-negros-no-porao-do-navio.html>.
Acesso em 30/04 às 01h:53min.

<http://historia8d.blogs.sapo.pt/>. Acesso dia 29/04 às 17h:58min.

http://portuguesafrica.com/a_expansao_portuguesa_e_a_colonizacao_da_africa.htm
Acesso em 30/04 às 02h33min.

<http://hitchcock.itc.virginia.edu/SlaveTrade/collection/large/D023.JPG>
Acesso dia 30/04 às 02h44min.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 12/05/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Mello

Texto 1- Diáspora Africana para o Brasil: O Tráfico Negreiro e a escravidão

O termo **diáspora africana** tem sido bastante utilizado, nos últimos anos, para nomear a grande dispersão de povos africanos, a partir do século XVI, para o trabalho escravo, em diferentes regiões distantes do seu continente de origem.

Esse processo teve início com os portugueses, que foram os pioneiros nas grandes navegações, a partir do século XV, e o primeiro país europeu a estabelecer relações comerciais com nações africanas da costa oeste e algumas do interior do continente africano.

Vindos em embarcações fabulosas, trazendo diversos produtos de grande cobiça dos africanos (tecidos finos, peças de vidro, cavalos, armas de fogo, e pólvora) os portugueses conseguiram estabelecer alianças com diversos chefes de Estado da África, inserindo-se, assim, nas redes comerciais destes povos. Aqueles que se opunham aos europeus, muitas vezes, acabavam invadidos e conquistados.

Era vantajoso para algumas cidades-estado africanas se aliarem aos homens brancos estrangeiros, pois o comércio com os europeus lhes dava grande força política e militar, e, por isso, passaram a querer atender a demanda destes homens, que geralmente se resumia em ouro e **escravos**.

Assim, desde prisioneiros de guerra e condenados por infrações, até pessoas seqüestradas, enquanto andavam distraídas,

tornaram-se alvo de mercadores que iam do interior para o litoral, em busca destes compradores europeus.

Entre o século XVI e XIX, o comércio de escravos na costa atlântica da África tornou-se um negócio entre comerciantes europeus e africanos, ou representantes dos reis africanos, que envolveu muitos interesses, disputas e conflitos que tornava essa atividade bastante dinâmica e influente na construção de poder e riquezas.

Portugal iria utilizar o tráfico de escravos para estruturar o modelo de produção econômica do engenho produtor de açúcar que estaria na base da exploração colonial, constituída, a partir do século XVI, por meio da montagem de um sistema de produção de açúcar, baseado no trabalho escravo, que se espalhou por toda a América, inclusive no Brasil.

Sendo assim, como atividade altamente lucrativa e estratégica para a manutenção das redes de comércio com a costa africana e posteriormente para a manutenção dos engenhos produtores de açúcar, o tráfico de escravos tornou-se atividade altamente lucrativa que envolvia uma grande rede, constituída pelos comerciantes de escravos na costa da África; os transportadores nos grandes navios, que atravessaram o continente; os intermediários para a venda aos mercados americanos; os

responsáveis pelo transporte terrestre, entre muitos outros.

Toda essa importância construída para o tráfico de escravos, fez com que a atividade perdurasse até o século XIX e fosse responsável pela diáspora de milhões de africanos que, ao saírem de suas regiões não levavam apenas a sua mão de obra, mas também sua cultura, seus valores e seus sentimentos. Veja a história abaixo:

Documento 1 - “Ele tinha mais ou menos 18 anos.

Havia alguns meses, saíra de seu país, Egba, na Costa d’África, para negociar no país de Jebu, quando foi seqüestrado para Lagos. Desde então nunca mais perguntaram o seu nome. Passou mais de dois meses (...) encarcerado em uma grande cela comum, perto da praia, até que perdeu o sentido da direção. Tonto, sem saber onde estava, foi jogado num porão de navio, no meio de uma multidão de estranhos. Ninguém perguntou o seu nome, nem ele o de ninguém.”

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Viagem à escravidão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Janeiro, 2004

O trecho acima exemplifica o cotidiano de um navio negreiro. Embora não saibamos o destino do personagem acima, histórias como a sua são bastante comuns durante todo o período da diáspora africana. Após serem capturados e comprados por mercadores, os africanos recebiam uma identificação por números e eram amontoados em porões de navios sem o mínimo de condições de higiene e alimentação. A viagem até a costa brasileira chegava a demorar entre dois ou três meses, e, durante todo este tempo, os negros eram mantidos em condições insalubres e totalmente desumanas. Não era raro que, ainda no navio, houvesse rebeliões, que eram contidas com extrema violência pelos responsáveis do navio. Caso houvesse algum

imprevisto, como falta de comida, ou até mesmo naufrágio, dava-se preferência às escravas mulheres, seguidas dos escravos mais novos, já que estes davam mais lucros, deixando assim os mais velhos à mercê de sua própria sorte.

Documento 2 - “Embarcam-se, anualmente, cerca de 120.000 negros da Costa da África, unicamente para o Brasil, e é raro chegarem a seu destino mais de 80 a 90 mil. Perde-se, portanto, cerca de 1/3 durante uma travessia de dois meses e meio a 3 meses. (...) Esses infelizes são amontoados num compartimento cuja altura raramente ultrapassa 5 pés. Esse cárcere ocupa todo comprimento e a largura do porão do navio; aí são eles reunidos em número de 200 a 300, de modo que para cada homem adulto se reserva apenas uma espaço de 5 pés cúbicos. (...) o espaço para cada indivíduo se reduz a 4 pés cúbicos e a altura da ponte não ultrapassa tampouco 4 pés. (...) Todos, principalmente, nos primeiros tempos de travessia, têm algemas nos pés e nas mãos e são presos uns aos outros por uma comprida corrente. Acrescentamos a essa deplorável situação, o calor ardente do Equador, as fúrias das tempestades e a alimentação, a que não estão acostumados, de feijão e carne salgada, a falta d’água (...) A falta d’água é a causa mais freqüente das revoltas dos negros; mas ao menor sinal de sedição, não se distingue ninguém; fazem-se impiedosas descargas de fuzil nesse antro atravancado de homens, mulheres e crianças (...)

RUGENDAS, Johann-Mortiz. Viagem pitoresca através do Brasil. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 11-12.

O documento acima representa a visão de Rugendas, pintor alemão que morou no Brasil durante o início do século XIX. Por meio dele, podemos identificar como esse europeu analisou e descreveu o cotidiano de um navio negreiro. Embora o autor, provavelmente, nunca tenha

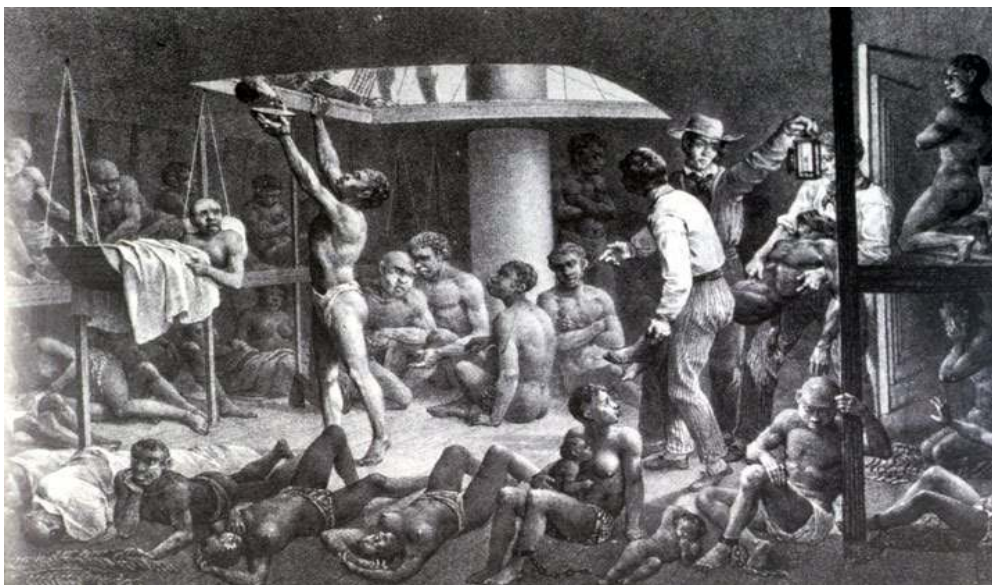
acompanhado uma viagem como a que ele descreve, podemos identificar no seu texto, alguns elementos que compunham o imaginário do início do século XIX, sobre as precárias condições dessas viagens e o tratamento desumano dispensado aos africanos escravizados. Apesar disso, valeria perguntar: Porque os responsáveis por essas viagens agiam assim? Havia, na época, uma preocupação com as condições humanas desses povos capturados e escravizados? Porque o autor do texto se preocupou em detalhar o sofrimento dos africanos e as dificuldades da travessia do Atlântico?

No início do século XIX, quando Rugendas escreve o seu texto, o tráfico negreiro, iniciado

desde o século XV, era alvo de constantes críticas e conflitos estimulados pelos ingleses que já haviam condenado essa prática, em função de outros interesses em relação aos povos africanos. Então, possivelmente, a opinião do autor tenha relações com esse contexto e, por isso, não podemos ignorá-la para compreender os objetivos de sua escrita.

Logo abaixo, o mesmo autor representa o navio negreiro de outra forma, por meio de uma gravura, que era o seu recurso favorito para representar o cotidiano de escravos e outros personagens da história brasileira.

Documento 3



Gravura de Rugendas intitulada "Negros no porão do navio". Disponível em: <http://gangamacota.blogspot.com/2011/04/rugendas-negros-no-porao-do-navio.html>

Você sabe quem foi Rugendas? Johan Moritz Rugendas (1802-1858), pintor alemão de cenas brasileiras, nasceu em Augsburg, em 29 de março de 1802 e faleceu em Weilheim, em 29 de maio de 1858. Chegou ao Brasil, em 1821, na expedição do barão de Langsdorff, viajando pelo país a fim de coletar material para pinturas e desenhos. Visitou, também, outros países hispano-americanos com o mesmo objetivo. Sua temática era predominantemente paisagística e de representação de cenas do cotidiano. Escreveu o livro *Viagem pitoresca ao Brasil*.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Professor: Fernando Leocino da Silva

Data: 12/05/2011

Estagiário: André Vinicius Mello

Atividade 1 – Análise de Documentos

No texto 1, discutimos a importância que o tráfico negreiro adquiriu no processo de construção das rotas comerciais entre portugueses e africanos, a partir do século XV e para a formação de uma economia colonial portuguesa no Brasil, a partir da formação de engenhos destinados à produção de cana de açúcar para o mercado exportador. No entanto, quando pensamos no tráfico negreiro, precisamos considerar que tratamos da história de pessoas que mudaram as suas vidas em função desse processo. Para aprofundarmos um pouco nessa questão, vamos discutir-las por meio dos documentos históricos que integram o seu texto didático?

Análise de Documentos (Atividade 1)

Documento 2

- a) Identifique o autor do texto e o período em que foi escrito.
- b) Como o autor descreve o cotidiano de um navio negreiro? Construa o seu texto, comentando trechos do documento que indiquem os dados apresentados pelo autor.

Documento 3

- c) Identifique o autor da imagem e o período em que ela foi produzida
- d) Descreva a imagem representada, identificando, detalhadamente:

- Personagens (sexo, vestimenta, etnia)
- Cenário
- Objetos em poder de cada personagem;
- Atitudes e gestos dos personagens;
- Disposição de cada personagem na cena.

- e) Compare os dois documentos, apresentando elementos em comum na representação do tráfico negreiro.
- f) Levante hipóteses para os motivos de o autor ter representado o tráfico negreiro dessa forma (Consulte o texto para fundamentar a sua resposta)
- g) De acordo com o texto, porque as condições do tráfico negreiro eram tão precárias? Podemos afirmar que os comerciantes de escravos os consideravam como mercadorias?
- h) Relacione essa posição dos mercadores de escravos com a importância que o tráfico negreiro possuía entre os séculos XVI e XIX.

Anexo 2

Plano de aula 2 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 16/05/2011****Estagiário: André Vinicius I. P. Mello****1.0 – Tema:** Trabalho Escravo Rural no Brasil Colonial**2.0 – Conteúdos:** Trabalho Escravo nos Engenhos; Cotidiano do trabalho no campo; Escravidão em Desterro.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender o trabalho escravo rural no período colonial; Entender o trabalho escravo em Desterro.

3.2 - Específicos:

Analisar os motivos da produção de açúcar;

Retomar os motivos por se utilizar mão de obra escrava africana e não indígena nos engenhos;

Problematizar a existência de um “pacto colonial” e a dinâmica da colônia;

Analisar a importância do trabalho escravo neste sistema, e buscar o cotidiano dos cativos nos campos;

Entender o trabalho dos engenhos menores e refletir sobre o trabalho no campo que não se voltava para a exportação;

Compreender as particularidades da escravidão em Desterro e a proposta de colonização do litoral catarinense.

4.0 - Metodologia e Estratégias Didáticas:

Receber dos alunos a atividade proposta na aula anterior;

Retomar a aula anterior abordando a importância do comércio inter-atlântico de escravos para a formação da economia colonial;

Entregar o material de apoio para cada um dos alunos (* Este material será utilizado na aula seguinte também);

Abordar a importância do trabalho escravo africano para a economia colonial;

Identificar a diversidade de trabalho empregado na lavoura açucareira e nos engenhos de produção de açúcar, demarcando a preponderância do trabalho escravo;

Problematizar o conceito de pacto colonial, abordando o comércio interno e a dificuldade da fiscalização da coroa portuguesa;

Utilização da lousa para se desenhar um mapa que servirá para sala ter uma noção da proximidade do nordeste com a Europa;

Apresentar o emprego da mão de obra escrava em vários setores da economia do mercado interno: lavouras de tabaco, algodão, pecuária, entre outros;

Abordar a escravidão em Desterro no período colonial;

* O restante do material de apoio trata da escravidão nas minas, e será o tema da aula seguinte.

5.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia do texto didático; lousa e giz.

6.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio. (Será aplicada na aula seguinte, pois a atividade abrangerá o conteúdo das duas aulas).

Bibliografia

LARA, Silvia H. . *Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico*. Revista de História, V.3, N.1, 1992. p. 215-244.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Leituras Contemporâneas, 1996. p. 37-53.

FARIA, Sheila de Castro. *Colônia sem Pacto*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Julho, 2008.

FIGUEIRA, Divalte Garcia; VARGAS, João Tristan. *Para entender a História*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1850).. In: FRAGOSO, João. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Brasília: Ed. UFES. 2006. Pág. 609 – 643.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

WOOD, A. J. R. Rssuel-. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Sites consultados

http://ellenismos.blogspot.com/2009_10_01_archive.html. Acessado às 18:30 de

06/05/2011

<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/detailsKeyword.php?keyword=brazil&recordCount=179&theRecord=75>. *Acessado às 18:34 de 06/05/2011*

http://www.cultura.pe.gov.br/museu7_abolicao_galeria.html *acessado as 18:02 de 13/05/2011*

Plano de aula 3 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 23/05/2011****Estagiário: André Vinicius I. P. Mello****1.0 – Tema:** Trabalho Escravo na mineração no Brasil Colonial**2.0 – Conteúdos:** Escravidão em Desterro; Escravidão nas minas de Ouro.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Entender o trabalho escravo em Desterro; Compreender o papel do escravo nas minas.

3.2 - Específicos:

Compreender as particularidades da escravidão em Desterro e a proposta de colonização do litoral catarinense.

Analisar o papel do escravo nas regiões de mineração;

Entender as relações de trabalho na mineração;

Compreender a sociedade das regiões auríferas a partir do trabalho escravo;

Discutir as outras formas de trabalho escravo nas regiões do ouro.

4.0 - Metodologia:

Leitura do texto Didático;

Utilização do quadro;

Diálogo através de questionamentos;

Análise de documentos escritos e iconográficos.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Receber dos alunos as atividades restantes da primeira aula;

Retomar a aula anterior abordando a o trabalho escravo nos engenhos de açúcar;

Recuperar o conteúdo do material didático da aula passada;

Abordar o papel do litoral catarinense do projeto colonial;

Explicar os tipos de trabalho escravo utilizados em Desterro e problematizar a quantidade de escravos em Santa Catarina;

Introduzir a descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia. Para isso, pretende-se utilizar um mapa para situar geograficamente os alunos;

Abordar a importância do trabalho escravo africano para a economia colonial, mais especificamente na mineração;

Identificar a diversidade de trabalho empregado nas regiões de mineração;

Simultaneamente ao uso do texto, e ao diálogo estabelecido com os alunos, se fará a utilização da lousa escrevendo palavras chaves conforme elas forem aparecendo na discussão;

Analisar as imagens inseridas no texto, utilizando de metodologia de análise de documentos históricos (identificação, descrição, análise, interpretação), articulando o conteúdo delas à uma reflexão sobre as diferentes representações do trabalho escravo no período colonial, elaboradas por pintores e desenhistas estrangeiros.

Aplicar a atividade contida no material de apoio;

A leitura dos documentos será feita em conjunto com a classe, pedindo para que eles sublinhem as palavras que não conheçam, e após a compreensão do texto será abordado o contexto em que os documentos foram escritos e quem os escreveu;

Disponibilizar o restante do tempo para que eles realizem as atividades.

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia do texto didático; Mapa; lousa e giz, Projetor de imagens.

7.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio.

Bibliografia

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1982. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p.30.

LARA, Silvia H. . *Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico*. Revista de História, V.3, N.1, 1992. p. 215-244.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Leituras Contemporâneas, 1996. p. 37-53.

FERREIRA, L. G. *Erário Mineiral*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p. 229-230. [1735].

FIGUEIRA, Divalte Garcia; VARGAS, João Tristan. *Para entender a História*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1850).. In: FRAGOSO, João. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Brasília: Ed. UFES. 2006. Pág. 609 – 643.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Contexto,

2000.

WOOD, A. J. R. Rssuel-. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Sites consultados

http://ellenismos.blogspot.com/2009_10_01_archive.html. Acessado às 18:30 de 06/05/2011

<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/detailsKeyword.php?keyword=brazil&recordCount=179&theRecord=75>. Acessado às 18:34 de 06/05/2011

http://www.cultura.pe.gov.br/museu7_abolicao_galeria.html acessado as 18:02 de 13/05/2011

Plano de aula 4 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 25/05/2011****Estagiário: André Vinicius I. P. Mello****1.0 – Tema:** Trabalho Escravo nos engenhos e na mineração no Brasil Colonial**2.0 – Conteúdos:** Atividade sobre escravidão nos engenhos e escravidão nas minas de ouro.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Entender o trabalho escravo nos engenhos e nas minas.

3.2 - Específicos:

Compreender as particularidades da escravidão na produção do açúcar e na extração de metais preciosos;

Analisar o papel do escravo nas regiões de mineração e nas regiões de cultivo de cana de açúcar;

Entender as relações de trabalho no engenho e na mineração;

Perceber as semelhanças e as diferenças entre o trabalho escravo nas minas e nas plantações de açúcar.

4.0 - Metodologia:

Leitura e análise de documentos escritos e iconográficos;

Utilização do quadro;

Diálogo através de questionamentos;

Realização de atividade.

5.0 - Estratégias Didáticas:

*Por orientação da professora Mônica, a aula anterior foi desdobrada em duas para que a atividade fosse realizada em sala com mais calma e sob orientação. Assim, a aula será dividida em dois momentos, onde no primeiro se fará a análise e interpretação dos documentos, e no segundo os alunos farão a atividade.

Recuperar o conteúdo do material didático da aula passada;

Trazer novamente as imagens do texto didático por meio de identificação, descrição, análise, e interpretação;

Ler os documentos escritos juntamente com os alunos para que assim se possa interpretá-los e discuti-los. Enquanto ocorre a leitura, será pedido aos alunos que grifem as partes que acharem importantes e as palavras que não conhecerem;

Simultaneamente ao uso dos documentos, e ao diálogo estabelecido com os alunos, se fará a utilização da lousa escrevendo palavras chaves de cada documento para auxiliar na execução da atividade;

Disponibilizar o restante do tempo para que eles realizem as atividades. Durante este momento, o professor passará de carteira em carteira para auxiliar os alunos em caso de dúvidas.

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia do texto didático e da atividade; lousa e giz.

7.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio.

Bibliografia

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1982. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p.30.

LARA, Silvia H. . *Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico*. Revista de História, V.3, N.1, 1992. p. 215-244.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Leituras Contemporâneas, 1996. p. 37-53.

FERREIRA, L. G. *Erário Mineiral*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p. 229-230. [1735].

FIGUEIRA, Divalte Garcia; VARGAS, João Tristan. *Para entender a História*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Brasília: Ed. UFES. 2006. Pág. 609 – 643.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

WOOD, A. J. R. Rssuel-. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Sites consultados

http://ellenismos.blogspot.com/2009_10_01_archive.html. Acessado às 18:30 de 06/05/2011

<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/detailsKeyword.php?keyword=brazil&recordCount=179&theRecord=75>. Acessado às 18:34 de 06/05/2011

http://www.cultura.pe.gov.br/museu7_abolicao_galeria.html acessado as 18:02 de 13/05/2011

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 16/05/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Inácio Penna Mello

Texto 2: A ESCRAVIDÃO AFRICANA NO BRASIL COLONIAL

Quando pensamos a economia do período colonial brasileiro, podemos lembrar-nos de empreendimentos diversos que marcaram a nossa história e que são estudados até hoje, tais como: a exploração do pau-brasil e a colonização do litoral; a criação das plantações de cana-de-açúcar; a descoberta e a corrida desenfreada atrás do ouro no interior do país, levando assim a colonização do mesmo; a criação de vilas e cidades, gerando os denominados trabalhos urbanos; o surgimento de um comércio interno baseado na pecuária, na pesca, na agricultura e tantas outras atividades. Mas, o que não podemos deixar de lembrar quando nos referimos à economia colonial é a importância e a influência de um tipo específico de trabalhador que vai passar as mais diversas atividades, pelas mais diversas condições de trabalho e vai se relacionar de modos diferentes com cada um desses trabalhos. Falamos aqui do escravo. Mas, como era ser escravo no Brasil Colonial? Quais trabalhos ele desempenhava? Como era o cotidiano de cada um desses trabalhos? Qual era a importância do escravo para esses empreendimentos e para a sociedade e economia colonial?

O trabalho escravo nas regiões açucareiras

O cultivo da cana teve seu início em terras brasileiras no século XVI e movimentou uma grande quantidade de mão de obra escrava, no seu início indígena, mas ficando marcada principalmente pela africana provinda do tráfico negreiro.

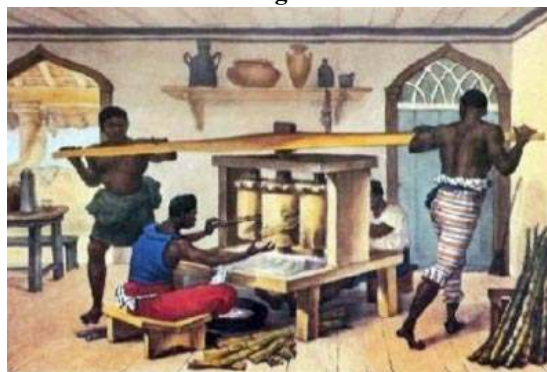
A diminuição da mão de obra escrava indígena nas plantações de cana estava atrelada ao fato da escravidão indígena não ser tão lucrativa quanto o comércio de escravos africanos. Havia também a questão religiosa, pois ao chegarem ao Brasil em 1549, os padres jesuítas da Companhia de Jesus irão defender a não escravização dos indígenas, alegando que os mesmos eram “seres puros” e “dignos de serem cristãos”. Muitas indígenas irão resistir a escravidão, utilizando-se do seu maior conhecimento das geografias locais para fugir e organizar ataques as fazendas escravistas.

Portugal tentou se valer da sua condição de metrópole para adquirir o monopólio da exploração do açúcar através do **Pacto Colonial***, o que acabou não ocorrendo efetivamente, já que as relações econômicas da colônia eram muito dinâmicas para que a Coroa Lusitana pudesse ter pleno controle.

Como o custo das navegações para se transportar o açúcar era alto, a região mais utilizada para esta atividade foi o Nordeste, não só pelas condições naturais favoráveis, mas também pela proximidade que tinha da Europa.

* **Pacto Colonial:** Do século XV ao XVIII os países europeus que possuíam colônias tentaram implantar esta medida política incessantemente. Na teoria, este pacto determinava que a metrópole tivesse o monopólio acerca da exploração de matérias primas, além de impor a obrigatoriedade da colônia de realizar atividades comerciais exclusivas com a sua metrópole, com taxas comerciais totalmente favoráveis ao país explorador. Porém, as metrópoles não conseguiam de fato manter tamanho controle sobre suas colônias. Primeiramente, por causa da distância que impedia uma fiscalização efetiva. Outro fator era a própria dinâmica da metrópole que não contava apenas com senhores de um lado, e escravos do outro, mas sim com diversas outras estâncias sociais, como assalariados, agregados, comerciantes, estrangeiros, e muitos outros. Sem contar ainda as pressões diplomáticas que obrigavam as metrópoles a abrirem concessões comerciais a estrangeiros, quebrando com a lógica do monopólio.

Imagem 1



“Pequeno Moinho de Açúcar” (1822) de Jean-Baptiste Debret (1768-1848)¹

O trabalho escravo nos ***engenhos** durava horas a fio, pois todo o processo, desde o corte da cana-de-açúcar até a moagem era feito por escravos e muitas vezes era embalado por cantos que falavam sobre trabalho, sobre a África, sobre os patrões e sobre si mesmos. Constantemente vigiados, os escravos precisavam respeitar horários, tarefas e ritmos de turno e em caso de atrasos, “vadiagem”, “preguiça”, falta de respeito ou qualquer motivo que parecesse plausível ao senhor, podiam ser castigados. Embora existam vários relatos de agressões punitivas que chegaram a levar a morte de escravos, é

necessário ressaltar que eles possuíam diversos esquemas para burlar a fiscalização, negociar com o senhor e até mesmo nas situações mais drásticas se rebelar contra essas punições.

***Engenhos:** Grandes propriedades onde se produzia o açúcar. Essas propriedades eram compostas pelos canaviais; pelas pastagens; a casa grande (local onde mora o senhor e sua família); a senzala (local onde ficavam os escravos); a capela; e todas as construções e equipamentos que eram utilizados na produção açucareira.

Somando os domingos e os feriados católicos, chegava-se a 106 dias de folga. Mas nem todos os feriados eram respeitados e dependendo da necessidade do senhor, o escravo era posto para trabalhar independentemente do dia, valendo a pena ressaltar que as fazendas que seguiam os preceitos católicos remuneravam o escravo que trabalhasse no domingo. Era nos dias de folga que o escravo costumava trabalhar no lote de terra concedido pelo seu senhor para plantar produtos de subsistência, podendo até mesmo vendê-los e obter alguma remuneração.

Ao pensarmos nos trabalhadores dos engenhos do Brasil Colonial, logo temos a imagem dos trabalhadores escravos, porém, devemos lembrar-nos da presença dos trabalhadores livres na economia açucareira, tal como o feitor, o transportador do açúcar, os lavradores contratados, entre outros.

Por fim, devemos lembrar que nem todas as plantações de cana-de-açúcar eram latifúndios, possuíam escravos e eram voltadas para o comércio externo, sendo que existiam pequenos engenhos, “as engenhocas”, que produziam rapadura, aguardente e outras mercadorias voltadas para o comércio interno e funcionavam com número menor de escravos, às vezes até mesmo sem nenhum.

O Trabalho Escravo Rural e o Mercado Interno

Se nem todas as plantações de cana-de-açúcar eram latifúndios escravistas que visavam unicamente exportar, nem toda a atividade econômica rural no Brasil se restringia a cana-de-açúcar. Uma colônia do tamanho do Brasil não conseguiria se sustentar somente com o auxílio da metrópole, sendo que esse auxílio era por muitas vezes restrito e desigual, favorecendo somente partes da colônia. O nascimento de atividades como as lavouras de algodão, cultivo do tabaco, plantações de mandioca e a própria pecuária, estava vinculado ao abastecimento de um mercado interno que era voltado para o sustento da colônia, fugindo assim dos grandes esquemas

econômicos importadores como o açúcar e o ouro. O trabalho escravo, africano e indígena, vai estar presente nessas diversas atividades. Esses empreendimentos do comércio interno não requeriam grande quantidade de escravos, mas normalmente elas terão um número de escravos que proporcionalmente será considerável, o que vai implicar nas mesmas necessidades de controle do escravo para que o mesmo trabalhe, não fuja e não crie levantes.

Escravidão em Desterro

A ilha de Santa Catarina não fazia parte do sistema de exploração de grandes lavouras, ou de mineração, que visavam a exportação. Porém, ela tinha outras funções também importantes para a manutenção da colônia, e, para isso, também contou com a mão de obra escrava. Durante o período colonial, a ilha de Desterro, assim como outras cidades do litoral catarinense, foi fortificada e colonizada para se impedir a invasão dos espanhóis. Estes colonos trabalhavam em pequenas e médias propriedades para garantir o abastecimento interno tanto de Santa Catarina, como do resto da colônia, e para isso contavam com a mão de obra escrava.

O trabalho escravo em Desterro foi empregado, por exemplo, na pesca baleeira, muito comum na região e que visava à produção de óleo. Na armação de Piedade, por exemplo, se contaram 107 escravos no ano de 1750. Assim como no resto da colônia, se encontravam também escravos e escravas nos centros urbanos catarinenses praticando diversos tipos de comércio.

Século XVIII: O Século de Ouro

No início do século XVIII foram descobertas diversas jazidas de ouro e diamante, provocando grandes mudanças políticas e econômicas na colônia. Esses metais preciosos foram encontrados em abundância nas regiões onde hoje se encontram os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia, o que levou a um processo de interiorização do país e tirou o foco populacional e econômico do Nordeste. Desde o início da colonização, a Coroa estimulou os colonos a acharem riquezas minerais nas terras brasileiras, e embora tenham feito diversas incursões, nunca haviam encontrado uma fonte significativa. Porém, muitos processos de interiorização eram feitos com outros objetivos, como escravizar índios e capturar escravos fugidos, além de colonizar o interior para que não houvesse invasões estrangeiras. Em meio a essas práticas, no final do século XVII, encontrou-se as primeiras veias auríferas e as primeiras minas

com grande quantidade de ouro, ocasionando, assim, um grande fluxo migratório para estas regiões de diversas camadas da sociedade. Os escravos participaram em grande número destas extrações, sendo utilizados por colonizadores e também pela Coroa.

A exploração do ouro consistiu num primeiro momento em retirar o **ouro de aluvião** dos rios fazendo uso da **bateia**. Havia grandes empresas, as **lavras**, que faziam uso de grandes quantidades de trabalho escravo e retiravam grandes quantidades de ouro das jazidas. Embora a extração do ouro de aluvião fosse simples e não requeresse grandes habilidades, era cansativa devido ao fato que as veias auríferas se esgotavam facilmente e havia a necessidade constante de se deslocar para encontrar novas fontes, sem contar o trabalho nos rios e a ingestão de água contaminada pelos escravos.

O pior trabalho para os escravos era o das minas, pois exigia um certo grau de habilidade, e por isso deu-se preferência para escravos que tinham experiência com essa atividade, tais como os oriundos da “Costa da mina” (costa Oeste da África). O trabalho de extração de metais preciosos era cansativo, e causava inúmeras mortes dos cativos por acidentes e/ou doenças adquiridas nas minas. Mas havia, em contrapartida, algumas vantagens alcançadas pelos escravos das minas. Muitos senhores incentivavam os seus escravos a buscarem metais preciosos para que com isso conseguissem comprar a sua **Carta de Alforria***. Acredita-se que muitos escravos conseguiam esconder muito do ouro que achavam "para seus senhores" conseguindo adiantar a compra de sua alforria.

Carta de Alforria: Documento que libertava o escravo de seu senhor, o tornando uma pessoa livre, passando o ex-escravo a ser denominado como **forro**.

Havia também escravos e negros forros que iam para estas regiões praticar outros tipos de atividades aos arredores dos campos de mineração. Podemos citar como exemplo a venda de gêneros alimentícios oriundos da agricultura e da pecuária, entre outros, que geravam certo lucro. Havia ainda alguns forros que montavam tavernas que serviam de ponto de encontro dos escravos mineradores, que por muitas vezes acabavam gastando o ouro encontrado em diversão e bebidas.

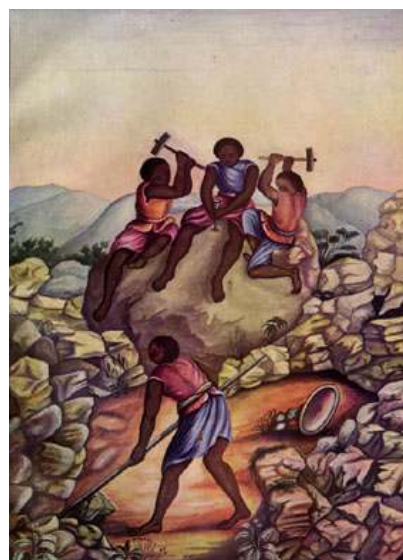
Conclusão

Foi com o trabalho de muitos escravos que a economia brasileira deu seus primeiros passos. Através dele é que a colônia pôde se sustentar financeiramente, tanto na produção para o

mercado externo como para o interno, pois em ambos necessitava-se da mão de obra escrava como estrutura para esses mercados. Foi também através do uso de escravos que se pôde explorar e colonizar novas regiões no interior, gerando mais terras para a pecuária e encontrando riquíssimas fontes de ouro e diamantes.

Podemos ver, assim, que o trabalho escravo se deu nas mais diferentes formas e condições e gerou as mais diversas relações. O escravo foi muito mais que uma “mercadoria” e mão de obra, e, por isso, devemos entendê-lo como um personagem que construiu história e foi construído por ela, sendo peça fundamental para entender a economia, a cultura, a sociedade brasileira de hoje.

Imagem 2



“Mina de Diamante” do pintor italiano Carlos Julião (1740-1811)ⁱⁱ

Imagem 3



Exemplo de bateia utilizada nos garimposⁱⁱⁱ

i: http://ellenismos.blogspot.com/2009_10_01_archive.html. Acesso às 18:30 de 06/05/2011.

ii: <http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/detailsKeyword.php?keyword=brazil&recordCount=179&theRecord=75>. Acesso às 18:34 de 06/05/2011.

iii: http://www.cultura.pe.gov.br/museu7_abolicao_galeria.htm l acesso às 18:02 de 13/05/2011.

Colégio de Aplicação - UFSC**Ano: 9º ano “A”****Data: 23/05/2011****Professor: Fernando Leocino da Silva****Estagiário: André Vinicius Mello****Atividade 2****Documento 1**

“Assim, os escravos como as escravas se ocupavam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes. Consta o feixe de doze canas, e tem por obrigação cada escravo cortar num dia sete mãos de dez feixes por cada dedo, que são trezentos e cinquenta feixes e a escrava há de amarrar outros tantos com os olhos da mesma cana. (...) O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arriscasse a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão, ou não forem tão ligeiros para fazer parar a moenda(...)

Junto à casa da moenda, que chamam casa do engenho, segue-se a casa da fornalha, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno. (...) Vêem-se aí, também, outros escravos, facirnosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercido os repetidos excessos de sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda.”

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1982. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 30.

Antonil foi um padre jesuíta italiano que morou na Bahia de 1711 a 1716.

Documento 2

“(...) uns habitam dentro da água, como são os mineiros que mineram nas partes baixas da terra e veios dela, outros feitos toupeiras, minerando por baixo da terra, uns em altura, de fundo, cinquenta, oitenta e mais de cem palmos, outros pelo comprimento em estradas subterrâneas muitos mais, que muitas vezes chegam a seiscentos e a setecentos; lá trabalham, lá comem e lá dormem muitas vezes, e como estes quando trabalham andam banhados de suor com os pés sempre em terra fria, pedras ou águas, resfriam de tal modo, que daí se lhes originam, paralisias, convulsões, pneumonias e outras muitas doenças.”

FERREIRA, L. G. *Erário mineral*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p.229-230. [1735]

Luís Gomes Ferreira foi um cirurgião que observou as condições de trabalho nas minas no princípio do século XVIII

Leia atentamente os textos acima e, em seguida, responda:

1- Identifique quem são os autores de cada um dos documentos e em qual período escreveram esses textos.

2- Como o autor do **Documento 1** descreve o trabalho escravo nos engenhos de açúcar?

3- Como o autor do **Documento 2** descreve o trabalho nas minas?

4- Identifique duas semelhanças e duas diferenças entre o trabalho nos engenhos e nas minas, de acordo com os textos.

5-Observe as imagens 1 e 2 que aparecem em seu texto didático. Em seguida, escolha uma delas e siga o roteiro abaixo:

-Após escolher a imagem, procure imaginar uma história para a cena que ela representa. Observe quantos personagens aparecem na imagem, quais atividades eles estão desenvolvendo, como eles parecem desenvolver essas atividades?

-Após imaginar a cena representada, crie uma história para um dos personagens (Qual o seu nome? Quantos anos tem? Onde mora? Onde trabalha? Há quanto tempo trabalha? Sempre trabalhou ali? Para quem trabalha? Como é a sua personalidade? Como é a sua relação com os outros escravos?)

- Agora que você já possui os elementos necessários, dê vida para o seu personagem! **Escreva um texto** narrando a sua história do modo que melhor lhe convier, porém, procure basear-se no texto estudado, nos documentos escritos analisados e nas discussões realizadas em sala de aula. Não se esqueça: para que sua história fique interessante, é necessário criar uma trama, descrever os cenários, apresentar os personagens de acordo com o tema estudado: o trabalho escravo no período colonial. Use a sua imaginação.

Não se esqueça de atribuir um título ao seu texto!

Boa história!

Anexo 3

Plano de aula 5 e 6 – Duas aulas de duração de 60 minutos totalizando 120 minutos.

Ano: 9º ano “A”

Data: 26/05/2011 e 30/05/2011

Estagiário: André Vinicius I. P. Mello

1.0 – Tema: Trabalho Escravo no Brasil Colonial

2.0 - Conteúdos: Trabalho Escravo Urbano; Trabalho Escravo Doméstico; Escravidão em Desterro.

3.0 – Objetivos:

3.1 - Geral: Perceber outras formas de trabalho escravo no Brasil Colonial que não só o rural.

3.2 - Específicos:

Entender o trabalho escravo doméstico como parte da organização do núcleo familiar;

Enxergar que os trabalhos domésticos tinham diferenciações entre si;

Analisar os diversos tipos de trabalho escravo urbano no Brasil Colonial;

Compreender a relação entre trabalho escravo urbano e o desenvolvimento das cidades.

4.0 - Metodologia:

Leitura, discussão e análise do texto didático;

Esquematização da aula no quadro;

Análise de documentos escritos e iconográficos;

Realização de atividade

5.0 - Estratégias Didáticas:

Retomar a aula anterior abordando a importância do trabalho escravo nos engenhos e nas minerações;

Leitura e discussão de texto didático elaborado para a aula;

Análise das duas primeiras imagens (sendo uma delas uma fotografia);

Análise dos documentos 1 e 2, trazendo aspectos do texto didático;

Realização da primeira parte da atividade;

Apresentar o trabalho escravo doméstico e urbano e enfatizar a importância deles para a sociedade e economia colonial;

Análise das Imagens 3 e 4;

Orientação e realização da segunda parte da atividade.

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia do texto didático com documentos escritos e iconográficos; lousa e giz.

7.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio.

Bibliografia:

DEL PRIORE, Mary. *A Família no Brasil Colonial*. São Paulo: Moderna, 1999.

DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FIGUEIRA, Divalte Garcia; VARGAS, João Tristan. *Para entender a História*. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1850).. In: FRAGOSO, João. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Brasília: Ed. UFES. 2006. Pág. 609 – 643.

WOOD, A. J. R. Rssuel-. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Sites consultados:

<http://servicosocialportugues.blogspot.com/2009/05/memoria-social-memoria-afetivada.html>. Acesso 01/05 às 15:15.

<http://suvacodecobrahiphop.blogspot.com/2008/05/lei-urea-histria-sem-mscaras.html>
Acesso 01/05 às 15:36.

<http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2010/12/importancia-do-papel-do-escravo-de.html>.
Acesso 01/05 às 17h:47min.

<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/brecha-camponesa.htm>
Acesso 04/05 às 02h:14min.

<http://nathaliamoreira.blogspot.com/2008/09/debret-negros.html>. Acesso 11/05 às 02h:50min.

http://edomestico.blogspot.com/2010_04_21_archive.html. Acesso 11/05 às 02h:51min.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano "A"

Data: 26/05/2011 e 30/05/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Inácio Penna Mello

Texto nº 3- ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA E URBANA NO BRASIL COLÔNIA

É comum, ao se estudar o trabalho escravo no período colonial brasileiro, recorrer a imagens e memórias onde os negros trabalhavam em grandes plantações de monocultura para atender a demanda de exportações no sistema de um suposto Pacto Colonial. Porém, o trabalho rural não era o único executado pelos cativos, que desempenhavam diversas funções em outras esferas econômicas e sociais da América Portuguesa. Entretanto, que outras funções eram essas? Onde elas ocorriam? Será que elas tinham tanta relevância quanto o trabalho nas grandes lavouras? Elas se baseavam nas mesmas relações sociais? Este texto discute essas questões.

Escravidão Doméstica

O trabalho doméstico é um bom exemplo de um dos muitos tipos de trabalho exercido pelos escravos. Nas famílias de posses, como as de senhores de engenho, ou a dos grandes comerciantes, por exemplo, era muito comum o emprego de escravas como babás, lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, dentre outras funções. Até mesmo em famílias mais pobres não era incomum possuir uma escrava para cuidar da casa. Geralmente, estas escravas acabavam se tornando integrantes do núcleo familiar, vivendo até mesmo dentro da casa dos senhores. Observe a imagem abaixo e veja como o pintor representou a escravidão doméstica

Imagem 1



"O jantar no Brasil" (1827) de Jean-Baptiste Debretⁱ

Vale a pena ressaltar um tipo de trabalho doméstico realizado pelas escravas: o das amas-de-leite. O aluguel de uma "mãe preta" para

amamentar os filhos era prática comum nas famílias brasileiras mais ricas. Muitas escravas almejavam atingir esta "categoria" já que lhes dava prestígio e um período de vida mais confortável. Observe a imagem abaixo e identifique os personagens. Como a mulher está vestida? Muitos europeus, ao descreverem essa função, acreditavam que as escravas preferiam ser amas de leite para desfrutarem de uma vida melhor. Mas, ao contrário da crítica que muitos faziam a elas, podemos perceber que a escravidão era caracterizada pela multiplicidade e que, em várias situações, era possível negociar a sua condição de cativo, melhorar momentaneamente a sua vida e obter ganhos e privilégios, de acordo com as possibilidades. Como você vê isso?

Imagem 2



Fotografia de Militão de Azevedo tirada em 1874.ⁱⁱ

Documento 1

"Com poucas exceções, todas as jovens negras não têm outra preocupação além da de ser mães. É uma idéia fixa (...) e que realizam assim que têm ocasião. (...) Na verdade, a maternidade não as levará, com toda segurança ao bem-estar, às satisfações do amor-próprio, ao usufruto da preguiça, à coqueteira e à gulodice?

Uma ama-de-leite é alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou uma mucama. Para que dê honra e lucro, colocada numa boa casa, o senhor, durante a gravidez, lhe reserva os trabalhos mais leves. Após o parto, a rapariga vê suas camisas destruídas e suas roupas velhas distribuídas aos companheiros, enquanto seu guarda-roupa é renovado e recebe enxoval novo. (...)

Será preciso falar dos cuidados, das atenções que a cercam? Do respeito pelos seus caprichos? (...) A cozinheira, a mucama, a engomadeira a obedecem e a própria senhora, muitas vezes, fica às suas ordens. (...) uma indisposição, um simples mal-estar tornam-

se desgraças sérias, pois podem influir na qualidade do leite.

Também, soa tristemente, para elas, a hora da servidão. Na despedida, algumas até podem derramar algumas lágrimas (...), mas o que todas lamentam infinitamente, é a vida indolente, o luxo das vestimentas, a abundância de tudo a que é preciso renúncia, para retomar a coleira da miséria.”

Diário de um viajante chamado Charles Expilly datado de 1853. In: LEITE, Miriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1984. p. 91-92.

Escravidão Urbana

Com a descoberta de metais preciosos no século XVIII na região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, muitas pessoas que habitavam localidades variadas da colônia se deslocaram para as regiões de mineração pelas diversas oportunidades que ela oferecia, levando ao surgimento de cidades cada vez mais populosas. Uma das cidades que apresentou grande índice de crescimento urbano neste período foi o Rio de Janeiro. Por apresentar uma das maiores baías do litoral colonial, e por estar situada em um ponto geográfico estratégico, a cidade sempre apresentou grande potencial para se tornar uma importante cidade portuária. A partir do momento de descobertas de grandes jazidas de ouro e diamantes, a cidade se tornou ainda mais estratégica, já que se localizava mais próxima da região das minas, o que colaborou para o seu crescimento urbano. Quando a família real juntamente com toda corte portuguesa mudou-se para a colônia em 1808, eles se estabeleceram no Rio onde recriaram toda a administração da metrópole, necessitando, assim, de grande quantidade de mão-de-obra escrava relacionada a diversos serviços domésticos e urbanos. É neste período que houve um estímulo para que estrangeiros viessem para o Brasil para conhecer este “mundo exótico”, estudando o seu clima, fauna, flora, e os hábitos e costumes do povo deste território. Assim, o Brasil recebeu no século XIX diversos artistas e intelectuais, como Debret e Rugendas por exemplo.

A presença de escravos nas cidades passou, então, a ser muito comum no período colonial. Os negros, fossem eles escravos ou forros, comercializavam diversos produtos e realizavam diferentes atividades remuneradas nas cidades como as de carregador, barbeiros, cesteiros, oleiros, vendedores ambulantes, lavadeiras de roupa, assim como atuavam na realização de pequenos consertos. Muitos dos negros que realizavam esses serviços e que eram cativos eram chamados de “**escravos de ganho**”, ou seja, desempenhavam funções urbanas diversas, cuja remuneração era entregue para o seu senhor que poderia não lhe dar nenhuma parte do dinheiro, quanto, em outros casos, remunerar-lhe com parte

do lucro obtido. A escravidão de ganho, em muitos casos diferenciava-se das demais modalidades de trabalho escravo, pois, nesses casos, muitos donos concediam aos seus cativos o direito de morarem sozinhos e obterem o seu sustento por meio do seu próprio trabalho.

Documento 2

“Uma família comum tem sete ou oito negros de quinze a dezoito anos, que cria como gado; faz de um, pedreiro, de outro sapateiro, dum terceiro, carpinteiro, pintor ou alfaiate; depois aluga-os a quem tenha necessidade; no fim da semana esses operários e operárias, alugados, entregam o ganho obtido, caso contrário são chicoteados sem piedade, e apesar disso, em geral, os negros são bons e obedientes; só se pode ter queixa de sua pouca inteligência.

Quanto às mulheres do Brasil, elas são de uma preguiça que ultrapassa toda imaginação; são também mais cruéis que os homens; espancam seus negros e negras pelas menores falhas; testemunhei isso muitas vezes; passam o tempo todo acoradas em esteiras, de onde não se levantam para procurar coisa alguma; um branco, no Brasil, enrubesce se tiver de carregar um pacote; contudo, à medida que aumenta o número de estrangeiros no país, os costumes vão mudando.

Diário de um viajante chamado Gendrin datado de 1817. In: LEITE, Miriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1984. p. 42-43.

Aconteciam, também, casos em que os escravos recebiam a permissão de comercializar os seus próprios produtos, ficando, assim, com todo o lucro. Esse dinheiro era usado na formação de pecúlio, muito utilizado na compra da sua alforria. Em outros casos, havia a chamada “**Brecha Camponesa**”, ou seja, quando os senhores cediam parte de suas terras aos seus escravos para o cultivo, em dias de folga, de produtos como milho, abóbora, batata, feijão, mandioca, entre outros, que tanto poderiam ser utilizados para melhorar a alimentação cotidiana como para obter algum lucro na venda desses produtos, que tanto poderia ser revestido no bem estar do escravo como na formação de pecúlio. É importante frisar que não devemos identificá-la como fruto de uma suposta benevolência do senhor, já que o dono das terras também lucrava com esta prática, visto que poderia diminuir os seus gastos para manter os seus escravos. Em contrapartida, essa prática também gerava conflitos, pois, em muitos casos, havia a recusa dos escravos em interromper o trabalho nas terras cedidas para desempenhas as suas funções principais. Ou seja, a escravidão no Brasil era marcada por constantes negociações e conflitos.

Imagem 3



Pintura do italiano Carlos Julião, século XVIIIⁱⁱ

Havia, ainda, o caso de escravos que dominavam o conhecimento de trabalhos artesanais, e estes acabavam lavrando em oficinas de artesãos nas cidades. Entretanto, por mais que soubessem exercer a atividade com muita competência, dificilmente se encontrava um escravo ou negro livre dono de uma oficina, tendo estes sempre os títulos de ajudantes ou aprendizes.

Outra situação comum era a existência de vendas e tavernas pertencentes a negros forros onde escravos costumavam frequentar para se divertir, confraternizar e até muitas vezes se encontrar para a organização de motins escravos. O interessante é notar que esses proprietários forros geralmente possuíam escravos trabalhando em seus estabelecimentos. As autoridades levantavam suspeitas sobre estas tavernas devido ao fato de que algumas delas acabavam praticando atividades consideradas como clandestinas. Estas atividades podiam ser o oferecimento de abrigo e ajuda aos escravos fugidos, ou até mesmo o fornecimento de recursos para comunidades de negros que haviam fugido de seus senhores.



Imagem 4

“Barbeiros ambulantes” de Jean-Baptiste Debret século XIX^{iv}

Atividade nº3

1) Localize, em seu texto didático, **os documentos 1 e 2**, em seguida, responda:

a) Identifique os documentos, informando sobre cada um deles, quem os escreveu e quando foram escritos.

b) De acordo com o autor do **documento 1**, quais as principais diferenças entre o ofício de ama-de-leite e outras funções do trabalho escravo doméstico?

c) Porque o autor utiliza a expressão “luxo” para se referir a um dos aspectos que envolvia o ofício das amas-de-leite? Você considera o uso da palavra adequada à situação representada? Justifique.

d) É possível identificar algumas críticas do autor, à forma como as escravas exerciam a função de amas-de-leite. **Identifique** pelo menos duas dessas críticas, citando-as entre aspas.

e) Após a identificação das críticas, interprete-as. Porque o autor via as escravas assim? A sua condição de viajante europeu contribuía para sua visão? Justifique.

f) Identifique uma crítica do autor do **documento 2** sobre o trabalho escravo no Brasil, reescrevendo-a com suas palavras. Em seguida, procure relacionar essa visão com a condição do autor que também era um europeu.

2) Selecione **uma** das imagens, apresentadas no seu texto didático. Em seguida, responda:

a) Identifique quem é o seu autor, apresentado uma breve pesquisa sobre ele, e quando a imagem foi produzida.

b) Descreva a imagem, indicando: os personagens, os seus gestos, o cenário representado, entre outros aspectos que considerar importantes.

c) Relacione essa imagem a uma das modalidades de trabalho escravo, discutidas nesse texto. Justifique a sua resposta.

d) Que aspectos observados nessa imagem indicam características do olhar europeu sobre o trabalho escravo. Justifique.

e) **Relacione**, de acordo com o texto, a expansão do trabalho escravo doméstico com as mudanças nas cidades.

ⁱFonte: http://edomestico.blogspot.com/2010_04_21_archive.html
Acesso em 19/05/2011 às 19h:05min.

ⁱⁱFonte: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2009/05/memoria-social-memoria-afetiva-da.html> Acesso em 19/05/2011 às 19h:12min.

ⁱⁱⁱ Fonte: <http://suvacodecobrahiphop.blogspot.com/2008/05/lei-urea-historia-sem-mscaras.html>. Acesso em 19/05/2011 às 19h:42min.

^{iv}Fonte: <http://nathaliamoreira.blogspot.com/2008/09/debret-negros.html>. Acesso em 19/05/2011 às 19h:48min.

Anexo 4

Plano de aula 7 – Duração de 60 minutos.**Ano: 9º ano “A”****Data: 02/06/2011****Estagiário: André Vinicius I. P. Mello****1.0 – Tema:** Resistências Escravas no Brasil Colonial.**2.0 – Conteúdos:** As diversas formas de resistência escrava e a visão do escravo como sujeito histórico.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a existência de formas de resistência escrava e a sua relação com a luta dos cativos por melhores condições de vida.

3.2 - Específicos:

Entender o escravo como sujeito histórico a partir das resistências;

Refletir sobre os diferentes tipos de resistências, abordando as fugas, os abortos, suicídios, homicídios, e revoltas;

Analisar as formas de contenção destas resistências;

O impacto destas práticas no sistema colonial e a sua importância para a compreensão da dimensão das negociações e dos conflitos no sistema escravista.

4.0 - Metodologia:

Análise de imagens projetadas; leitura e discussão do texto didático; diálogo com a classe através de questionamentos; utilização do quadro.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Retomar a aula anterior abordando as diversas formas de trabalho em que o escravo estava inserido;

Utilizar os primeiros 10 minutos de aula para terminar a análise do documento 2, inserido no material didático da aula anterior, e finalizar a atividade também referente a aula do dia 30 de maio;

Problematizar os conhecimentos prévios dos alunos, indagando por meio da imagem canônica de Jean Baptiste Debret - projetada em Power Point - a relação construída entre a escravidão, a violência e a passividade dos escravos;

Leitura e discussão de texto didático elaborado para a aula;

Identificar a diversidade de formas de resistências utilizadas pelos escravos no Brasil colonial;

Discutir a importância destas práticas de resistência para a condição de sujeito dos escravos;

Problematização do escravo como sujeito e mercadoria;

Entregar para os alunos, de forma aleatória, documentos escritos que servirão para a realização da atividade da aula seguinte, para que eles leiam em casa e já possam fazer uma análise prévia.

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia dos materiais didáticos com documentos escritos e iconográficos.

7.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio.

Bibliografia

A.E.S.P. Processos policiais de São Paulo. Nº ordem 3217, nº lata 16, 1877. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 109.

Correio Paulistano, 1º.06.1879. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 128-129.

FIGUEIRA, Divalte Garcia; VARGAS, João Tristan. *Para entender a História*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e Resistência A Mulher na Luta Contra a Escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Relatório do chefe de Polícia, anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, João Alfredo Correa de Oliveira no dia 15/02.1886. São Paulo, Typ. De Jorge Seckler, 1886. p. 9. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 109.

Relatório do chefe de Polícia, anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, João Alfredo Correa de Oliveira no dia 15.02.1886. São Paulo, Typ. De Jorge Seckler, 1886. p. 13. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 116.

WALSH, Robert. Notícias do Brasil (1828-1829). Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985. vol. 2, p. 162. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 117-119.

Sites consultados

<http://imagenshistoricas.blogspot.com/2010/12/profissoes-antigas.html>.

Acesso dia 20/05/2011 às 16h:49min.

<http://www.portalentretextos.com.br/colunas/recontando-estorias-do-dominio-publico/o-prof-leonardo-castro-apresenta-resumo-ilustrado-sobre-o-traffic-de-escravos,236,5822.html>.

Acesso dia 20/05/2011 às 18h:00min.

<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-eusebio-de-queiros/>.

Acesso dia 20/05/2011 às 20:05min.

Plano de aula 8 – Duração de 60 minutos.**Ano: 9º ano “A”****Data: 06/06/2011****Estagiário: André Vinicius I. P. Mello****1.0 – Tema:** Resistências Escravas no Brasil Colonial.**2.0 – Conteúdos:** As diversas formas de resistência escrava e a visão do escravo como sujeito histórico.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a existência de formas de resistência escrava e a sua relação com a luta dos cativos por melhores condições de vida.

3.2 - Específicos:

Entender o escravo como sujeito histórico a partir das resistências;

Refletir sobre os diferentes tipos de resistências, abordando as fugas, os abortos, suicídios, homicídios, e revoltas;

Analisar as formas de contenção destas resistências;

O impacto destas práticas no sistema colonial e a sua importância para a compreensão da dimensão das negociações e dos conflitos no sistema escravista.

4.0 - Metodologia:

Realização da atividade.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Dividir a sala em dez grupos, formando cinco trios e cinco duplas (estes grupos serão compostos por alunos que tiverem os mesmos documentos), sendo que dois trios ficarão com o documento 2, e outros dois trios ficarão com o documento 5. Duas duplas ficarão com o documento 1, e outras duas duplas ficaram com o documento 4. Por fim, a dupla e o trio restante ficarão com o documento 3 (10 minutos);

Pedir para que a sala se disponibilize em círculo (5 minutos);

Análise dos documentos entregues, onde cada grupo terá de discutir e identificar que tipo de documento é este, qual forma de resistência ele traz, quais as personagens, o sucesso ou insucesso da resistência em questão na opinião do grupo (10 minutos);

Apresentação de cada grupo sobre o seu documento, seguido do confronto das fontes e suas discussões (35 minutos);

Problematização do escravo como sujeito e mercadoria (estará presente em todo o processo).

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Documentos impressos e entregues na aula anterior.

7.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio.

Bibliografia

A.E.S.P. Processos policiais de São Paulo. Nº ordem 3217, nº lata 16, 1877. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 109.

Correio Paulistano, 1º.06.1879. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 128-129.

FIGUEIRA, Divalte Garcia; VARGAS, João Tristan. *Para entender a História*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e Resistência A Mulher na Luta Contra a Escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Relatório do chefe de Polícia, anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, João Alfredo Correa de Oliveira no dia 15/02.1886. São Paulo, Typ. De Jorge Seckler, 1886. p. 9. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 109.

Relatório do chefe de Polícia, anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, João Alfredo Correa de Oliveira no dia 15.02.1886. São Paulo, Typ. De Jorge Seckler, 1886. p. 13. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 116.

WALSH, Robert. Notícias do Brasil (1828-1829). Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985. vol. 2, p. 162. In: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 117-119.

Sites consultados

<http://imagenshistoricas.blogspot.com/2010/12/profissoes-antigas.html>.

Acesso dia 20/05/2011 às 16h:49min.

<http://www.portalentretextos.com.br/colunas/recontando-estorias-do-dominio-publico/o->

prof-leonardo-castro-apresenta-resumo-ilustrado-sobre-o-trafico-de-escravos,236,5822.html.

Acesso dia 20/05/2011 às 18h:00min.

<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-eusebio-de-queiros/>.

Acesso dia 20/05/2011 às 20:05min.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 02/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Mello

Texto n. 4 – FORMAS DE RESISTÊNCIAS ESCRAVAS.

Introdução

Vimos, anteriormente, que os escravos foram utilizados pelos colonizadores como mão de obra para os mais variados tipos de trabalho. Os cativos viviam sob um regime de controle e vigilância, onde deviam atender a demanda de seus senhores e ainda estavam sujeitos à diversos tipos de castigos físicos que poderiam ser considerados justos, educativos e aceitáveis, mas, também, dependendo da situação, poderiam ser vistos como cruéis, excessivos e inadequados, por implicar em escoriações físicas, perda de movimentos ou invalidez por complicações mais sérias.

Mas será que eram apenas essas condições que definiam as relações entre senhores e escravos? Podemos afirmar que os negros nada faziam além de se submeterem aos seus senhores e lamentarem sua condição? Definitivamente não! As relações entre escravos e senhores se mostraram muito mais complexas durante todo o período colonial e imperial, implicando em diversas artimanhas de cativos que tentaram recuperar sua liberdade e sua dignidade, muitas vezes violadas pelo sistema escravista. As diversas formas de resistência colocadas em prática pelos escravos nem sempre visavam à liberdade, almejando em alguns casos situações mais dignas de vida dentro do próprio sistema, mas nem por isso deixavam de ser menos significativas. É claro que tanto os senhores, quanto os poderes públicos, na maioria das vezes, rechaçavam estas resistências das formas mais violentas e coercitivas possíveis, mas isto não implicou em um abatimento das resistências escravas, que perduraram ao longo deste período.

No dia-a-dia, os escravos eram os responsáveis pelo funcionamento da casa. Preparavam a comida, amamentavam e cuidavam das crianças brancas. Esta convivência diária freqüentemente propiciava enfrentamentos, acordos e negociações que configuravam um singular jogo de poder e sedução.

A complexidade desses laços pessoais oferecia aos escravos várias oportunidades para conquistarem importância e reconhecimento. Em muitos casos, ele se tornava objeto de cuidado e afeto por parte de seu proprietário. Também o domínio de certos saberes, como as “artes da feitiçaria” e os segredos da

medicina caseira, favorecia a conquista de prestígio pelos escravos.

A maioria dos escravos que receberam alforrias, ou seja, a liberdade da condição escrava, trabalhava em “ocupações urbanas” ou domésticas e circulava pelas ruas, ficando estes forros encarregados de tarefas como comprar alimentos, buscar água e levar recados, entre outras. Essa mobilidade deve ter contribuído para aumentar sua ambição e aprimorar sua habilidade de cavar chances de obter a liberdade.

Desse modo, mesmo recebendo afeto e sendo seu cúmplice, o escravo não deixava de ser também alvo do olhar vigilante e da violência de seu senhor, ou de ter sua vida limitada por ser propriedade de alguém. Este caráter ambíguo é bastante comum na época e indica que a alforria, quando concedida, era ao mesmo tempo por amor, por dinheiro e por temor a Deus.

Apesar dessas possibilidades de conquista da alforria, a maioria dos escravos precisava lutar cotidianamente para minimizar a sua condição escrava e também se rebelar contra situações diversas que afetavam negativamente as suas vidas.

Fugas

Ao se pensar em resistências escravas, uma das primeiras ideias a surgir é a de fuga. A imagem dos escravos se emaranhando nas florestas na calada da noite e correndo para longe das propriedades de seus senhores é muito recorrente. Porém, para onde e para quem fugiam estes negros?

A julgar que a colonização se deu a princípio nas cidades litorâneas, os escravos objetivavam o interior, onde acabavam, com frequência, encontrando comunidades indígenas com quem se uniam, ou, em outros casos, conflitavam.

Uma das estratégias dos foragidos era mudar de nome, e/ou mudar a aparência, cortando ou deixando crescer cabelos e barbas. Entretanto, a fuga não era tão eficaz e acabava, na maioria das vezes, com o cativo recapturado, já que um negro era um escravo até que se provasse o contrário e a oferta de recompensas por escravos fugidos era muito recorrente, dificultando assim a manutenção da liberdade através da fuga. Uma alternativa para este problema era a formação de comunidades coletivas de escravos fugidos, conhecidas como **mocambos** e **quilombos**, todavia esta forma de resistência será estudada posteriormente.

Imagem 01



“Capitão do Mato” por Johann Moritz Rugendas (1823)¹

É neste contexto, também, que surge uma das figuras mais famosas do Brasil colonial: o Capitão do Mato. Este posto era atribuído aos indivíduos que tinham como ofício a captura de escravos fugidos e a sua devolução ao senhor, com quem podia fechar um contrato determinado pela quantidade de capturas.

Na imagem acima, temos uma das principais representações do capitão do mato, produzida pelo desenhista e pintor alemão Rugendas. Embora tenha sido criada no século XIX e possivelmente seja uma caricatura elaborada pelo pintor, é utilizada, em muitos textos, para representar o capitão do mato em diferentes momentos históricos da escravidão no Brasil.

Suicídios e Infanticídios

Por viverem em condições subumanas e de intensa exploração, muitos cativos eram acometidos por forte depressão e esgotamento total de suas condições físicas e psicológicas. A condição de escravo se tornava inconcebível para estas pessoas, principalmente para aqueles que não haviam nascido em cativeiro, levando a tomarem medidas extremas.

Uma destas medidas era o suicídio. Utilizada geralmente como ameaça e tentativa de negociação com o senhor, são frequentes os registros do período colonial e imperial que trazem casos de escravos que haviam posto fim a suas próprias vidas após uma fuga mal sucedida, uma tentativa de atentado ao senhor frustrada, ou até por não conseguirem obter ou comprar suas alforrias.

Os meios utilizados pelos negros para esse fim eram vários, podendo citar como exemplos: os enforcamentos, os asfixiamentos, a utilização de armas, ou até mesmo o envenenamento provocado por ervas obtidas junto a diversos curandeiros africanos.

As causas destes suicídios eram atribuídas à saudade que os escravos tinham da África, e dizia-se que muitos deles acreditavam que, após a morte, suas almas voltariam para sua terra natal. Porém, devemos tomar cuidado com esta afirmação, pois nem sempre o suicídio era aceito por todos os africanos. Além disso, o escravo não sentia apenas saudade de sua terra, mas principalmente de sua condição de ser humano, sua condição de liberdade, tornando o suicídio muito mais um ato de revolta, do que de fraqueza.

A lógica do infanticídio vai pelo mesmo caminho. Escravas que tinham filhos dos senhores, frutos de relações de abusos sexuais, não deixavam de serem escravas, e os seus filhos obtinham o mesmo destino, pois não eram reconhecidos como filhos legítimos e se tornavam cativos desde seu primeiro dia de vida. Se estes já nasciam na condição de escravos, aqueles nascidos de pais cativos também nasciam na condição de propriedade. Deste modo, muitas mães e pais acabavam por matar os próprios filhos através do aborto ou até mesmo do infanticídio, pois não suportavam a ideia de que estes tivessem a mesma vida que seus pais.

Além de serem atos que punham um ponto final na condição de escravidão, tanto o suicídio quanto o infanticídio golpeavam de forma significativa os senhores, pois lhes causavam um grande prejuízo ao matar uma de suas mais valiosas propriedades: o escravo.

Revoltas e Homicídios

Não só de fugas e suicídios se faziam as resistências escravas, mas também de lutas. O enfrentamento ao senhor e ao sistema escravista foi uma prática marcante na história colonial, que sem dúvida contribuiu para a crise deste sistema e amedrontou a elite escravagista brasileira.

Em alguns casos, este enfrentamento acontecia individualmente, sendo consequência de um acúmulo de situações constrangedoras e cruéis sofridas pelos escravos. Cansados e revoltados por sofrerem diversos castigos e repressões, alguns acabavam sendo acometidos por acessos de fúria, acabando por atacar seus feitores, seus senhores ou familiares. Neste período há diversos boletins de ocorrência registrando assassinatos e atentados a feitores após estes terem implicado castigos severos nos cativos. Recorrentes também são os ataques aos senhores que eram considerados cruéis.

Estes ataques ocorriam também de forma organizada e planejada e variavam desde invasões, até tocaias e armadilhas.

Além de homicídios, as revoltas também figuravam o cenário das resistências escravas no Brasil Colonial. Há registros, por exemplo, de festas de rua e procissões religiosas de escravos que acabavam em manifestações contra a escravidão,

onde se depredavam casas e até matavam brancos. Estas festas eram momentos onde os escravos podiam se organizar, pois estavam em grande número, o que favorecia o estouro de revoltas.

Estas manifestações, invariavelmente, eram contidas e resultavam na morte e aprisionamento dos revoltosos. Nos casos de assassinatos dos senhores e seus familiares, os escravos eram punidos severamente, geralmente com a pena de morte, e, devido a isto, grande parte destes casos de homicídio era seguida de tentativa de fuga dos escravos assassinos.



Imagem 02

Desenho de Jaques Etienne Victor Arago, escritor e explorador francês, feito no século XIX.ⁱⁱ

Resistências no Século XIX

Mesmo após a independência em 1822, o Brasil continuou a ser um país escravagista. Isso quer dizer que as formas de resistência escrava perpassaram por todo período colonial e imperial, se valendo de diversas estratégias para derrubar a escravidão.

Neste período, os movimentos abolicionistas ganharam cada vez mais força e cresceram, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando o tráfico de escravos passou a ser definitivamente proibido no país, por meio da Lei Eusébio de Queirós. Com a nova lei, traficantes de escravos e senhores escravagistas passaram a fazer uso do tráfico interno, ou seja, retirar escravos de regiões onde a agricultura e demais atividades escravas já não rendiam mais tantos lucros e deslocá-los para outras regiões com crescente demanda, sendo o destino mais comum as lavouras de café de São Paulo.

Esta nova situação colaborou para maior revolta dos escravos, pois estes estavam habituados nos lugares onde trabalhavam, muitas vezes possuindo acordos com os seus senhores, e por isto não aceitavam o fato de se mudarem para um lugar desconhecido onde passariam a trabalhar arduamente. Estas revoltas ganharam terreno favorável também

pela conjuntura política e social da época, onde setores do governo faziam pressões para que se abolisse a escravidão.

Conclusão

É importante analisarmos, quando se trata de estudar a escravidão no Brasil, que este foi um processo muito complexo, permeado de várias particularidades e relações diversas. Os escravos em nenhum momento deixaram de ver a si mesmos como pessoas e sujeitos da sua história, e, embora tentassem retirar sua condição humana, os negros se fizeram perceber e ouvir, superando a condição de submissão, por vezes imposta.

As formas de escravidão foram diversas, não existindo uma mais branda do que a outra, mas apresentam muitas particularidades. Assim sendo, as formas de resistências também foram várias, não sendo uma mais importante da outra, mas possuindo seus significados de acordo com as realidades em que estavam inseridas.

No entanto, apesar dos estudos sobre a escravidão no Brasil analisarem, frequentemente, os diferentes mecanismos de controle desse sistema, entre os quais se destacam a violência e a opressão, é preciso considerar a política senhorial paternalista, que, para manter o bom comportamento dos escravos e para justificar-se moralmente, também fazia concessões.

ⁱ <http://imagenshistoricas.blogspot.com/2010/12/profissoes-antigas.html>. Acesso dia 20/05/2011 às 16h:49min

ⁱⁱ <http://www.portalentretextos.com.br/colunas/recontando-estorias-do-dominio-publico/o-prof-leonardo-castro-apresenta-resumo-ilustrado-sobre-o-trafico-de-escravos,236,5822.html>. Acesso dia 08/05/2011 às 22h:01min.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 02/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Inácio Penna Mello

Atividade nº 4

Documento 1

Agora que você conhece algumas formas de resistência escrava, vamos analisar uma fonte sobre o assunto? Primeiramente, leia este documento atentamente junto com os seus colegas. Trata-se de um documento já do final do século XIX, quando os movimentos abolicionistas já tinham muita força no país e a escravidão estava no seu momento final. Mas, mesmo assim, os atos de resistência continuavam ganhando força:

“Capivari – No dia 3 de outubro de 1884, deu-se na cadeia desta cidade o seguinte fato: Estavam dois pretos de nomes Paulo e Alexandre ali recolhidos, quando, pelas 4 e ½ horas da manhã ouviu a sentinela um barulho na prisão, e em seguida gritos de socorro, ao que imediatamente os guardas entraram na mesma, onde encontraram Paulo caído com a cabeça fraturada, e Alexandre tentando degolar-se com uma lata, depósito de cigarros.

Perguntando qual o motivo que o levara a cometer aquele atentado, respondeu que entre ambos havia um pacto, que era: matar ele a Paulo, e depois suicidar-se, para não voltarem à fazenda do seu senhor.

A autoridade dirigiu-se à respectiva cadeia, e procedeu o auto de corpo de delito e inquérito que remeteu ao juiz competente.

Alexandre faleceu quatro horas depois.”

(Fonte: Relatório do chefe de Polícia, anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, João Alfredo Correa de Oliveira no dia 15/02.1886. São Paulo, Typ. De Jorge Seckler, 1886. p. 9.)

Agora que você e seu grupo já leram o documento, façam a seguinte análise:

Parte I

- 1) Que tipo de documento é este e quem é o seu autor?
- 2) Quando e onde foi publicado?
- 3) Onde e quando ocorre o episódio narrado?
- 4) Quais os personagens deste documento e qual o grupo social de cada um?
- 5) Qual é o episódio narrado pelo documento?
- 6) Este episódio narrado está relacionado às formas de resistência escrava estudadas? Se sim, expliquem que forma de resistência seria essa e qual o seu motivo.
- 7) De acordo com o documento, este ato de resistência foi bem sucedido? Justifiquem a resposta.

Parte II-

Após a análise, exponham o documento para os demais colegas da sua sala, de acordo com os dados acima.

Parte III-

Com base nas exposições dos outros grupos e no documento analisado, elaborem um texto refletindo sobre as diversas formas de resistências escravas e como elas nos ajudam a compreender os escravos como sujeitos históricos.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 02/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Inácio Penna Mello

Atividade nº 4

Documento 2

Agora que você conhece algumas formas de resistência escrava, vamos analisar uma fonte sobre o assunto?

Primeiramente, leia este documento atentamente junto com os seus colegas. Trata-se de um documento já do final do século XIX, quando os movimentos abolicionistas já tinham muita força no país e a escravidão estava no seu momento final. Mas, mesmo assim, os atos de resistência continuavam ganhando força:

“Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1877, nesta Imperial Cidade de São Paulo, na Estação de Urbanos desta Freguesia do Brás, presente o subdelegado de Polícia Tenente Coronel Joaquim Antônio Dias, comigo Escrivão de seu cargo, aí presente Catarina, escrava que diz ser de Maria Leonor, o juiz fez-lhe as seguintes perguntas. Qual seu nome, naturalidade, idade, estado e condição? Respondeu chamar-se Catarina, natural de Areias, idade que representa 12 a 14 anos, solteira, escrava de Maria Leonor. Pergunta o que anda fazendo e por que foi presa ou apresentada a este Juízo? Respondeu que há três dias mais ou menos fugiu de casa de sua senhora, que mora para os lados do marco de meia légua, por achar-se bastante seviciada e queimada por sua senhora que é má e muitos maus tratos lhe inflige à respondente, e já não é a primeira vez que foge em virtude dos maus tratos, pois agora o que motivou a sua fuga foi ter sua senhora mandado aquecer café ao mesmo tempo ordenar à respondente que varresse a casa o que ocasionou ferver o café e cair no fogo razão pela qual sua senhora enfurecendo-se deu com uma barra de ferro pancadas na respondente que a prostraram por terra, e imediatamente sua senhora atirou-lhe com o café fervendo, produzindo-lhe os ferimentos que apresenta. Desesperada deste procedimento e continuando os maus tratos, fugiu com intuito de morar no mato, abandonada, quando apareceu-lhe ontém uma senhora e aconselhou que se apresentasse à autoridade, o que fez apresentando-se ao subdelegado de Santa Ifigênia que a remeteu a este Juízo...” (Fonte: A.E.S.P. *Processos policiais de São Paulo*. Nº ordem 3217, nº lata 16, 1877.)

Agora que você e seu grupo já leram o documento, façam a seguinte análise:

Parte I

- 1) Que tipo de documento é este?
- 2) Quando e onde foi publicado?
- 3) Onde e quando ocorre o episódio narrado?
- 4) Quais os personagens deste documento e qual o grupo social de cada um?
- 5) Qual é o episódio narrado pelo documento?
- 6) Este episódio narrado está relacionado às formas de resistência escrava estudadas? Se sim, expliquem que forma de resistência seria essa e qual o seu motivo.
- 7) De acordo com o documento, este ato de resistência foi bem sucedido? Justifiquem a resposta.

Parte II-

Após a análise, exponham o documento para os demais colegas da sua sala, de acordo com os dados acima.

Parte III-

Com base nas exposições dos outros grupos e no documento analisado, elaborem um texto refletindo sobre as diversas formas de resistências escravas e como elas nos ajudam a compreender os escravos como sujeitos históricos.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 02/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Inácio Penna Mello

Atividade nº 4

Documento 3

Agora que você conhece algumas formas de resistência escrava, vamos analisar uma fonte sobre o assunto?

Primeiramente, leia este documento, atentamente, junto a seus colegas. Trata-se de um documento da primeira metade do século XIX, logo após a independência do Brasil. Mesmo não sendo mais uma colônia, o país ainda mantinha o regime de escravidão, perdurando assim os atos de resistência e luta pela liberdade que ganhavam cada vez mais força:

“Conheci um homem na serra dos Órgãos que era um exemplo vivo dos terríveis efeitos causados pela escravidão. Seu nome era Felício e ele fazia gamelas, que vendia pelo interior. Era mulato, filho de um homem branco e de uma escrava. Seria de supor que ele nascesse livre e que o filho de um homem branco não pudesse ser escravo do próprio pai. Puro engano. Ele estava sujeito às mesmas leis que regiam a condição de sua mãe, sendo considerado um escravo pelo pai, que podia vendê-lo ou dispor dele como faria com o seu burro. Tendo ele adoecido, porém, e sentido que ia morrer, fez seu testamento e deu liberdade ao filho, comunicando a ele o que tinha feito. Ao fim de algum tempo o homem se restabeleceu, e ao se desentender com o filho, certa ocasião, ameaçou-o de modificar o seu testamento e determinar que ele fosse vendido junto com o resto de seus bens. Isso o rapaz não estava disposto a permitir, e, assim, sendo matou o pai no meio do mato e se apossou do seu testamento, exigindo e obtendo a sua liberdade...”

(Fonte: WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985. vol. 2, p. 162.)

Parte I

- 1) Que tipo de documento é este e quem é o seu autor?
- 2) Quando e onde foi publicado?
- 3) Onde e quando ocorre o episódio narrado?
- 4) Quais os personagens deste documento e qual o grupo social de cada um?
- 5) Qual é o episódio narrado pelo documento?
- 6) Este episódio narrado está relacionado às formas de resistência escrava estudadas? Se sim, expliquem que forma de resistência seria essa e qual o seu motivo.
- 7) De acordo com o documento, este ato de resistência foi bem sucedido? Justifiquem a resposta.

Parte II-

Após a análise, exponham o documento para os demais colegas da sua sala, de acordo com os dados acima.

Parte III-

Com base nas exposições dos outros grupos e no documento analisado, elaborem um texto refletindo sobre as diversas formas de resistências escravas e como elas nos ajudam a compreender os escravos como sujeitos históricos.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 02/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Inácio Penna Mello

Atividade nº 4

Documento 4

Agora que você conhece algumas formas de resistência escrava, vamos analisar uma fonte sobre o assunto?

Primeiramente, leia este documento atentamente junto com os seus colegas. Trata-se de um documento já do final do século XIX, quando os movimentos abolicionistas já tinham muita força no país e a escravidão estava no seu momento final. Mas, mesmo assim, os atos de resistência continuavam ganhando força:

“*Piracicaba* – A 18 do mesmo mês (novembro – 1884), pelas 8 horas da manhã, em o sítio Pau-Queimado, a escrava Tertuliana, pertencente ao fazendeiro José Vieira de Morais, assassinou aos seus três filhos menores, Pedro de 6 anos, Marinho de 26 meses, e Benedito de 8 meses.

Tertuliana foi presa naquele fazenda e remetida para a cadeia do mesmo termo, procedendo o delegado de polícia a auto de corpo de delito e outras diligências.”

(Fonte: *Relatório do chefe de Polícia, anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, João Alfredo Correa de Oliveira no dia 15.02.1886*. São Paulo, Typ. De Jorge Seckler, 1886. p. 13.)

Parte I

- 1) Que tipo de documento é este e quem é o seu autor?
- 2) Quando e onde foi publicado?
- 3) Onde e quando ocorre o episódio narrado?
- 4) Quais os personagens deste documento e qual o grupo social de cada um?
- 5) Qual é o episódio narrado pelo documento?
- 6) Este episódio narrado está relacionado às formas de resistência escrava estudadas? Se sim, expliquem que forma de resistência seria essa e qual o seu motivo.
- 7) De acordo com o documento, este ato de resistência foi bem sucedido? Justifiquem a resposta.

Parte II-

Após a análise, exponham o documento para os demais colegas da sua sala, de acordo com os dados acima.

Parte III-

Com base nas exposições dos outros grupos e no documento analisado, elaborem um texto refletindo sobre as diversas formas de resistências escravas e como elas nos ajudam a compreender os escravos como sujeitos históricos.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 02/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: André Vinicius Inácio Penna Mello

Atividade nº 4

Documento 5

Agora que você conhece algumas formas de resistência escrava, vamos analisar uma fonte sobre o assunto? Primeiramente, leia este documento atentamente junto com os seus colegas. Trata-se de um documento já do final do século XIX, quando os movimentos abolicionistas já tinham muita força no país e a escravidão está no seu momento final. Mas, mesmo assim, os atos de resistência continuavam ganhando força:

“(…) notei logo nos primeiros dias da minha administração que os escravos se negavam ao trabalho e mesmo em minha presença, conduziam-se de modo a manifestarem a resolução em que estavam de reagirem contra mim (...), e então acompanhado pelo sr. delegado Cunha, escrivão, meirinho, comandante, cadete, praças de linha e paisanos, dirigi-me na madrugada do dia 24 (de maio) à fazenda aonde o emprego da força se tornava inevitável; os escravos armados de foices e facas entrincheirados no quadrado da fazenda, quando perceberam que estavam cercados começaram a fazer tinir facas e foices, romperam em ameaças, e então intimei-os que se entregassem, ao que responderam que antes morrer do que se entregar e animaram-se dois a saírem por um lugar inesperado e investindo contra mim com a faca em punho que por certo teria sido vítima se não fosse auxiliado pelas pessoas que me rodeavam, travou-se então um conflito resultando a morte de um e ferimento do outro; e quando depois de amanhecer a força entrou no quadrado de baioneta calada, estava um escravo enforcado, dois com a garganta cortada, outro com talhos de faca no ventre, outro com as tripas de fora e teria mais alguns feridos se não fossem impedidos pelas pessoas que aí tinham entrado, enfim era uma cena de sangue acompanhada de gemidos dos feridos. (...) Limeira, 27 de maio de 1879. A. C. Sampaio Peixoto.” (Fonte: *Correio Paulistano*, 1º.06.1879.)

Parte I

- 1) Que tipo de documento é este?
- 2) Quando e onde foi publicado?
- 3) Onde e quando ocorre o episódio narrado?
- 4) Quais os personagens deste documento e qual o grupo social de cada um?
- 5) Qual é o episódio narrado pelo documento?
- 6) Este episódio narrado está relacionado às formas de resistência escrava estudadas? Se sim, expliquem que forma de resistência seria essa e qual o seu motivo.
- 7) De acordo com o documento, este ato de resistência foi bem sucedido? Justifiquem a resposta.

Parte II-

Após a análise, exponham o documento para os demais colegas da sua sala, de acordo com os dados acima.

Parte III-

Com base nas exposições dos outros grupos e no documento analisado, elaborem um texto refletindo sobre as diversas formas de resistências escravas e como elas nos ajudam a compreender os escravos como sujeitos históricos.

Anexo 5

Plano de aula 9 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 09/06/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Quilombos no Brasil Colonial.**2.0 – Conteúdos:** Quilombos como forma de resistência escrava na América Portuguesa; Dia da Consciência Negra; Comunidades Quilombolas**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a importância dos quilombos no Brasil Colonial como forma de resistência escrava coletiva.

3.2 - Específicos:

Apresentar a diversidade dos quilombos na América portuguesa e suas diversas relações com a sociedade colonial;

Analisar o Quilombo dos Palmares como maior símbolo da resistência escrava coletiva do Brasil Colonial;

Problematizar a construção da imagem de Zumbi aliado ao Dia da Consciência Negra;

Trazer a discussão sobre os quilombos para o presente através das comunidades quilombolas e a Constituição de 1988.

4.0 - Metodologia:

Leitura e discussão do texto didático; diálogo com a classe através de questionamentos; uso do quadro.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Retomar a aula anterior abordando as diversas formas de resistência escrava;

Leitura e discussão de texto didático elaborado para a aula;

Problematizar o conceito de liberdade e a condição escrava a partir da epígrafe de Barbara .J Fields;

Apresentar os quilombos nas diversas partes da colônia e suas relações com a sociedade colonial;

Debater a historiografia do Quilombo dos Palmares e seu importante papel como símbolo de resistência escrava;

Análise das imagens contidas no texto didático;

Reflexão sobre a construção da imagem de Zumbi aliada ao Dia da Consciência Negra e o Movimento Negro;

Discutir sobre as lutas e conquistas das comunidades quilombolas hoje em dia;

Concluir com questionamento e debate referente à democracia racial: Somos um país miscigenado ou etnicamente dividido?

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia dos materiais didáticos; Fotocópia dos materiais auxiliares

7.0 - Avaliação:

Não terá avaliação nesta aula.

Bibliografia:

GOMES, F. S. ; PIRES, Antonio Liberac C. S. . Origens da Roça Negra: a diversidade dos quilombos rurais pós-abolição. In: Figueredo, Luciano. (Org.). A Era da Escravidão. Rio de Janeiro: SABIN, 2009, v. , p. 102-106.

GOMES, Flávio; XAVIER, Rômulo. Além de Zumbi. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, novembro de 2005.

REIS, João José. Ameaça Negra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, dezembro de 2007.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Sites consultados:

<http://www.cpisp.org.br/comunidades/> Acesso dia 07/06/2011 as 09:30.

http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4686 Acesso dia 07/06/2011 as 09:37.

<http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Cesar%20Baldi.pdf> Acesso dia 07/06/2011 as 09:42.

Plano de aula 10 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 13/06/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Quilombos no Brasil Colonial.**2.0 – Conteúdos:** Comunidades quilombolas e a Constituição de 1988; Historiografia e quilombos.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender as conquistas dos direitos das comunidades quilombolas e a historiografia sobre os quilombos.

3.2 - Específicos:

Trazer a discussão sobre os quilombos para o presente através das comunidades quilombolas e a Constituição de 1988;

Problematizar a questão da miscigenação brasileira e a participação dos quilombos nesse processo; Debater com os alunos como o texto de Sebastião da Rocha pode servir como registro histórico da resistência escrava em Palmares.

4.0 - Metodologia:

Leitura e discussão do texto didático; Leitura e discussão do texto auxiliar; diálogo com a classe através de questionamentos e uso do quadro.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Retornar a aula passada para revisar o conceito de quilombo como forma de resistência coletiva e busca por liberdade;

Leitura e discussão de texto didático elaborado para a aula a partir do tópico Comunidades Quilombolas e a Constituição de 1988;

Após leitura do tópico, questionar a sala se conhecem as comunidades quilombolas em Santa Catarina. Apresentar algumas no quadro e falar sobre suas lutas;

Ler a conclusão do texto didático e problematizar o trecho “somos todos colonizadores, escravos, indígenas, imigrantes, negros e quilombolas” questionando se, na opinião dos alunos, a história dá a devida importância aos quilombos;

Entrega do documento histórico para leitura e discussão;

Dialogar e compreender como o texto de Sebastião da Rocha Pita enfatiza a vitória das forças armadas sobre Palmares e contribuí para entendermos os quilombos como uma forma de resistência perigosa e temida;

Orientação da atividade e realização da mesma.

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia dos materiais didáticos com documentos escritos.

7.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio.

Bibliografia:

GOMES, F. S. ; PIRES, Antonio Liberac C. S. . Origens da Roça Negra: a diversidade dos quilombos rurais pós-abolição. In: Figueredo, Luciano. (Org.). A Era da Escravidão. Rio de Janeiro: SABIN, 2009, v. , p. 102-106.

GOMES, Flávio; XAVIER, Rômulo. Além de Zumbi. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, novembro de 2005.

REIS, João José. Ameaça Negra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, dezembro de 2007.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

ROCHA, Sebastião Pita. *História da América Portuguesa*. 1730. Pg.476-486.

Sites consultados:

<http://www.cpisp.org.br/comunidades/> Acesso dia 07/06/2011 as 09:30.

http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4686 Acesso dia 07/06/2011 as 09:37.

<http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Cesar%20Baldi.pdf> Acesso dia 07/06/2011 as 09:42.

Plano de aula 11 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 16/06/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Quilombos no Brasil Colonial.**2.0 - Conteúdos:** Quilombo dos Palmares.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Entender a importância dos quilombos como forma de resistência.

3.2 - Específicos:

Trabalhar a análise de documentos escritos e iconográficos;

Debater com os alunos como o texto de Sebastião da Rocha pode servir como registro histórico da resistência escrava em Palmares;

Problematizar as diversas idealizações de Zumbi dos Palmares;

Perceber a importância dos quilombos como forma de resistência.

4.0 - Metodologia:

Leitura e análise de documentos escritos e iconográficos;

Utilização do quadro;

Diálogo através de questionamentos;

Realização de atividade.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Disponibilizar os primeiros minutos da aula para a entrega de atividades do Professor Estagiário André e do Professor Fernando;

Recuperar o conteúdo do material didático da aula passada;

Recuperar o conteúdo do documento de Sebastião Rocha Pita disponível na atividade 05;

Ler as questões da Atividade 05 juntamente com os alunos para que assim se possa interpretá-los e discuti-los. Enquanto ocorre a leitura, será pedido aos alunos que grifem as partes que acharem importantes e as palavras que não conhecerem;

Trazer novamente as imagens do texto didático por meio de identificação, descrição, análise, e interpretação;

Simultaneamente ao uso dos documentos, e ao diálogo estabelecido com os alunos, se fará a utilização da lousa escrevendo palavras chaves de cada documento para auxiliar na execução da atividade;

Disponibilizar o restante do tempo para que eles realizem as atividades. Durante este momento, o professor passará de carteira em carteira para auxiliar os alunos em caso de dúvidas;

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia do texto didático e da atividade; lousa e giz.

7.0 - Avaliação:

Contida no material de apoio.

Bibliografia:

GOMES, F. S. ; PIRES, Antonio Liberac C. S. . Origens da Roça Negra: a diversidade dos quilombos rurais pós-abolição. In: Figueredo, Luciano. (Org.). A Era da Escravidão. Rio de Janeiro: SABIN, 2009, v. , p. 102-106.

GOMES, Flávio; XAVIER, Rômulo. Além de Zumbi. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, novembro de 2005.

REIS, João José. Ameaça Negra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, dezembro de 2007.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

ROCHA, Sebastião Pita. *História da América Portuguesa*. 1730. Pg.476-486.

Sites consultados:

<http://www.cisp.org.br/comunidades/> acessado dia 11/06/2011 às 22:32.

http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4686 acessado dia 11/06/2011 às 22:32.

<http://www.cisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Cesar%20Baldi.pdf> acessado dia 11/06/2011 às 22:33

<http://www.brasiliana.usp.br/node/365> acessado dia 11/06/2011 às 22:34.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano "A"

Data: 09/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: Ricardo Duwe

Texto 5: OS MOCAMBOS E QUILOMBOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

*"A liberdade não era uma condição fixa, mas um alvo em constante movimento"**

- Barbara J. Fields

Por meio da citação acima, referente à escravidão norte-americana, a autora aborda uma questão importantíssima ao se trabalhar as formas de resistência escrava e a busca pela liberdade.

A formação de quilombos ou mocambos foi um grande exemplo dessa busca dos escravos por maior liberdade e melhores condições de vida na América Portuguesa. Uma forma de resistência coletiva que visava uma autonomia do controle dos seus senhores, justamente por conseguir burlar e resistir esse controle, os quilombos serão, ao mesmo tempo, o destino de negros fugidos e escravos livres que buscavam uma maior liberdade para se viver.

No entanto, aos olhos dos senhores de escravos e das autoridades, serão considerados um péssimo exemplo aos escravos e verdadeiras ameaças ao regime escravocrata. Mas como eram esses quilombos? O que se sabe sobre eles? Como eles eram vistos pela sociedade colonial? Eram eles válvulas de escape das tensões escravistas ou constituíam verdadeiras ameaças ao regime escravocrata, como algumas visões querem afirmar?

A Organização de Quilombos e Mocambos

Em quase todos os locais onde houve escravidão, tivemos a formação de quilombos. Do interior do Amazonas ao Sul da Colônia, ao longo do litoral nordestino, nos garimpos de Minas Gerais e do interior, nas regiões de fronteira com

os espanhóis. Em todos esses locais os mocambos ou quilombos estiveram presentes.

Na sua maioria, eles não existiram isolados da região em que se encontravam acampados, se relacionado com as vilas e cidades próximas através da negociação de alimentos, armas, munição e outros produtos em geral.

Em relação ao restante da sociedade colonial, nem sempre os quilombolas tinham encontros pacíficos. Muitos deles possuíam uma agricultura própria que podia consistir de roças de milho, mandioca e cana, além do cultivo de algodão e do fumo, entre outros. Porém, muitos amocambados que não possuíam condições de subsistir, ou que buscavam ainda melhores condições de vida, assaltavam viajantes nas estradas, atacavam povoados, fazendas e levavam produtos e escravos.

As relações entre quilombos e tribos indígenas não eram sempre iguais. Ora estavam do mesmo lado, ora se confrontavam pelos mais diversos motivos, tais como disputas territoriais, assaltos de quilombolas as tribos indígenas e vice-versa. Além disso, era comum, entre os senhores de escravos, a utilização de indígenas na formação de tropas anti-quilombos, pois o conhecimento das matas e a facilidade com que penetravam em locais de difícil acesso era um fator decisivo para o sucesso no reconhecimento e identificação dos quilombos.

Os quilombos eram diversos, principalmente porque a própria condição escrava era diversa, mas, além disso, eles vão se diferenciar pela sua localidade, pelas suas relações e pelos seus habitantes. Além disso, diferenciavam-se pelo tamanho e período de existência, pois alguns perduravam mais que outros.

Internamente, as relações sociais nos quilombos eram intensas, envolvendo relações de parentesco, amizade e trabalho entre escravos,

negros livres, índios e comerciantes brancos, embora seja importante enfatizar que há indícios de conflitos, disputa por poderes e até mesmo escravidão nos quilombos.

O Quilombo dos Palmares

Embora seja conhecido como o maior, o mais duradouro e o mais importante dos quilombos, pouco realmente sabemos sobre o cotidiano de Palmares. Sabemos da sua possível formação no início do século XVII após o estabelecimento de escravos fugidos na Serra da Barriga, a qual fazia parte da capitania de Pernambuco. Tem-se o conhecimento da participação de brancos e principalmente de índios no quilombo.

Palmares resistiu durante todos esses anos às investidas holandesas e portuguesas, mas foi a partir de 1670 que se teve início uma esquematização para destruir o quilombo. O rei palmariano nesse período era **Ganga Zumba** que vivia em **Macaco**, a principal fortaleza. Após uma série de conflitos que resultaram em mortes para ambos os lados, emissários de Palmares e portugueses se encontram em Recife e assinam um tratado de paz, que não foi aceito pelos quilombolas. Ao retornar ao mocambo, Ganga foi envenenado e morto, sendo eleito como o novo rei de Palmares o seu sobrinho, **Zumbi**.

O período entre 1679 e 1695 foi o mais sangrento na história de Palmares. As tentativas de derrubar o quilombo eram constantes e embora fracassaram, foram enfraquecendo a sua defesa.

O bandeirante **Domingos Jorge Velho** foi utilizado pelas autoridades para derrotar Palmares. Fazendo um grande uso de indígenas nas suas tropas, Jorge Velho derruba Macaco em 1694. Embora Zumbi tenha conseguido fugir, ele é capturado e morto no dia **20 de Novembro de 1695**, tendo sua cabeça cortada e exposta em local

público, demonstrando através do exemplo o destino daqueles que desafiavam a Coroa e o sistema escravista.

Observe a imagem abaixo e veja como Zumbi dos Palmares foi representado: analise a sua postura, as suas roupas e o que ele segura com uma das mãos. Produzida depois de tantos anos da morte do personagem, quais seriam as intenções do pintor? Que imagem de Zumbi ele procura representar?



“Zumbi dos Palmares” de Antônio Parreiras, 1927.

O Dia da Consciência Negra e Zumbi

Justamente por simbolizar a resistência quase centenária dos negros de Palmares contra a escravidão, o dia **20 de novembro** - dia da morte de Zumbi - foi escolhido por militantes da causa negra no Brasil para ser o Dia da Consciência Negra, que após diversas polêmicas, recentemente tornou-se feriado em vários municípios brasileiros. Anteriormente tinha-se como data simbólica para a cultura negra o **13 de maio**, que representava a libertação dos escravos por meio da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, oficializando a abolição da escravatura. Porém, a representatividade dessa data foi questionada pelo movimento negro na década de 1970. Nas palavras do ativista e poeta José Carlos Rodrigues: “Nós [o movimento

negro] vimos logo que o 13 de maio teve consequências práticas. Não havia medidas efetivas voltadas à comunidade negra. Foi uma liberdade que apareceu apenas na lei e nada de concreto ocorreu depois”**. Foi através desse debate que algumas cidades e estados foram aceitando o 20 de novembro em detrimento ao 13 de maio como Dia da Consciência Negra, sendo que em 1995 tivemos a oficialização a nível nacional da data.

Na imagem abaixo podemos ver o monumento erguido a Zumbi dos Palmares na antiga Praça Onze no Rio de Janeiro, um dos berços do samba e da cultura afro-descendente, em 1986. Darcy Ribeiro, um dos mentores do monumento, e vice-governador no período, definiu-o como: “belíssimo, porque reproduz, muito ampliada, uma cabeça de bronze do Benim. Não há quem olhe para ele e não se espante com a beleza negra que expressa”. Analisando a **Imagem 02** abaixo e comparando-a com a **Imagem 01**: você consegue perceber as diferentes formas de representações do líder palmariano? Em sua opinião, alguma delas representa fielmente Zumbi? Existe a possibilidade de verdade na arte, ou existem várias possibilidades de se ver e significar um personagem histórico/evento?

Imagem 02



Monumento a Zumbi dos Palmares no Rio de Janeiro de João Filgueiras Lima, 1986.

Comunidades Quilombolas e a Constituição de 1988

Os quilombos não fazem parte somente de um passado escravista. Hoje em dia temos mais de 2 mil comunidades remanescentes de quilombos espalhadas por todo o Brasil, inclusive em Santa Catarina, que lutam pelo direito de propriedade das suas terras, tal como mencionado na Constituição vigente.

A Constituição de 1988 refere-se a quilombos em apenas dois momentos. No capítulo da educação, da cultura e do desporto, determina que ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (art. 216, § 5º). O segundo, inserido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, afirma que —aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos (art. 68).***

Conclusão

Os quilombos tiveram diversas significações: importantes formas de resistência escrava, símbolos da busca pela liberdade, centros de miscigenação da cultura africana, europeia e da própria América Portuguesa e todas essas significações juntas implicavam em uma perigosa ameaça ao sistema escravista. Podemos ver que não estamos falando de meros acampamentos de escravos fugidos, mas de estruturas complexas que viviam em contato com a sociedade colonial, influenciando e sendo influenciadas.

A luta dos quilombos pelo seu espaço continua até os dias atuais com as comunidades quilombolas que buscam o direito de propriedade

das suas terras através da sua história, da sua cultura e do seu papel na constituição do Brasil como nação. Vivemos em um país miscigenado onde, cada vez mais, busca-se a quebra de preconceitos, inclusive na historiografia. Sendo assim, a história, cada vez mais, nos mostra que somos todos colonizadores, escravos, indígenas, imigrantes, negros e quilombolas.

Fontes Bibliográficas:

* Barbara J. Fields *apud* REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: _____ *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. Organizado por João José dos Reis & Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pg.23

** Entrevista disponível em: http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4686. Acessado dia 09/06/2011 às 03:30hrs

*** BALDI, César Augusto. Territorialidade étnica e proteção jurídica: as comunidades quilombolas e a desapropriação. Artigo disponível em <http://www.cpis.org.br/acoes/upload/arquivos/Cesar%20Baldi.pdf>. Acessado dia 08/06/2011 às 02:14hrs.

Imagem 01:

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/zumbi_um_heroi_cercado_de_misterio_imprimir.html. Acessado dia 09/06/2011 às 00:52.

Imagem 02:

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL866812-5598,00-MAIS+DE+CIDADES+ADOTAM+FERIADO+NO+DIA+DA+CONSCIENCIA+NEGRA.html>. Acessado dia 08/06/2011 às 02:20hrs.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 13/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Professor (Estagiário): Ricardo Duwe

Atividade 5

Leia o documento abaixo, escrito por Sebastião da Rocha Pita, sobre a derrocada de Palmares:

Documento 1

Pernambuco padecia em calamidade, porém o Governador Caetano de Mello de Castro, julgando que das mais árduas empreitadas se colhem os aplausos maiores, tomando esta de Palmares com tanto empenho que veio a lhe dar glorioso fim. Escreveu ao Governador e Capitão Geral D. João de Lancastro, pedindo-lhe que ordenasse ao paulista Domingos Jorge, que com suas tropas, caminhasse a Palmares; o que executou com muita presteza, marchando com os seus índios, capitães e oficiais para aquela vila.

Palmares possuía muralha e portões de fortíssima madeira, oriunda da região e difícilíssima de derrubar. As tropas puseram escadas ao redor da muralha palmariana, mas eram rechaçados pelos inimigos com armas de fogo, flechas, como de água fervente e brasas acessas.

O nosso exército (...) se punha a bater-lhes as portas com novo alento que, à força de machados e braços, lhe abriu o Sargento-mor Sebastião Dias, logo seguido pelos outros. Entraram juntos, encontrando alguma resistência nos negros, mas inferior à que presumiram; porque o seu príncipe Zumbi com os mais esforçados guerreiros, e leais súditos, querendo obviar a condição de cativos da nossa gente, e desprezando a morte ao nosso ferro (...), voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perdê-la aos nossos golpes.

Este fim tão útil, como glorioso teve a guerra, que fizemos aos negros dos Palmares, devendo-se não só o impulso da empresa, mas os meios da execução, ao valor e zelo, com que Caetano de Mello de Castro governou a província de Pernambuco, de cujo emprego por este e outros serviços, fez com tantos créditos, e aplausos, que lhe concedeu o cargo de Vice-rei da Índia; cargo que exerceu com grandes acertos, deixando em todas as referidas partes uma ilustre memória.

Texto adaptado da obra: ROCHA, Sebastião Pita. **História da América Portuguesa**. 1730. p. 476-486. (Obra completa disponível para download no site: <http://www.brasiliana.usp.br/node/365> acessado dia 11/06/2011) às 22:34.)

* Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) foi senhor de terras e lavouras, advogado, escritor e poeta brasileiro.

Após leitura do **Documento 1** e do texto didático, responda as seguintes questões:

1)

- a) Quem foi Sebastião da Rocha Pita?
- b) Quais são os personagens apresentados pelo autor no texto e em que situação eles estão envolvidos?

- c) Qual a relação entre o autor do texto e esses personagens?
- d) Quando ele escreveu esta obra? Essa data coincide com o período do evento registrado?
- e) Segundo Sebastião da Rocha Pita, o governador Caetano de Mello de Castro julgava que “(...) *Das mais árduas empreitadas se colhem os aplausos maiores (...)*”. Interprete, com suas palavras, o que o autor quis dizer com essa frase e porque ele fez essa afirmação.
- f) Muitos historiadores criticam esse documento por apenas glorificar a ação das forças armadas e registrar Palmares como um mero degrau na ascensão do governador de Pernambuco Caetano Mello. Você concorda com essas críticas? Por quê?
- g) Identifique outros trechos do texto que poderiam reforçar essas críticas dos historiadores.
- h) Sebastião da Rocha Pita, ao se referir a Zumbi no penúltimo parágrafo do documento acima, constrói uma determinada imagem do personagem. Em sua opinião, como o autor representa Zumbi?
- i) Compare essa representação de Zumbi, construída por Rocha Pita, com a imagem criada por Antônio Parreiras em 1927 para representar o mesmo personagem. Como podemos explicar as suas diferenças?
- j) Em sua opinião, podemos dizer que alguma dessas imagens retrata verdadeiramente Zumbi? Justifique sua resposta:
- 2) No ano de 1986, a cidade do Rio de Janeiro criou um monumento para homenagear o personagem Zumbi dos Palmares e, em várias outras cidades do país, o dia 20 de novembro tornou-se feriado municipal. Explique, de acordo com o texto, porque esse personagem tem sido lembrado? Qual a importância da memória de Zumbi de Palmares para a história do Brasil?
- 3) O final do século passado marcou duas grandes conquistas para a memória dos quilombos; a oficialização do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra e os direitos concedidos pela Constituição de 1988 as comunidades quilombolas. Porque, em um país miscigenado como o Brasil, é importante manter viva a memória quilombola?

Anexo 6

Plano de aula 12 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 20/06/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Culturas e religiosidades escravas na América portuguesa.**2.0 – Conteúdos:** Cultura e história; Irmandades religiosas; Religiosidade escrava.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a expressão das identidades escravas através das suas culturas e religiões.

3.2 - Específicos:

Compreender a sociedade escrava através das suas expressões culturais;

Entender as Irmandades como grupos complexos e de diversas funções religiosas, sociais e políticas;

Discutir como se dava a relação entre o sagrado e o profano na América Portuguesa através das relações entre clérigos e “feiticeiros”.

4.0 - Metodologia:

Leitura e discussão do texto didático;

Diálogo com a classe através de questionamentos e uso do quadro.

5.0 - Estratégias Didáticas?

Iniciar a aula problematizando através de questionamentos a importância da cultura no processo histórico (O que é cultura? Ela é influenciada pela política? E pela economia? A cultura é reflexo do seu tempo e vice-versa? Sendo a cultura tão influenciável e influenciadora, não deveríamos pensar em culturas? Como podemos ver essas questões na sociedade escrava da América Portuguesa? Etc...);

Leitura e discussão do texto didático;

Leitura do capítulo “Introdução”;

Problematizar as culturas escravas;

Leitura do capítulo “O escravo que virou rei”;

Levantar questionamentos para melhor compreender a história de Inácio (Quem foi ele? Quando e onde ele viveu? Qual era o seu trabalho? Quanto tempo ficou em regime de escravidão? Como ele conseguiu a liberdade? Qual instituição ele frequentava? Quando ele fundou a sua Irmandade? Que tipo de rei era Inácio?);

Leitura do capítulo “As irmandades religiosas”;

Trabalhar a importância das irmandades como fonte de registro histórico, grupos de mútua ajuda, instituições que auxiliavam a propagação do cristianismo nas camadas populares, centros de

miscigenação e constituição de uma nova identidade negra e até mesmo centros de isolamento que buscavam a manutenção de ideais africanos;

Leitura do capítulo “Religiosidades”;

Entender a relação entre os clérigos e feiticeiros, demonstrar que o sagrado e o profano constituíam um ao outro na América Portuguesa.

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia dos materiais didáticos, quadro, giz.

7.0 - Quadro:

CULTURAS E RELIGIOSIDADES ESCRAVAS NA AMÉRICA PORTUGUESA E NO BRASIL

Irmândades religiosas:

-Sociedades de apoio mútuo

*Proteção dos associados

*Caridade aos necessitados

*Realização de cortejos fúnebres

- Organizadas por leigos

* Expressão do Catolicismo Popular

* Homenagem a diferentes santos católicos negros (São Benedito, Nossa Senhora do Rosário dos homens negros, Santo Elesbão, Santa Efigênia)

Bibliografia:

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. . *História da Vida Privada no Brasil V.1*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Mariza C. . O escravo que virou rei. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v.27, dezembro de 2004.

WOOD, A. J. R. Russuel-. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Sites consultados:

<http://jorge-didi.blogspot.com/2011/04/vai-dar-samba-com-bira-do-ko-e-edson.html>. Acesso dia 12/06/2011 as 14:17.

<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery> Acesso dia 12/06/2011 as 14:23.

Plano de aula 13 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 27/06/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Culturas e religiosidades escravas na América portuguesa.**2.0 – Conteúdos:** Culturas escravas; religiosidades africanas; celebrações da cultura negra na América Portuguesa.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a expressão das identidades escravas através das suas culturas e religiões.

3.2 - Específicos:

Discutir e entender como se dava a relação entre o sagrado e o profano na América Portuguesa através das relações entre clérigos e “feiticeiros”;

Refletir sobre as festas promovidas pelas Irmandades cristãs e fora delas e como a sociedade colonial percebia as mesmas.

4.0 - Metodologia:

Leitura e discussão do texto didático;

Diálogo com a classe através de questionamentos e uso do quadro.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Retomar através de questionamentos o conteúdo “Irmandades religiosas” trabalhado na última aula;

Leitura do capítulo “Religiosidades”;

Dialogar sobre a relação entre os clérigos e feiticeiros e como a sociedade percebia as práticas consideradas pagãs;

Leitura do capítulo “Festas”;

Perceber a diversidade das celebrações escravas, apresentar algumas e enfatizar no tratamento diferenciado que algumas possuíam;

Finalizar com a leitura do capítulo “Conclusão” e debater sobre a importância das culturas para a constituição de identidades sociais e pessoais;

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia dos materiais didáticos, quadro, giz.

7.0 - Quadro:**CULTURAS E RELIGIOSIDADES ESCRAVAS NA AMÉRICA PORTUGUESA E NO BRASIL****Religiosidades:**

*Catequização como forma de salvar almas do paganismo

- *Acreditava-se que os “feiticeiros negros” curavam diversos males
- *As práticas religiosas africanas estavam muito presentes no cotidiano
- *A fiscalização dessas práticas era precária

Festas promovidas pelas Irmandades:

- *Celebração anual do santo da irmandade
- *Celebração do Rei do Congo
- *Cortejos fúnebres

E as festas que não eram promovidas pelas irmandades?

Batuques, capoeira, rituais noturnos

- *Celebrações típicas das culturas africanas
- *Não tinham vínculos com a igreja católica
- *Muitas festas serviram como organização de revoltas
- *Sofriam grande repressão

Bibliografia:

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. . *História da Vida Privada no Brasil V.1*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Mariza C. . O escravo que virou rei. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v.27, dezembro de 2004.

WOOD, A. J. R. Russuel-. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Sites

<http://jorge-didi.blogspot.com/2011/04/vai-dar-samba-com-bira-do-ko-e-edson.html>. Acesso dia 12/06/2011 as 14:17.

<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery> Acesso dia 12/06/2011 as 14:23.

Plano de aula 14 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 30/06/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Culturas e religiosidades escravas na América portuguesa.**2.0 – Conteúdos:** Culturas escravas; Irmandades Religiosas; Celebrações da cultura negra na América Portuguesa e no Brasil.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a expressão das identidades escravas através das suas culturas e religiões;

3.2 - Específicos:

Reforçar os conteúdos abordados em sala através da atividade;

4.0 - Metodologia:

Leitura e discussão da atividade;

Diálogo com a classe através de questionamentos.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Leitura e discussão das questões da atividade 6;

Disponibilizar o restante da aula para a realização da atividade e auxiliar os alunos na realização da mesma tirando dúvidas;

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia das atividades.

7.0 Avaliação:

Contida no material.

Bibliografia:MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. . *História da Vida Privada no Brasil V.1*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.SOARES, Mariza C. . O escravo que virou rei. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v.27, dezembro de 2004.WOOD, A. J. R. Russuel-. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.**Sites consultados:**<http://jorge-didi.blogspot.com/2011/04/vai-dar-samba-com-bira-do-ko-e-edson.html>. Acesso dia 12/06/2011 as 14:17.<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery> Acesso dia 12/06/2011 as 14:23.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano "A"

Data: 20/06/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: Ricardo Duwe

Texto 6: CULTURAS E RELIGIOSIDADES ESCRAVAS NA AMÉRICA PORTUGUESA E NO BRASIL

Introdução

Já vimos que os africanos e afro-descendentes movimentavam a economia da América Portuguesa, de diversos modos, desenvolvendo diferentes modalidades de seu trabalho em diferentes locais. Vimos, também, que se expressavam politicamente, negociando a sua condição escrava e resistindo através de lutas, fugas e formação de quilombos. Mas, como esses aspectos se refletiam na suas manifestações culturais e religiosas? A cultura e a religiosidade dos escravos influenciavam na política e economia? Elas poderiam ter um caráter de resistência? Para os senhores, elas deveriam ser combatidas e proibidas, ou compreendidas como formas de amenizar as tensões escravistas?

Por meio das suas expressões culturais, os escravos buscaram maneiras de "escapar" por alguns momentos da dura realidade do seu trabalho, de expressar vontades e sentimentos e, certamente, de celebrar a vida. Foi através desse poder da cultura que alguns escravos até se tornaram reis.

O Escravo Que Virou Rei

Em 1742, foi batizado na Igreja da Candelária, no Rio, um 'preto mina' de nome Inácio. Durante 14 anos ele foi escravo do mesmo senhor, atuando como barbeiro e sangrador. Cinco anos depois, pagou 350 mil-réis por sua carta de alforria e, em 1759, casou-se com a também preta forra, e mina como ele, Vitória Correa da Conceição (...). Provavelmente desde sua chegada ao Rio de Janeiro, Inácio freqüentava a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, bem como a congregação dos Pretos Minas, as duas fundadas na década de 1740. Em 1762, ele liderou a criação de uma nova sociedade, a Congregação dos Pretos do Reino de Mahi. (...) Inácio veio ser um dos sete reis africanos que compunham a Corte do Império de Santo Elesbão, na folia da Irmandade. A presença de negros nas irmandades não era uma novidade. (...) No Brasil, desde o início da colonização, foram também instituídas as irmandades do Rosário, freqüentadas por escravos e forros. (...) a capela da Irmandade de Nossa

Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos foi edificada por africanos angolas e crioulos, isto é, negros no Brasil. Não podendo ocupar lugar de destaque na Irmandade do Rosário, um grupo de escravos alforriados vindos da Costa da Mina, Cabo Verde, São Tomé e Moçambique decidiram organizar sua própria congregação, com a criação da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia.

As Irmandades Religiosas

Através do trecho acima, discutido pela historiadora Mariza Soares e que relata parte da trajetória do forro Inácio, percebemos mais uma instituição que estava presente na sociedade colonial: As Irmandades Religiosas. Estas Irmandades eram as mais variadas possíveis, existindo desde aquelas destinadas apenas para homens brancos, até as que aceitavam apenas africanos oriundos de uma determinada etnia africana. Estas eram intituladas de Irmandades exclusivas.

As irmandades surgiram ainda na Europa durante o período medieval, sendo compostas por clérigos que visavam **ascese** religiosa, assim como a realização de atos de caridade. Ainda no século XIV e XV, em Portugal, algumas irmandades já aceitavam, como membros, africanos batizados. Neste país, as irmandades eram centralizadas burocraticamente pela Coroa Portuguesa, que autorizava e legitimava a sua criação.

Como estas irmandades encontravam nas cidades o ambiente mais propício para sua criação, elas demoraram a surgir no Brasil, tendo o seu auge no momento em que as cidades começam a crescer neste território. É interessante notar o importante papel desta instituição para se estudar a história dos africanos na América Portuguesa, pois, mesmo os libertos, eram proibidos de freqüentarem as escolas e aprenderem a ler e escrever. Assim, os registros das irmandades são alguns dos poucos documentos de época que dão voz aos escravos e forros (embora os escravos das irmandades de negros fossem, em sua maioria, brancos).

Embora os negros fizessem parte da sociedade colonial e conseguissem conquistar alguns espaços, mesmo sob o regime escravagista, eles eram constantemente alvo de preconceito, exclusão social e privação da condição de cidadãos. Desta forma, as irmandades religiosas serviam também como um grupo de ajuda mútua, onde os membros passavam a se considerar irmãos e, através deste laço fraternal, assumiam a responsabilidade de se auxiliarem financeiramente e socialmente, como a obtenção de assistência médica e alimentícia, em caso de prisão ou morte, assim como auxílio a sua família, cortejo fúnebre e auxílio financeiro para a compra da carta de

alforria.

Uma das justificativas da Igreja Católica para legitimar a escravidão era a catequização dos africanos. Assim, muitas vezes, existia o incentivo da Coroa e da Igreja para que os negros criassem as suas irmandades. É importante frisar que esse catolicismo praticado nas Irmandades era de orientação leiga e, nesse sentido, era organizado e praticado de acordo com uma interpretação popular dos cultos e crenças mais ortodoxas da Igreja.

A organização das irmandades se dava através de diretorias, chamadas de *mesas*, que eram eleitas por eleições indiretas. Estas poderiam servir como excludentes em alguns casos, como, por exemplo, em irmandades que aceitavam brancos e mulatos, mas só negros poderiam compô-la. Os membros da mesa eram responsáveis por escolher o presidente da irmandade.

Para se manter, as irmandades precisavam angariar fundos. Mas, como era possível angariar fundos para instituições compostas por escravos e por forros que, geralmente, eram muito pobres? O acúmulo de recursos, neste caso, se dava principalmente através de contribuições dos membros, donativos e heranças, aluguéis e fianças. Claro que até uma irmandade conseguir recursos significativos, ou meios para consegui-lo, ela dependia de muita ajuda, utilizando, para os seus rituais **ecumênicos**, os altares das igrejas ou de outras irmandades.

Muito do tempo e das despesas destes grupos se davam com as atividades religiosas. Cultos, festas e procissões faziam parte do seu cotidiano, e eram feitas com muita dedicação. Essas procissões e festas religiosas promovidas pelas irmandades eram carregadas de simbologias, como, por exemplo, a eleição do rei e da rainha, que tinham papel fundamental na parte ritualística, embora não tivessem nenhuma função administrativa. Temos como exemplo de rei de uma irmandade o forro Inácio, cuja história foi apresentada no início desse texto.

As irmandades possuíam um importante papel na construção e/ou manutenção da identidade dos grupos negros na sociedade colonial. Aquelas que eram consideradas exclusivas geralmente tentavam preservar as línguas e religiões africanas para reproduzir, no Novo Mundo, as culturas africanas, não as deixando “morrer”. Já as irmandades mais abertas, geralmente criadas por negros já nascidos nas colônias e que aceitavam membros de diversas castas sociais, buscavam construir uma nova identidade negra, pois estes aceitavam com mais facilidade o fato de que não estavam mais na África.

É importante ressaltar que, embora estes grupos fossem de origem católica, muitos negros

membros de irmandades praticavam de forma secreta as suas religiões africanas.

Observe a imagem abaixo e identifique, como Debret representou a temática das irmandades religiosas negras.

Imagem 01



Rei, rainha, princesa e mestre-sala, membros da Irmandade de N. S. do Rosário, recolhem donativos dos escravos (Jean B. Debret - 1828)

Festas

As festas também eram parte das relações sociais dos escravos e forros. De caráter religioso ou não, estas festividades eram carregadas de símbolos e significados, podendo até servir para desencadear algum tipo de revolta contra a escravidão.

A sociedade colonial possuía um calendário com muitos feriados religiosos e trazia da Europa uma tradição de festas de rua. Estas festividades estavam quase sempre ligadas à afirmação de alguma das instituições como o Estado e/ou a Igreja e eram organizadas em vilas e cidades para demarcar um evento de destaque, como o aniversário do Rei, visita de viajante ilustre, casamento de membros da nobreza, além das inúmeras festas religiosas que afirmavam e exteriorizavam a crença católica.

Havia, também, aquelas festividades que eram organizadas pelos próprios negros e suas irmandades de “homens pretos”, tais como a celebração anual do santo de devoção da irmandade, a celebração do Rei do Congo, na qual se elegia um representante da irmandade ao posto para desfilar pelas ruas e ser cortejado pelos demais com música e dança. Havia também os cortejos fúnebres, realizados para os associados das irmandades e eram celebrações importantíssimas, pois tinham o intuito de garantir todos os sacramentos e bênçãos para que o falecido tivesse uma morte tranquila e cristã, conforme a crença da época.

Estes eventos dividiam as opiniões da sociedade, pois alguns os viam como um momento de completa insegurança, visto que os

negros apresentavam comportamentos incontroláveis, sem contar que podiam ser símbolos de puro paganismo. Em contra partida havia aqueles que viam as festas dos negros como uma expressão de sua religiosidade cristã, o que as tornavam toleráveis e aceitáveis perante a sociedade.

Não podemos considerar que estes eventos festivos eram todos iguais, já que os africanos eram também, culturalmente, diferentes entre si. Havia festas destinadas apenas a africanos, apenas a escravos minas, escravos de angola, negros nascidos na colônia, mulatos, enfim, diversas festas para diversos públicos. Podiam variar, também, se fossem promovidas por irmandades ou não. Caso fossem, geralmente seguiam um caráter cristão; caso não, podiam expressar e exteriorizar crenças africanas, embora nesses casos, estivessem mais sujeitas ao controle da repressão. Muitas dessas festas eram denominadas pelas autoridades como *batuques* devido ao grande número de instrumentos percussivos utilizados. É importante frisar que as festas eram momentos de sair da rotina, de subversão dos valores morais e sociais, e mesmo as festas cristãs apresentavam momentos de quebra de valores e rotina, fossem elas feitas por negros ou não.

Estas festas podiam seguir por toda noite, e muitas vezes, eram acompanhadas por pessoas de fora, como até mesmo os próprios senhores que eram adeptos da opinião de que as festas poderiam ser saudáveis.

A imagem a seguir foi feita no Rio de Janeiro no século XIX, pelo pintor inglês Augustus Earle traz alguns desses elementos. Vamos analisá-la?

Imagem 02



“Negro Fandango, Campo Santa Ana, Rio de Janeiro” – Augustus Earle (1793-1838)

As festas poderiam servir, também, como forma de os escravos encontrarem outras pessoas que eram parte do seu mesmo grupo lingüístico e cultural, possibilitando a construção de novas redes sociais.

Em alguns locais, as festas escravas serviram como organização de revoltas e quebra-quebras, o que gerou terror na sociedade, levando as autoridades a elaborarem medidas de repressão destas festividades, que, mesmo assim, acabavam

ocorrendo com freqüência.

Religiosidades

Na América Portuguesa, muitos aspectos da cultura africana se inter-relacionaram com a cultura dos indígenas e dos colonizadores, resultando em um movimento bastante intenso de trocas e conflitos culturais.

Durante o processo de colonização, a catequização dos negros e indígenas era compreendida como forma de salvar estes povos do paganismo, por meio da conversão ao catolicismo. No entanto, apesar dessa concepção de superioridade dos europeus sobre as demais culturas que existiam na América Portuguesa e no Brasil, existem muitos dados resultantes de pesquisas históricas que revelam a grande influência das culturas africanas e indígenas no cotidiano da sociedade colonial.

Documentos coloniais da Santa Inquisição registram ocorrências contra pessoas que, acometidas por doenças, ou alguma dificuldade, recorriam aos “feiticeiros” negros, cometendo atos de paganismo. Embora estas práticas fossem condenadas pela Igreja, e os seus executores estivessem sujeitos a penalidades e multas, a prática de rituais religiosos não católicos era comum, e encontrava na sociedade colonial diversos adeptos, até mesmo entre os brancos. Assim, era comum a oferta de serviços de curandeiras, benzedeiras, feiticeiros e adivinhos, sendo até mesmo indicados por padres, pois muitas dessas práticas, consideradas supersticiosas, já existiam desde a Europa medieval.

É importante ressaltar que na maior parte da colônia as práticas religiosas indígenas e africanas estavam muito mais próximas do cotidiano das pessoas e constituíam possibilidades concretas de solução de seus problemas mais imediatos.

Como a fiscalização era precária e deficiente, em função do restrito número de padres e a grande extensão territorial da colônia, muitos clérigos acabavam cedendo a esses costumes ou aparentavam ignorá-los.

Em locais em que a Igreja se fazia mais presente, essas práticas, vistas como pagãs, eram realizadas escondidas em locais reservados ou afastados. Outra alternativa, era a prática de rituais noturnos, realizados madrugada adentro.

Conclusão

Na medida em que vamos estudando, podemos, cada vez mais, perceber que a sociedade colonial pressupunha uma série de relações complexas e singulares. Nestas relações, vemos que a escravidão, por mais que fosse uma relação de dominação e exploração, não solidificou as crenças religiosas e a cultura escrava.

Ao estudarmos a cultura e a religiosidade dos africanos que vieram para o Brasil como escravos, não podemos nos restringir a compreender como se davam as danças africanas, quais eram os instrumentos utilizados nas festividades musicais, ou como se dava a formação das Irmandades. Ao contrário, podemos compreender a vida dos escravos, através do olhar desses sujeitos e desmistificar que, além do chicote, do corte da cana, do garimpo do ouro, dos conflitos contra a elite escravocrata, haviam pessoas que se expressavam, também, através da imaginação, das festas e da fé.

Glossário

Ascese: Exercício espiritual de devoção, de mortificação e meditação religiosa.

Ecumênico: Referente ao universo, a toda a terra habitada; universal; diz-se do condílio para o qual se convocam todos os prelados do mundo católico.

Bibliografia

SOARES, Mariza C.. *O escravo que virou rei*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Dezembro de 2004.

As imagens utilizadas nesta atividade foram acessadas no dia 12/06/2011 nos seguintes sites:

(Imagem 1): <http://jorge-didi.blogspot.com/2011/04/vai-dar-samba-com-bira-do-ko-e-edson.html>.

(Imagem 2): <http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery>

Colégio de Aplicação - UFSC
Ano: 9º ano “A”
Data: 30/06/2011
Professor: Fernando Leocino da Silva
Estagiário: Ricardo Duwe

Atividade 6

1- No início do texto “Culturas e Religiosidades escravas na América Portuguesa e no Brasil” apresentamos a história de um personagem que viveu no período colonial. Sobre ele, responda:

- a) Qual o seu nome?
- b) Quando viveu?
- c) Qual a sua condição social e profissão?
- d) Em que situação ele é apresentado? Relacione a sua resposta com o título: “O Escravo que virou rei”
- e) Explique, de acordo com o texto, o papel das irmandades religiosas no período colonial.
- f) Porque essas irmandades eram importantes para os africanos e afro-descendentes?

2- Análise de documento:

Festa de Nossa Senhora do Rosário



Acontece nos dias 3, 4 e 5 de outubro de 2009, na Comunidade dos Arturos, na cidade de Contagem – MG, A Festa do Rosário, uma homenagem dos negros a sua santa protetora Nossa Senhora do Rosário. Uma das festividades mais importantes da Comunidade quilombola dos Arturos, a Festa do Rosário, representa as tradições sagradas seculares mantidas fielmente pelos componentes desta Comunidade.

A programação extensa inclui missas e festejos como a Festa da Matina, que acontece no dia 4 de outubro, às quatro horas da madrugada. A Festa da Matina representa o momento da primeira oração, o primeiro canto dos Arturos. No tempo em que o Congado foi proibido pelos

Senhores, a festa acontecia de madrugada, no anonimato. Muitos grupos de Congado foram desfeitos pela proibição, mas os Arturos conseguiram manter as tradições dentro do seu território. Apesar de atualmente os cortejos externos ganharem mais espaços, os Arturos mantem a Festa da Matina, como um ritual sagrado.

Para homenagear a Santa há também a concentração e desfile das Guardas de Congo e Moçambique da Comunidade dos Arturos e de outras cidades do interior de Minas Gerais, num grande ritual que representa uma importante manifestação cultural do estado de Minas Gerais.

O conjunto de todas as tradições sagradas e culturais da Comunidade dos Arturos é símbolo da herança de uma das mais significativas comunidades negras do país. As atividades acontecem dentro da Comunidade dos Arturos e na Igreja Nossa Senhora do Rosário. A comunidade fica localizada a 2 km do centro da cidade de Contagem.

Fonte: <http://www.folhadecontagem.com.br/portal/index.php/cidade/206-festa-de-nossa-senhora-do-rosario.html>. Acessado dia 27/06/2011 às 20:33.

O texto acima aborda a prática de uma festa popular na comunidade quilombola dos Arturos, no interior de Minas Gerais. Após a leitura, responda:

- a) Qual é a festa abordada no texto?
- b) Quando e como ela é realizada?
- c) Identifique, de acordo com o texto, as permanências de práticas culturais nessa festa relacionadas ao passado escravista de seus criadores.
- d) Relacione essa festa com a prática dos festejos dos negros no Brasil do período colonial, de acordo com o texto “**Culturas e Religiosidades escravas na América Portuguesa e no Brasil**” e aponte as suas diferenças e semelhanças.
- e) Discuta a importância das festas para negros escravos e alforriados no período colonial.
- f) Em sua opinião, qual a importância da permanência de festas populares, como a discutida no texto, nos dias atuais? Comente em sua resposta outras festas que você conheça ou já tenha participado.

Anexo 7

Plano de aula 15 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 04/07/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Bandeirantes e indígenas no processo de interiorização.**2.0 – Conteúdos:** Bandeirantes no processo de interiorização; Indígenas no processo de interiorização.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a participação dos bandeirantes como agentes históricos no processo de interiorização da América Portuguesa;

3.2 - Específicos:

Debater sobre a representação dos bandeirantes no monumento histórico em Goiás;

Problematizar essas representações por meio do diálogo com a historiografia recente;

Entender sobre quais circunstâncias históricas as bandeiras surgiram na capitania de São Vicente e como elas atuaram no processo de interiorização da colônia;

Refletir sobre como eram organizadas as expedições bandeirantes, as funções que elas desempenhavam e a importância dos indígenas nas mesmas;

4.0 - Metodologia:

Leitura e problematização de imagens;

Leitura e discussão do material didático;

Diálogo com a classe através de questionamentos e uso do quadro;

5.0 - Estratégias Didáticas:

Exibir a imagem do “Monumento ao Bandeirante” exposto na Praça do Bandeirante em Goiânia (capital do Estado de Goiás) por meio do uso do power point;

Instigar os alunos através de questionamentos para que identifiquem aspectos que os chamem a atenção em relação ao monumento e utilizar do quadro para anotar e comparar essas informações

(Questões para **identificação**: Que tipo de imagem está sendo apresentada? Quando foi produzida – nesse caso, pode ser o monumento - , quem o produziu?) (Questões para **descrição**: Quem está

sendo representado nesse monumento? Qual era o seu ofício? Onde o monumento está exposto?

Como ele está se portando? Como ele está vestido? Que objetos ele tem em suas mãos?) (Questões

para análise: Qual a importância dele carregar um rifle e uma bacia para a representação dessa

imagem? A que etnia ele parece pertencer? Porque ele está representado dessa forma?) ; (Questões

para interpretação: Como esse monumento nos auxilia a problematizar o papel histórico dos

bandeirantes no Brasil? Porque utilizou-se o recurso do monumento para representar o Bandeirante?

Qual a importância dos monumentos históricos para o estudo da memória histórica do Brasil?);

Leitura e discussão da epígrafe inserida no material didático;

Comparar o que é representado nos monumentos com a epígrafe de Glória Kok e anotar no quadro informações importantes (As duas representações vão de encontro? Por que não?);

Leitura e discussão do capítulo “Introdução” para complementar o debate;

Leitura e discussão do capítulo “A Capitania de São Vicente no século XVI”, anotando no quadro informações importantes;

Apresentar o contexto histórico do surgimento das bandeiras na capitania de São Vicente do século XVI e seu papel na interiorização da colônia;

Apresentar os mapas referente ao processo de interiorização com o auxílio do power point;

Leitura e discussão do capítulo “Bandeiras”, anotando informações importantes no quadro;

Abordar os objetivos iniciais das bandeiras (encontrar metais preciosos e escravizar indígenas);

Destacar a importância da participação de indígenas nessas expedições em função do seu conhecimento das regiões percorridas e das rotas viáveis para o trajeto, assim como atuavam no contato com outras tribos indígenas presentes ao longo dos percursos;

Discutir as diversas funções desempenhadas por esses bandeirantes (capturar indígenas, encontrar metais preciosos, desbravar o interior, combater revoltas, derrotar quilombos);

Problematizar a questão da miscigenação nas bandeiras através do **Documento 1** (Quem descreve Domingos Jorge Velho? Como ele descreve? O que significa a denominação tapuia? Os hábitos do bandeirante podem ser caracterizados como indígenas, europeus ou uma mistura entre os dois? O que significa essa mistura?).

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia das atividades.

7.0 - Quadro:

BANDEIRANTES E INDÍGENAS NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA COLÔNIA

Monumento aos bandeirantes (1942):

Quem é: Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera

Ofício: Bandeirante

Local: Praça Atilio Correia Lima - antiga Praça do Bandeirante em Goiânia, Goiás.

Escultor: Armando Zago

- Porta rifle, sabre e boteia
- Posição imponente
- Veste farda, chapéu e longas botas

Criado em 1942 – Durante o Estado Novo (1937-1945) ditadura de Getúlio Vargas que constrói heróis adequados aos valores do momento: **Bandeirantes**: heróis na interiorização do Brasil.

Epígrafe de Glória Cok:

- Descalços;
- Sujeitos ao desconforto;
- Sujeitos a ataque de indígenas e animais;
- Fome;

Capitania de São Vicente (1532)

- Pobre
- População indígena – Língua oficial era tupi, 83% da população da vila de São Paulo era indígena)
- Estranha e desprestigiada pelo resto da colônia
- Fazendas agrícolas

Bandeirantes (Século XVI-XVIII)

- Tropas auxiliares indígenas: capturavam outros índios no sertão, conheciam a geografia da região;
- Utilizavam das monções;

Busca por metais preciosos, aprisionamento de índios, comércio com as tribos indígenas, combate de revoltas e quilombos, fundação de vilas e capitanias;

Bibliografia:

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais _____ In: *Revisão do Paraíso: Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*. Org: DEL PRIORE, Mary. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
VOLPATO, Luísa. *Entrada e bandeiras*. São Paulo: Global, 2000.

Sites consultados:

COK, Glória. *No mato sem cachorro*. Texto disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/no-mato-sem-cachorro>. Acessado dia 02/07/2011 às 02:34.
<http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/historia/modulo01/santidade.html>. Acessado dia 02/07/2011 às 02:28.
http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st2/adriana_kraisch_st2.pdf. Acessado dia 02/07/2011 às 02:53.
<http://www.pbase.com/capercaillie/image/55017982> acessado dia 30/06/2011 às 19:28.
<http://regecoeli.blogspot.com/2010/10/viajando-viajando6.html> acessado dia 30/06/2011 às

19:29.

http://www.filmesraros.com/loja/product_info.php?products_id=244 acessado dia 30/06/2011 às 20:02

<http://edu-cacao.blogspot.com/2009/04/trabalhando-com-mapas-historicos.html> acessado dia 03/07/2011 às 15:24.

Plano de aula 16 – Duração de 60 minutos**Ano: 9º ano “A”****Data: 07/07/2011****Estagiário: Ricardo Duwe****1.0 – Tema:** Bandeirantes e indígenas no processo de interiorização.**2.0 – Conteúdos:** Bandeirantes no processo de interiorização; Indígenas no processo de interiorização.**3.0 – Objetivos:**

3.1 - Geral: Compreender a participação dos bandeirantes como agentes históricos no processo de interiorização da América Portuguesa;

3.2 - Específicos:

Refletir sobre como eram organizadas as expedições bandeirantes, as funções que elas desempenhavam e a importância dos indígenas nas mesmas;

Analisar o papel do indígena como agente histórico no processo de interiorização;

Entender a importância das missões jesuíticas no processo de interiorização e os conflitos pela dominação da mão de obra indígena com os bandeirantes.

4.0 - Metodologia:

Leitura e problematização de mapas;

Leitura e discussão do material didático;

Diálogo com a classe através de questionamentos e uso do quadro.

5.0 - Estratégias Didáticas:

Retomar aspectos da aula passada através de questionamentos (Quem foram os bandeirantes? Em qual capitania eles surgiram? Por que nessa capitania?);

Apresentar os mapas referente ao processo de interiorização com o auxílio do power point;

Leitura e discussão do capítulo “Bandeiras”, anotando informações importantes no quadro;

Abordar os objetivos iniciais das bandeiras (encontrar metais preciosos e escravizar indígenas);

Destacar a importância da participação de indígenas nessas expedições em função do seu conhecimento das regiões percorridas e das rotas viáveis para o trajeto, assim como atuavam no contato com outras tribos indígenas presentes ao longo dos percursos;

Discutir as diversas funções desempenhadas por esses bandeirantes (capturar indígenas, encontrar metais preciosos, desbravar o interior, combater revoltas, derrotar quilombos);

Problematizar a questão da miscigenação nas bandeiras através do **Documento 1** (Quem descreve Domingos Jorge Velho? Como ele descreve? O que significa a denominação tapuia? Os hábitos do bandeirante podem ser caracterizados como indígenas, europeus ou uma mistura entre os dois? O

que significa essa mistura?);

Leitura e discussão do capítulo “Os indígenas no processo de interiorização”;

Dialogar sobre a participação dos indígenas no processo de interiorização e a dupla relação que tinham com os bandeirantes e jesuítas;

Abordar a importância das missões jesuíticas no processo de interiorização e as suas relações com os indígenas;

Refletir sobre a importância das resistências indígenas perante as tentativas de escravização;

Leitura e discussão do capítulo “Conclusão”;

Refletir com os alunos sobre a importância dos bandeirantes, jesuítas e indígenas no processo de interiorização;

Fechar a aula levantando a questão para os alunos: “Somos um país miscigenado, ou etnicamente dividido?”;

Deixar os últimos 10 minutos da aula para o encerramento do estágio e agradecer aos alunos.

6.0 - Materiais e recursos didáticos:

Fotocópia das atividades.

7.0 - Quadro:

BANDEIRANTES E INDÍGENAS NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA COLÔNIA

Bandeirantes (Século XVI-XVIII)

- Tropas auxiliares indígenas: capturavam outros índios no sertão, conheciam a geografia da região;
- Utilizavam das monções;
- Busca por metais preciosos, aprisionamento de índios, comércio com as tribos indígenas, combate de revoltas e quilombos, fundação de vilas e capitanias;

Bibliografia:

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais _____ In: *Revisão do Paraíso: Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*.

Org: DEL PRIORE, Mary. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VOLPATO, Luísa. *Entrada e bandeiras*. São Paulo: Global, 2000.

Sites consultados:

COK, Glória. *No mato sem cachorro*. Texto disponível em

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/no-mato-sem-cachorro>. Acessado dia 02/07/2011 às 02:34.

<http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/historia/modulo01/santidade.html>. Acessado dia 02/07/2011 às 02:28.

http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st2/adriana_kraisch_st2.pdf. Acessado dia 02/07/2011 às 02:53.

<http://www.pbase.com/capercaillie/image/55017982> acessado dia 30/06/2011 às 19:28.

<http://regecoeli.blogspot.com/2010/10/viajando-viajando6.html> acessado dia 30/06/2011 às 19:29.

http://www.filmesraros.com/loja/product_info.php?products_id=244 acessado dia 30/06/2011 às 20:02

<http://edu-cacao.blogspot.com/2009/04/trabalhando-com-mapas-historicos.html> acessado dia 03/07/2011 às 15:24.

Colégio de Aplicação - UFSC

Ano: 9º ano “A”

Data: 04/07/2011

Professor: Fernando Leocino da Silva

Estagiário: Ricardo Duwe

Texto 7: BANDEIRANTES E INDÍGENAS NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA COLÔNIA

“Altivos, imponentes, longas botas, chapéu e armas vistosas. Esqueça a imagem típica dos bandeirantes difundida pelos livros didáticos. A realidade era bem outra: as tropas caminhavam descalças por extensos territórios, sujeitas a todo tipo de desconforto, à mercê dos ataques de índios e de animais, fustigadas pela fome.”

- Glória Kok

Introdução

A historiadora Glória Kok nos apresenta, através da citação acima, uma importante questão ao estudarmos a história das bandeiras. Ao analisarmos as representações sobre os bandeirantes, percebemos que há grandes diferenças nas maneiras pelas quais são representados.

Por um lado, diferentes monumentos espalhados pelo Brasil os representam como heróis nacionais e símbolos de bravura e coragem. Por outro, as pesquisas historiográficas mais recentes trazem novas questões que os colocam não mais na condição de bravos ídolos nacionais, mas sim, de sujeitos que, devido às dificuldades enfrentadas se encontravam na necessidade de adotar outros costumes e valores para sobreviverem em condições precárias, em um território repleto de hostilidades e de poucos recursos.

Por que essa diferença? De quem era o interesse de construir os bandeirantes como heróis? Quais argumentos são utilizados para a construção desse suposto heroísmo paulista? Por quais motivos essas expedições ao interior da América Portuguesa foram financiadas? Como se deram as relações entre os bandeirantes e os habitantes do interior da colônia? Qual a importância do índio nessa relação criada com os bandeirantes?

Para iniciarmos a nossa reflexão, devemos voltar à fundação da capitania de São Vicente em 1532.

A Capitania de São Vicente no século XVI

A região onde hoje está estabelecida uma das maiores cidade do mundo, São Paulo, no passado colonial, mais exatamente no século XVI, passava por momentos difíceis e era muito diferente da

grande metrópole de hoje.

A Capitania de São Vicente era pobre, sua população era predominantemente indígena e sua língua oficial era o tupi. Além de estranhos ao restante da colônia, os vicentinos sentiam-se desprestigiados pela Coroa Portuguesa, acusada de se importar mais com os latifúndios de cana-de-açúcar no Nordeste do que com as fazendas agrícolas que davam a sustentação econômica aos paulistas. Estas mesmas fazendas necessitavam de mão-de-obra para funcionar, mais do que isso, necessitavam de uma mão-de-obra barata, pois devido a sua precária condição econômica, os vicentinos não possuíam fundos suficientes para a compra de escravos africanos em larga escala.

A solução encontrada foi a criação de expedições destinadas ao interior da colônia com o intuito de encontrar novas fontes de riquezas, especialmente os tão sonhados metais preciosos, arranjar índios para trabalharem como escravos nas fazendas paulistas e também para serem vendidos no comércio interno da colônia. Essas expedições foram denominadas de **bandeiras**.

As Bandeiras no processo de interiorização

As bandeiras existiram desde o século XVI, perduram até o início do século XVIII e foram uma das principais atividades econômicas de São Paulo durante esse período. Essa denominação provém, provavelmente, do costume dos tupiniquins de levantar uma bandeira em sinal de guerra.

As expedições eram formadas principalmente por índios escravos que formavam tropas auxiliares, as quais ficavam encarregadas de capturar outros índios no sertão. A presença dos indígenas era muito importante para a sobrevivência dos paulistas no interior, pois tinham grande conhecimento dos percursos no interior das matas e no curso dos rios, o que facilitava a realização dos trajetos previamente determinados e a busca por alimentos durante as expedições, como **monções**, que consistiam em grandes jangadas que serviam para o transporte de pessoas e cargas para comércio.

Além disso, como sabiam da existência de outras tribos indígenas próximas a determinadas regiões, poderiam minimizar ou colaborar nos ataques, quando tratassem de tribos inimigas ou hostis ao processo de ocupação de determinados territórios.

Podemos perceber essa grande influência indígena no documento abaixo, que consiste em um relato das impressões do bispo de Pernambuco ao se encontrar, em 1679, com Domingos Jorge Velho, um dos mais célebres líderes das expedições bandeirantes:

Documento 1

“Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua [isto é, interprete], porque nem falar [português] sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia*, mais quem em dizer que é cristão e não obstante o haver-se casado há pouco, lhe assistem sete índias concubinas”

Fonte: ARAÚJO, Emanuel. **Tão vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais** In: *Revisão do Paraíso: Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*. Org: DEL PRIORE, Mary. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.60

* Tapuia: Termo utilizado genericamente para denominar os índios que não falavam a língua tupi.

As atividades dos bandeirantes não se restringiram somente na busca por metais preciosos e no aprisionamento de índios, pois eles também comercializavam com as tribos indígenas e, muitas vezes, realizavam expedições com a autorização da Coroa Portuguesa para combaterem revoltas e derrotarem quilombos, além de desbravarem, e principalmente, colonizarem o interior da colônia, em regiões futuramente conhecidas como a Capitania do Mato Grosso, Capitania de Goiás e Capitania do Grão-Pará (território que se estendia pelo atual Pará e parte do Amazonas).

Embora os monumentos e as pinturas retratem os bandeirantes portando rifles, essa não era a arma mais comum das tropas. Os rifles, embora mortíferos, demoravam muito para carregar e constantemente enferrujavam, sendo mais comum o uso do arco e flecha, espadas, adagas e facas.

Os Indígenas no processo de interiorização

Como podemos perceber que o processo de interiorização do Brasil não seu deu por meios pacíficos e harmoniosos. Porém, não podemos creditar aos indígenas um papel meramente secundário neste processo e reduzido a escravidão. Os indígenas terão uma relação dupla com os bandeirantes e jesuítas; ora colaborando, ora se rebelando.

No início, os bandeirantes ainda fizeram uso do escambo para escravizar o indígena, porém a prática mais comum foi através do conflito armado, devido ao fato dos nativos negarem a condição de escravo e muitos preferirem a morte no conflito. Porém, não era sempre que podiam conquistar um povo nativo ou uma tribo através da força, se fazendo necessário usar das negociações. Muitos hábitos e habilidades indígenas tinham que ser adotadas pelos europeus para que estes sobrevivessem no interior da colônia.

As **missões jesuíticas** desempenharam algumas funções no período colonial. Esses redutos chefiados por clérigos foram muito importantes para a ocupação territorial no interior da colônia, principalmente para a demarcação de fronteiras.

Mas, o principal intuito era a catequização dos indígenas.

Os jesuítas também utilizavam da mão de obra indígena nas suas missões, com a justificativa de que através do trabalho eles obteriam a salvação. A grande quantidade de indígenas nas missões, chegando ao registro de dezenas de milhares, aliada a defesa dos jesuítas contra a escravidão indígena, fazia com que a destruição de uma missão fosse muito importante aos bandeirantes. Além de obter uma grande quantidade de escravos, eles obtinham importantes vitórias nesse conflito sobre o controle dos indígenas.

Houve muita resistência das tribos indígenas a escravidão, levando a confrontos armados, invasão de fazendas e a formação de **santidades**. Essas últimas surgiram no final do século XVI, e eram redutos espirituais onde os rituais indígenas e os ícones católicos se mesclavam para se criar práticas religiosas muito próprias desses locais. O líder de uma santidade era intitulado de “papa”, que por sua vez se nomeava os “bispos”, também existindo os “missionários” que eram enviados para difundir o culto e pregar a resistência contra os portugueses.

Conclusão

Ao nos depararmos com a tamanha extensão territorial que o Brasil possui hoje, considerado o quinto maior país do mundo, devemos lembrar que nem sempre foi assim. Diversas mudanças ocorreram em nosso território desde a demarcação do Tratado de Tordesilhas, sendo que os bandeirantes ocupam um importante papel nessa história.

Confrontando e negociando com as tribos indígenas, desbravando um sertão ainda estranho aos olhos dos colonizadores, fundando vilas, capitanias e até combatendo revoltas e quilombos, esses paulistas, auxiliados pelos indígenas que os acompanhavam, são personagens muito importantes de nossa história. Através dessas expedições podemos entender que a vastidão do nosso território não foi dada naturalmente, mas foi construída através de tentativas de imposição cultural, a qual raramente era aceita, gerando conflitos, guerras e resistência. Se hoje os indígenas lutam pelo seu espaço na sociedade, não é por mero acaso. O que nos leva a perguntar: somos um país miscigenado ou etnicamente dividido?

Bibliografia

ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais* In: *Revisão do Paraíso: Os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Org: DEL PRIORE, Mary. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VOLPATO, Luísa. *Entrada e bandeiras*. São Paulo: Global, 2000.

COK, Glória. *No mato sem cachorro*. Texto disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/no-mato-sem-cachorro>. Acessado dia 02/07/2011 às 02:34.